



**Perfil e Satisfação do Servidor Público do Estado do Piauí e
Avaliação dos Serviços Públicos Prestados à População:
um estudo diagnóstico**

TERESINA, MARÇO DE 2009

Governo do Estado do Piauí

Governador: José Wellington Barroso de Araújo Dias

Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí

Secretário: Sérgio Gonçalves de Miranda

Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí

Presidente: Oscar de Barros Sousa

Diretoria da Unidade de Estatística e Informação

Diretor: Elias Alves Barbosa

Equipe Técnica Responsável:

Antônio dos Reis Costa e Silva

Antônio Luís Machado de Oliveira

Edwyges de Sousa Martins

Elias Alves Barbosa (Coordenador)

Francisca Amélia de Carvalho Sá e Freitas

Ivone de Araújo Luz

Ivone dos Reis Galdino

Jandira Lopes Pereira

José Pereira de Quadros Filho

Orlando Santos de Melo

Setor de Publicações:

Eva Maria Evangelista Leal

Ilma Araújo Vêras

Inizete Roberta de Sousa Meirelles

Teresa Cristina Moura Araújo Nunes

Ficha Catalográfica

P426 Perfil e satisfação do servidor público do Estado do Piauí e avaliação dos serviços públicos prestados à população : um estudo diagnóstico / Elias Alves Barbosa (coord.). – Teresina : Fundação Cepro, 2009.
86 p.

1. Servidor público. 2. Administração Estadual.
I. Barbosa, Elias Alves. II. Fundação Cepro.

CDU 35.08:353(812.2)

Sumário

Apresentação	01
1 Os Objetivos do Trabalho	02
2 A Metodologia Utilizada	03
3 Uma Visão sobre o Quadro Geral de Servidores do Estado	05
3.1 Produção agrária, distribuição e política fundiária	14
3.2 Saúde e seguridade social.....	15
3.3 Assistência social e cidadania	16
3.4 Apoio à funcionalidade do Palácio do Governo	18
3.5 Segurança e apoio ao cidadão	19
3.6 Arrecadação, administração e controle das finanças públicas	22
3.7 Educação, cultura e desportos	23
3.8 Infraestrutura de apoio ao desenvolvimento econômico e social	25
3.9 Turismo e proteção ao meio ambiente	26
3.10 Suporte à funcionalidade burocrático-administrativa do Estado do Piauí	27
Anexo 1 – Tabelas geradas a partir do banco de dados da Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí.....	30
4 A Fala dos Servidores nas Consultas Diretas a Eles Dirigidas: Uma Síntese dos Territórios Visitados	51
4.1 No Território de Desenvolvimento: Chapada das Mangabeiras	54
4.2 No Território de Desenvolvimento: Tabuleiros do Alto Parnaíba	55
4.3 No Território de Desenvolvimento: Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueira	57
4.4 No Território de Desenvolvimento: Vale do Rio Guaribas	58
4.5 No Território de Desenvolvimento: Cocais	60
4.6 No Território de Desenvolvimento: Planície Litorânea	61
4.7 No Território de Desenvolvimento: Serra da Capivara	62
4.8 No Território de Desenvolvimento: Carnaubais	64
4.9 No Território de Desenvolvimento: Vale do Sambito	64
4.10 No Território de Desenvolvimento: Vale do Rio Canindé	65
Anexo 2 – Tabelas geradas a partir de informações colhi das junto aos servidores públicos integrantes da amostra	67
5 A Opinião dos Usuários e Formadores de Opinião Acerca dos Serviços Públicos Prestados ao Cidadão	76
Anexo 3 – Tabelas geradas a partir de informações colhidas junto aos usuários e formadores de opinião	78
Referências bibliográficas	87

Lista de siglas

AGESPISA – Águas e Esgotos do Piauí S/A
ATI – Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí
CEPRO – Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
CEAPI – Central de Abastecimento do Piauí
CEASA – Central de Abastecimento do Piauí S/A
EMATER – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural
IAPEP – Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí
INTERPI – Instituto de Terras do Piauí
N/D – Dado não disponível
PRODEPI – Empresa de Processamento de Dados do Estado do Piauí
SDR – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural
SASC – Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania
SEID – Secretaria Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência
SEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento
UTI – Unidade de Terapia Intensiva

Apresentação

Existe atualmente uma conscientização de que a principal ferramenta para tomada de decisões é a informação, de sorte que se torna cada dia mais importante para o gestor a existência de bancos de dados informacionais que lhe assegure maior conhecimento sobre seu campo de ação, de modo que suas deliberações garantam a otimização dos resultados e conduzam à satisfação do público-meta para o qual a ação está sendo dirigida.

Partindo dessa premissa e atendendo à recomendação do Exmo. Sr. Governador do Estado do Piauí, a Fundação CEPRO realizou um amplo trabalho de consulta aos servidores e usuários dos serviços públicos, visando identificar suas expectativas no que diz respeito ao que está sendo feito, o tratamento que vêm recebendo do agente público e o grau de satisfação em relação aos serviços prestados pela administração pública estadual.

O presente documento, parte desse esforço de busca de respostas a essas inquietações e tem a finalidade de avaliar a forma de como a sociedade recebe e percebe a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão, notadamente nas áreas de segurança pública, educação, saúde e produção agrícola. Neste caso, as informações expressas no relatório dizem respeito a verificações feitas em cidades-polos ou núcleos de referências distribuídos nos 11 Territórios de Desenvolvimento em que se acha organizado geograficamente o Estado do Piauí, visitadas por duas equipes de pesquisadores constituídas por técnicos da Fundação CEPRO, Escola de Governo e Secretaria Estadual da Administração, no período de agosto de 2007 a dezembro de 2008.

Também é parte da essência do estudo, mostrar a visão do servidor público estadual sobre sua condição de trabalhador da sociedade, a forma como julga sua relação com a administração estadual, suas aspirações e inquietações em relação ao “ser” servidor e o que espera para o futuro, notadamente, aqueles que desenvolvem suas atividades em pontos distantes da capital e onde o grau de dificuldades para o desempenho dessas atividades é mais complicado e desafiador, vez que nem sempre pode contar com a orientação imediata de seus gestores e, por conta disso, é levado a tomar decisões de cunho próprio, para possibilitar a continuidade das ações do Estado na sua área de competência.

Na condição de emissários da Fundação CEPRO aos Territórios e Municípios referenciados, estiveram presentes os técnicos Antônio dos Reis Costa e Silva, Elias Alves Barbosa, Ivonete de Araújo Luz, Ivonete dos Reis Galdino e Orlando Santos de Melo. Representando a Escola de Governo, esteve presente a técnica Jandira Lopes Pereira e, pela Secretaria da Administração, o técnico José Pereira de Quadros Filho. Figuraram ainda como membros da equipe e no suporte interno de apoio aos trabalhos de tabulação, elaboração de indicadores e análise de dados, os técnicos Elias Alves Barbosa, a quem coube a coordenação geral dos trabalhos, a economista Francisca Amélia de Carvalho Sá e Freitas e os analistas de sistemas: Edwyges de Sousa Martins e Antônio Luís Machado de Oliveira, este último do quadro da Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí.

Oscar de Barros Sousa
Presidente da Fundação CEPRO

1 Os Objetivos do Trabalho

A presente pesquisa teve como objetivo central avaliar junto aos servidores públicos o grau de satisfação e o conjunto das aspirações em torno da sua condição de agente público, além de buscar junto à população, o nível de percepção de como ela está recebendo e percebendo a execução dos serviços públicos prestados pelo Estado, e como esses serviços vêm atendendo aos seus anseios e se, de fato, suas necessidades estão sendo atendidas.

É bem verdade que se tratam de dois objetivos bem distintos, mas que levam a um grau de satisfação sobre algo que diz respeito diretamente a uma pessoa ou categoria particularizada, e que na visão de Pereira de Sá (1995), está associada a um processo ideológico produzido e internalizado por uma classe social ou organização que tem finalidades voltadas para atendimento às necessidades pessoais ou grupais.

De forma mais detalhada, o trabalho buscou responder a questões bem específicas como: de que forma o servidor público estadual se vê como agente e pessoa no meio social, como se posiciona diante de suas responsabilidades sociais, diante da engrenagem burocrática estatal e como se relaciona com os seus gestores e chefes imediatos.

Para o cumprimento de tal particularidade, o procedimento utilizado partiu não só dos registros administrativos disponíveis no banco de dados da Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí, mas também de informações especialmente fornecidas pelos distintos órgãos da administração estadual, e principalmente do contato com os servidores incluídos no plano amostral, de modo que a pesquisa pudesse tocar de forma mais íntima na sensibilidade do agente objeto de estudo, situação só possível com essa manifestação e em que Sawaia (1995: p. 74-75), diante de sua vasta experiência assim se posiciona:

O pesquisador precisa acreditar que os homens são capazes de lhe fornecer informações que ele não pode obter de outra forma, mas por mais que se esforce para evitar a objetivação do sujeito na pesquisa empírica, usando técnicas participativas, o pesquisador está trabalhando o homem como sujeito-objeto, pois os meios de obter informações exercem influência sobre o sujeito que a fornece, mas não pode deixar de reificar metodologicamente esse sujeito na pesquisa empírica, para conhecer o que pensa, sente e faz.

Vendo que o serviço prestado pelo agente público tem um foco dirigido, o relatório enfatiza também a visão dos reais usuários, aqueles que além de mantenedores, necessitam de serviços específicos que são constitucionalmente de responsabilidade do Estado.

Esta segunda vertente, de cunho mais avaliativo, e em que o foco foi o cidadão que está lá na ponta e recebe diariamente a ação do Estado via seus agentes credenciados, foi aventada com o propósito de confrontar os elos da corrente, situação impulsionada pela qualidade de servidor público quanto ao seu papel na prestação de serviço.

2 A Metodologia Utilizada

Considerando tratar-se de uma pesquisa cujo foco foi dirigido ao servidor público estadual que, como agente público, tem a função de levar à sociedade os serviços constitucionalmente estabelecidos, os elementos básicos de avaliação centraram-se em indicadores relacionados ao quantitativo do quadro de pessoal, sua distribuição nos respectivos órgãos, sua atividade, grupos de idade e tempo de serviço, níveis de remuneração e grau de satisfação do indivíduo que pautou sua condição profissional na prestação de serviços para a sociedade.

Supletivamente, e objetivando dar mais consistência aos elementos de avaliação e a relação com a sociedade beneficiária, o trabalho centrou suas preocupações também com a mensuração do grau de satisfação da população com vistas à qualidade e consistência dos serviços prestados pelo Estado ao cidadão, o comportamento dos agentes encarregados de estabelecer o *feedback* entre as duas instâncias aí envolvidas, no caso a sociedade e a figura do governo que está oficialmente estabelecido e gerenciando os processos administrativos.

Ciente da amplitude dos objetivos do estudo, o processo de investigação foi focado em linhas distintas, assim constituídas:

A primeira, de cunho mais privativo, foi a consulta junto a 2.420 servidores públicos, distribuídos em 43 órgãos distintos, em que se buscou avaliar como eles se sentem na condição de agentes responsáveis pela ligação entre a figura do governo e a sociedade, como se avaliam na condição de cidadão que escolheu o serviço público como ocupação e quais as perspectivas que alimentam em relação ao futuro pessoal e da própria instituição “serviço público”.

Buscando ver e avaliar o serviço público segundo o olhar do beneficiário final, tomou-se como vetor de observação a opinião de um conjunto de usuários relativamente classificados, constituído por pessoas cientes da operacionalização da coisa pública e, ainda, com vistas a dar mais consistência às vozes da sociedade, tomou-se a impressão de pessoas que nas municipalidades visitadas são tidas como formadoras de opinião e detêm alguma condição de liderança em relação ao segmento socioeconômico no qual atuam profissionalmente.

Esta preocupação em dar voz à sociedade beneficiária dos serviços públicos disponibilizados pelo Estado, partiu da premissa de que, não basta o julgamento técnico em relação à exequibilidade na prestação dos serviços à comunidade, tornando-se mais importante dar-lhe voz e oportunidades para suas manifestações próprias, de modo que os números, muitas vezes tidos como frios e pontuados, passem a traduzir os anseios dos grupos para os quais estejam sendo dirigidos. Some-se a isso, a preocupação do gestor central do Estado, que seguidamente manifesta preocupações em saber como a população vem recebendo e julgando as ações implementadas por ele nas distintas municipalidades.

Além das indicações proporcionadas pelas respostas captadas em questionários e relatos orais, foi levado em consideração ainda, a opinião colhida pelos próprios pesquisadores sobre o contexto geral em que a população assiste à materialização dos fatos e emite o seu julgamento. Para a consecução desses objetivos foram deslocados técnicos aos municípios munidos de instruções básicas e norteadores de sondagens de natureza qualitativa,

de forma que, a partir de um olhar isento e deslocado do contexto local, se pudesse também avaliar a forma como as ações estão sendo recebidas.

A amostra dos servidores consultados, no total de 2.420, seguiu o processo da escolha proporcional em relação ao número de servidores em cada órgão, observando, no que foi possível, contemplar a capilaridade desses órgãos em relação a distribuição espacial desses servidores no Estado. Com isto, foram incluídos na amostra, servidores de 43 dos 55 órgãos constantes da estrutura organizacional do Estado e objeto do estudo, não tendo sido contabilizados na base de referência da amostra, os servidores classificados como prestadores de serviços da saúde, face a natureza do vínculo e instabilidade dos mesmos, os reintegrados ao serviço público por força de ação judicial, por serem pouco representativos e bastante dispersos nos diferentes órgãos, e os ditos serviços prestados, também pela instabilidade e dispersão.

Do ponto de vista técnico, o estudo foi baseado numa perspectiva de, aproximadamente, 80% de respostas favoráveis, visto tratar-se de um público relativamente homogêneo e de um tema atrativo ao servidor, que é a avaliação da sua própria condição de trabalho, o que resultou numa margem de erro de aproximadamente 1,56% para mais ou para menos, em relação aos posicionamentos oferecidos.

Quadro 01 – Distribuição do total de servidores e da amostra, segundo os 10 maiores órgãos com maior representação quantitativa em julho de 2007

ÓRGÃO	TOTAL DE SERVIDORES		AMOSTRA	
	Abs.	%	Abs.	%
Secretaria de Estado da Educação e Cultura	31.203	47,17	781	32,27
Secretaria de Estado da Saúde	8.042	12,16	468	19,34
Polícia Militar do Estado do Piauí	5.333	8,06	187	7,73
Fundação Universidade Estadual do Piauí	1.900	2,87	49	2,02
Secretaria de Estado da Segurança Pública	1.854	2,80	89	3,68
Secretaria de Estado da Fazenda	1.651	2,50	97	4,01
Águas e Esgotos do Estado de Piauí S/A	1.496	2,26	61	2,52
Secretaria de Estado da Ass. Social e Cidadania	898	1,36	29	1,20
Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos	772	1,17	52	2,15
Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural	718	1,09	77	3,18
Soma dos 10 maiores órgãos	53.867	81,43	1.890	78,10
Outros órgãos/instituições	12.281	18,57	530	21,90
TOTAL	66.148	100,00	2.420	100,00

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

No tocante a avaliação dos serviços prestados pelo Estado ao cidadão, o foco central voltou-se mais especificamente para os moradores de cidades mais afastadas da capital.

Para tal constatação foram tomadas opiniões de 582 usuários, em que suas opiniões costumam influenciar aqueles que giram em torno de seu raio de ação e que no presente estudo, foram classificados como formadores de opinião. Esta amostra, não aleatória, contemplou moradores de 47 municípios distribuídos nos diversos territórios em que se acha regionalizado o Estado do Piauí.

3 Uma Visão sobre o Quadro Geral de Servidores do Estado

A implantação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos para praticamente todas as áreas do funcionalismo e a atenção dada à capacitação foram importantes para resgatar o papel dos servidores na construção de um Piauí mais desenvolvido.
(Seplan-PI, PPA 2008/2011, p-35)

A avaliação do quadro geral de funcionários do Estado do Piauí é, particularmente, tarefa complexa, em função de uma série de fatores que vai da própria inexistência de um quadro efetivo e bem definido para a maioria dos órgãos que formam a sua estrutura burocrática, à falta de informações sobre a vida funcional de grande parte dos servidores, em que, muitas vezes, se tem indivíduos sem a formação mínima exigida e ocupando função cujo requisito básico está atrelado a uma determinada qualificação profissional e outros com titulação qualificada e presos a uma função de rotina, passível de ser desempenhada por um agente de nível administrativo, por exemplo.

No presente estudo, em que o foco voltou-se apenas para o quadro de servidores ativos do Poder Executivo, as observações nele inseridas não contemplam os poderes Legislativo e Judiciário, cujos quadros são substancialmente menores e, por conseguinte, mais fáceis de serem controlados. Também foram excluídos os servidores inativos do Poder Executivo, em face de comporem uma categoria diferenciada em função dos elementos normatizadores que os conduziram a essa condição.

A base de dados a que se referiu o estudo, conforme enfatizado nos elementos introdutórios, foi o acervo da Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí (ATI), antes conhecida como Empresa de Processamento de Dados do Estado do Piauí (PRODEPI), que informou existirem, em julho de 2007, 66.148 servidores ativos, distribuídos em 55 órgãos distintos que têm folha de pagamento e quadro de pessoal independente, aos quais foram incorporados, inclusive, os prestadores de serviços e os servidores reintegrados por força de atos judiciais.

Do conjunto dos servidores referenciados, é importante registrar que, 80,19% estão ligados aos órgãos da administração direta e que apenas na Educação, Saúde e Polícia Militar estão reunidos 67,39% de todo o quadro de servidores ativos do Estado do Piauí. Destaca-se ainda que somente a Secretaria de Estado da Educação e Cultura abriga 47,17% do efetivo em citação, sendo que os demais servidores ativos (19,81%) estão integrados na administração indireta, onde figuram as Autarquias, as Fundações Públicas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

É importante registrar que esta separação entre servidores da administração direta e indireta, mesmo tratando-se de sujeitos com vínculos celebrados com o Estado, apresenta alguns diferenciais em relação à natureza jurídica dos primeiros, regida pelo regime único disciplinado pela Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994 e em alguns casos no segundo grupo, regidos pelo regime celetista, tal é o exemplo da Agência de Tecnologia da Informação, fazendo com que a Secretaria de Estado da Administração gerencie esta dualidade de relações trabalhistas. O quadro 02 é bem ilustrativo da distribuição dos servidores ativos do Estado nas distintas esferas administrativas.

Quadro 02 – Número de servidores ativos do Estado do Piauí, segundo a esfera administrativa, valores absoluto e relativo

ESFERA ADMINISTRATIVA	TOTAL DE SERVIDORES	
	Nº Absoluto	Participação (%)
Administração Direta	53.043	80,19
Autarquias	2.576	3,89
Fundações Públicas	2.660	4,02
Empresas Públicas	235	0,36
Sociedade de Economia Mista	2.203	3,33
Outros Órgãos/Instituições ⁽¹⁾	5.431	8,21
TOTAL GERAL DO ESTADO	66.148	100,00

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

Nota: (1) – Servidores classificados como prestadores de serviços e reintegrados

Em relação à condição de atividade, os dados disponibilizados para o estudo revelaram que, do universo dos servidores ativos, 78,04% desfrutavam da condição de efetivos, portanto, com relativa estabilidade no serviço público estadual; 2,79% tinham uma relação apenas de comissionados e, nesse caso, sujeitos às alterações nas titulações dos gestores dos órgãos; 18,74% apareciam como prestadores de serviços; 0,33% foram relacionados na condição de estagiários e 0,10%, como bolsistas ou mirins.

No que tange ainda à condição de vinculação empregatícia, chamou a atenção o caso da Secretaria Estadual da Educação e Cultura do Estado do Piauí, que no conjunto dos seus 31.203 colaboradores ativos, 7.403 ou 23,72% do quadro apareceram enquadrados na condição de prestadores de serviços, situação que vem sendo alterada gradativamente com a substituição por novas contratações via concurso público.

As observações empreendidas em torno da distribuição dos servidores, segundo a condição de sexo, mostraram uma predominância de mulheres sobre homens, numa relação de 56,34% para 43,66%, respectivamente. Entretanto, quando vista a situação individualizada nos respectivos órgãos, a constatação foi de que a maioria dos órgãos (34 dos 55 estudados), registrava em seus quadros maior participação de homens, e, dentre estes, alguns se justificam pela própria natureza das atividades que desempenham, da mesma forma em que se verificou outros com forte predominância de mulheres, conforme pode ser verificado no quadro 03, abaixo.

Quadro 03 – Principais órgãos/instituições com forte predominância de homens e/ou mulheres nos seus quadros

FORTE PREDOMINÂNCIA DE HOMENS		FORTE PREDOMINÂNCIA DE MULHERES	
Órgão/instituição	Participação (%)	Órgão/instituição	Participação (%)
Polícia Militar do Piauí	95,95	Hospital Dirceu Arcoverde (HPM)	81,25
Corpo de Bombeiros	93,95	Secretaria da Educação e Cultura	72,45
Companhia Desenv. Industrial do Piauí	90,47	Secretaria da Saúde	70,33
Gabinete Militar	90,00	Sec. de Ass. Social e Cidadania	69,71
Secretaria da Segurança Pública	82,41	Sec. do Trab. e Empreendedorismo	68,91

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

Em relação à natureza do vínculo empregatício dos servidores ativos do Poder Executivo do Estado do Piauí, os dados disponibilizados indicaram a existência de 78,04%, na condição de estável e 21,96%, sem a necessária estabilidade que tanto é perseguida pelo trabalhador ligado ao serviço público.

Obviamente que a situação entre os vários órgãos/instituições que formam a máquina administrativa do Estado não é uniforme, e os dados indicaram que os órgãos mais antigos e com maior concentração de servidores, apresentaram uma proporção menor de servidores temporários, ao passo que os órgãos de quadro menor e criados em anos recentes, mostraram que se apoiam de forma muito forte, na ação de comissionados ou com outras modalidades de vinculação que não a de servidor estável. O quadro 04, apresentado na sequência, mostra os órgãos com maior proporção de estáveis e comissionados.

Chamou a atenção dos pesquisadores, o caso da Secretaria da Fazenda, que mesmo inserida no modelo administrativo em que se registra uma forte interferência do poder político na composição das equipes dirigentes dos órgãos públicos, registra apenas 0,97% de servidores comissionados e da Polícia Militar do Piauí, que no seu quadro de colaboradores ativos, apresentou uma proporção de apenas 0,09% de servidores com vínculo indefinido.

Quadro 04 – Principais órgãos/instituições com grande proporção de servidores estáveis e/ou comissionados

FORTE PROPORÇÃO DE ESTÁVEIS		FORTE PROPORÇÃO DE COMISSIONADOS	
Órgão/instituição	Participação (%)	Órgão/instituição	Participação (%)
Corpo de Bombeiros Militar	100,00	Secretaria dos Transportes	86,67
Polícia Militar do Piauí	99,91	Coord. dos Direitos Humanos	86,36
Secretaria de Estado da Fazenda	99,03	Secretaria das Cidades	78,95
EMATER	98,75	Secretaria de Governo	73,52
Depto. de Estradas de Rodagem	97,14	ERGOPI em Brasília	71,63

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI

Cabe destacar ainda na avaliação da condição de vinculação funcional dos servidores aos respectivos órgãos, o caso da Secretaria da Educação que, apesar de registrar uma baixa proporção de comissionados (0,21%) no rol das instituições estaduais, não figura entre os órgãos com alta proporção de servidores estáveis, em razão de ter registrado na sua estrutura organizativa, em julho de 2007, 23,73% de servidores enquadrados na condição de prestadores de serviços, situação hoje já bastante alterada em face das substituições de “temporários” por “efetivos”, atualmente em curso.

Uma das questões que mais motiva e estimula as discussões em torno do serviço público é a remuneração paga aos trabalhadores, aliás, aí está a motivação central de qualquer relação de trabalho ou prestação de serviços e, ao avaliar-se os dados disponibilizados pela Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí, relativos à folha de pagamento do mês de julho de 2007, constatou-se algumas situações que vão do distanciamento entre os valores pagos individualmente aos servidores nos diferentes órgãos, às disparidades encontradas internamente, como é o caso da Procuradoria-Geral do Estado, onde a maior remuneração paga e informada pelo sistema, é 65 vezes maior do que o salário mínimo oficial, que em tese é o parâmetro mínimo para remuneração de um trabalhador, no território brasileiro. Os dados ilustrativos destas situações estão expostos nos quadros 05, 06, 07 e 08, seguintes:

Quadro 05 – Médias de salários mais altas e mais baixas, pagas pelos órgãos e/ou instituições, aos servidores ativos do Poder Executivo do Estado do Piauí

MÉDIAS SALARIAIS MAIS ALTAS		MÉDIAS SALARIAIS MAIS BAIXAS	
Órgão/instituição	Valor (R\$)	Órgão/instituição	Valor (R\$)
Procuradoria-Geral do Estado	7.606,59	Hospital Dirceu Arcoverde (HPM)	787,51
Controladoria-Geral do Estado	6.288,22	Secretaria da Educação e Cultura	846,65
Águas e Esgotos do Piauí S/A	3.864,00	Sec. Trabalho e Empreendedorismo	881,79
Secretaria Estadual da Fazenda	3.151,86	Fundação Cultural do Piauí	887,27
ERGOPI em Brasília	2.498,35	Secretaria Estadual de Saúde	947,23

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI

A motivação para a exposição dos dados constantes do quadro 05, foi revelar que, ademais às políticas empreendidas em torno da valorização geral dos servidores, existe uma forte discrepância na média de salários pagos nos distintos órgãos/instituições, onde a realidade geral do Estado era, em julho de 2007, de R\$ 1.612,51, valor 4,717 vezes menor do que a maior média verificada

Quadro 06 – Valores dos salários mais altos e mais baixos, pagos pelos órgãos e/ou instituições, aos servidores ativos do Poder Executivo do Estado do Piauí

SALÁRIO MAIS ALTO		SALÁRIO MAIS BAIXO	
Órgão/instituição	Valor (R\$)	Órgão/instituição	Valor (R\$)
Procuradoria-Geral do Estado	24.881,47	Hospital Dirceu Arcoverde (HPM)	350,00
Águas e Esgotos do Piauí S/A	19.311,20	Inst. de Previdência e Assistência	368,00
Secretaria da Fazenda	18.718,40	Secretaria de Educação e Cultura	380,00
Secretaria de Segurança Pública	16.430,83	Universidade Estadual do Piauí	380,00
Instituto de Terras do Piauí	15.497,06	Gabinete Militar	380,00

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia e Informática do Piauí – ATI

A leitura dos dados apresentados no quadro 06 mostra que há uma grande distância entre os valores individuais de salários pagos aos servidores, ao que se presume esteja envolvida a questão da qualificação profissional e titulação, vez que, por ocasião da solicitação das informações que originaram os indicadores em análise, à Agência de Tecnologia da Informação, recomendou-se que fossem retiradas as vantagens de natureza provisória, como é o caso do abono/rendimento do PASEP, de bolsas de estudos, do montepio da Polícia Militar ou de outras vantagens motivadas por demandas judiciais. Ainda assim, foi constatado que a maior remuneração identificada era 65,47 vezes maior do que o salário mínimo oficial, na ocasião fixado em R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais).

Em relação aos valores explicitados na última coluna do quadro 06, é conveniente que se ressalte que há uma determinação do Governo do Estado de que não haja nenhuma remuneração menor que o salário mínimo oficial, aliás, é uma imposição do próprio texto constitucional, que assim normatiza. Desta forma, ao serem avaliados os respectivos contracheques que originaram as informações em questão, a constatação foi de tratava-se de situações muito específicas e motivada por alguma compensação provocada por registro a maior e que no mês em referência foi feito o respectivo encontro de contas.

Quadro 07 – Maiores e menores diferenças entre o maior salário e a média de salário pagos pelos órgãos/instituições, aos servidores ativos do Poder Executivo do Estado do Piauí

MAIORES DIFERENÇAS		MENORES DIFERENÇAS	
Órgão/instituição	Quantidades	Órgão/instituição	Quantidades
Secretaria Estadual da Saúde	14,8	Companhia Editora do Piauí	2,0
Instituto de Terras do Piauí	11,4	Secretaria das Cidades	2,1
IAPEP	10,7	Loteria do Estado do Piauí	2,2
Polícia Militar do Estado do Piauí	9,4	Hospital Dirceu Arcoverde (HPM)	2,3
Departamento Estadual de Trânsito	9,2	ERGOPI em Brasília	2,4

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

Quadro 08 – Maiores e menores diferenças entre o maior salário e o menor salário pagos pelos órgãos/instituições, aos servidores ativos do Poder Executivo do Estado do Piauí

MAIORES DIFERENÇAS		MENORES DIFERENÇAS	
Órgão/instituição	Quantidades	Órgão/instituição	Quantidades
Procuradoria-Geral do Estado	65,5	Hospital Dirceu Arcoverde (HPM)	4,7
Secretaria Estadual de Fazenda	49,3	Coord. de Direitos Humanos	5,3
Secretaria de Segurança Pública	43,2	Secretaria das Cidades	6,4
Secretaria de Just. e Direitos Humanos	42,3	ERGOPI em Brasília	7,1
Instituto de Terras do Piauí	39,9	Secretaria de Turismo	8,2

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI

Observação: No caso da Procuradoria-Geral do Estado, Secretaria da Fazenda e Segurança Pública, o parâmetro utilizado no cálculo foi o salário mínimo vigente em julho de 2007, em face de nos registros da ATI, constarem como menor remuneração paga para um Procurador, o valor de R\$ 100,00, para um Técnico da Fazenda Estadual, R\$ 105,38 e para um 2º Sargento, R\$ 105,05, fatos creditados às anomalias das relações trabalhistas.

Tomando-se o indicador de distribuição dos servidores, segundo os níveis salariais, verificou-se que 5,06% recebiam até um salário mínimo, 33,54% entre um e dois salários mínimos, 51,42% entre dois e cinco salários mínimos e apenas 7,71 dos servidores recebiam mais de cinco salários mínimos. Importante ressaltar que há uma diferença de 2,27% na soma dos percentuais aqui explicitados, fato creditado aos servidores da AGESPISA – Águas e Esgotos do Piauí S/A, para os quais não foi possível o fracionamento por conta da não disponibilidade de dados por faixas salariais.

Entre os órgãos avaliados, a constatação geral foi de que em 30 deles não existiam servidores ganhando menos de R\$ 380,00 ou o salário mínimo oficial e entre os que apresentaram servidores menos do salário mínimo legalmente recomendado, as proporções mais elevadas foram registradas na Secretaria Estadual para Inclusão da Pessoa Deficiente (10,26%), Gabinete Militar (10,00%), Companhia Editora do Piauí (7,69%), Hospital Dirceu Arcoverde (6,25%) e Secretaria da Educação e Cultura (5,57%).

No outro extremo, tomou-se a proporção de servidores que percebiam mais de cinco salários mínimos, onde foi constatado que o órgão/instituição que liderava esse *ranking*, no mês de referência para o estudo (julho/2007), era a Controladoria-Geral do Estado, onde 82,14% recebiam mais de R\$ 1.900,00. Na sequência foram destacadas a Secretaria da Fazenda (60,63%), a Secretaria de Turismo (60,00%), a Agência de Desenvolvimento Habitacional (57,92%), a Secretaria Estadual de Segurança (54,69%) e a Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí, com 53,99% dos servidores percebendo remuneração acima do limite dos cinco salários mínimos.

Ainda em relação a avaliação da proporção dos vencimentos com o salário mínimo, chamou atenção, o caso da folha de pagamento do Hospital Dirceu Arcoverde, onde não apareceu nenhum valor de salário acima de R\$ 1.900,00 e o da Secretaria de Estado da Educação e Cultura, onde apenas 0,3% percebiam salários acima desse limite.

Uma das questões fundamentais do quadro de servidores do Estado é a qualificação profissional, pois é daí que se poderá esperar uma melhor prestação de serviços à sociedade, e, visto por essa ótica, pode-se afirmar que o Piauí já desfruta de uma situação favorável, vez que já chega a 40,91%, a proporção de servidores com formação superior. Registra-se, inclusive, que em 12 de suas instituições, esse coeficiente já é favorável a essa qualificação privilegiada. O quadro 09 a seguir, ilustra bem essa situação.

É bem verdade que essa realidade não favorece a todos os órgãos/instituições, onde os dados disponibilizados mostraram que em 37 delas, essa proporção é inferior à média estadual, chegando inclusive a casos em que nem 10% do efetivo têm essa titulação referenciada no parágrafo anterior.

Destacável também é o registro de pós-graduados, em que por ocasião do marco referencial para registros (julho de 2007), já foi possível identificar a presença de 46 doutores, desses, 44 lotados na Universidade Estadual e de 283 mestres.

Quadro 09 – Órgãos/instituições com mais de 50% do quadro de servidores com formação em nível de 3º grau

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	NÚMERO DE SERVIDORES		
	Total (A)	Com Nível Superior (B)	Proporção (B/A)
Fundação Universidade Estadual do Piauí	1.900	1.646	86,63
Defensoria Pública do Estado do Piauí	107	81	75,70
Controladoria-Geral do Estado	28	19	67,86
Secretaria de Estado do Turismo	15	10	66,67
Secretaria da Educação e Cultura	31.203	19.409	62,20
Agência de Tecnologia do Piauí	163	96	58,90
ERGOPI em Brasília	21	12	57,14
Fundação Centro de Pesquisas Econ. e Sociais do Piauí	172	94	54,65
Coordenadoria dos Direitos Humanos e da Juventude	22	12	54,55
Procuradoria-Geral do Estado do Piauí	116	63	54,31
Agência de Defesa Agropecuária do Piauí	210	114	54,29
Sec. Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência	39	21	53,85
NO ESTADO	66.148	27.059	40, 91

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI

Outra situação que diz respeito às preocupações, não só das instituições como dos próprios servidores, é a questão da idade, em parte porque induz aos gestores pensarem na manutenção das atividades em níveis satisfatórios e sempre em evolução, e isso tem relação direta com a estabilidade do quadro e as necessárias renovações. De outro lado, é importante que se ressalte, está o servidor, que, jogando com a legislação que disciplina as relações de trabalho, notadamente a dos servidores públicos, administram suas relações profissionais com

foco para possíveis oportunidades de valorização e como prêmio, o regular afastamento merecido ao final da carreira.

No caso dos servidores ativos do Poder Executivo do Estado do Piauí, os dados avaliados mostraram uma proporção significativa de servidores com idade superior a 55 anos (12,71%), grupo para o qual deve se ter um olhar diferenciado, pois trata-se de indivíduos que certamente já está jogando com a relação *idade x tempo de serviços* e esperando o momento certo para a aposentadoria, ou em determinados casos estão apenas provisoriamente, ocupando cargos comissionados, cuja relação de trabalho e permanência no serviço público ativo depende da vontade do gestor em exercício. A distribuição dos servidores por grupos de idade está ilustrada no quadro 10, seguinte:

Quadro 10 – Distribuição percentual dos servidores ativos do Poder Executivo do Estado do Piauí, segundo o sexo e grupos de idade

GRUPOS DE IDADE	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Até 25 anos	4,74	5,44	4,23
De 26 a 35 anos	20,35	22,88	18,47
De 36 a 50 anos	47,81	44,17	50,51
De 51 a 55 anos	14,39	13,78	14,83
De 56 a 60 anos	7,51	7,35	7,64
Mais de 60 anos	5,20	6,38	4,32

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

A leitura dos dados do quadro 10 mostra dois elementos significativos para avaliação da estrutura etária dos servidores públicos do Estado do Piauí. O primeiro é a baixa participação de jovens servidores na faixa etária de até 25 anos (4,74%), demonstrando que as renovações que vêm se processando nos últimos anos, pouco têm beneficiado esse grupo etário. No outro extremo, verifica-se uma proporção de 5,20% dos servidores enquadrados na faixa etária de mais de 60 anos, fato que denuncia a necessidade da preparação de possíveis substituições, pois certamente trata-se dos casos de servidores que aguardam apenas o ajuste de idade ou tempo de contribuição, para efetivarem o regular e sonhado afastamento.

Enfatizando ainda a questão de servidores com faixa de idade acima dos 60 anos, chamou atenção no estudo, os casos do Departamento de Estradas de Rodagem, que tinha 23,35% de servidores nessa faixa de idade; da Secretaria de Desenvolvimento Rural (16,62%); do Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí (13,43%); do Hospital Dirceu Arcoverde - HPM (13,39%) e da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (11,61%), que, por conta da presença de pessoas com elevada faixa de idade, remete para uma forte tendência de afastamentos, por conta de aposentadorias e para uma necessária e consequente renovação de seus quadros.

Necessário se faz destacar o número de servidores incluídos na faixa etária de 36 a 50 anos (47,81%), período em que os estudos mostram o ápice do amadurecimento profissional e isso certamente vai estabelecer uma correlação direta com a maior qualidade da produção e produtividade dos serviços prestados à coletividade.

Também foi motivo de avaliação no estudo, a relação entre a idade cronológica do servidor, idade na ocasião da contratação e tempo médio de atividade no serviço público. Os quadros 11 a 16 seguintes, mostram onde essas variáveis são mais e menos significativas.

Quadro 11 – Órgãos/instituições que apresentam as mais altas médias de idade civil

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	MÉDIAS DE IDADE (anos)		
	Idade Civil	Na Contratação	Tempo de Serviços
Departamento de Estradas de Rodagem	54,22	28,79	25,32
Secretaria de Desenvolvimento Rural	52,06	30,62	21,79
Fundação CEPRO	51,13	28,06	23,86
Departamento Estadual de Trânsito	51,05	27,69	24,22
Hospital Dirceu Arcoverde (HPM)	50,52	30,57	20,27
MÉDIA ESTADUAL	43,12	28,72	15,03

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

No que se refere à média de idade dos servidores públicos ativos do Estado do Piauí, os dados avaliados mostraram ser de 43,12 anos, variando esses valores de 54,22 anos, no Departamento de Estradas de Rodagem a 35,68 anos, na Coordenadora de Direitos Humanos e da Juventude.

Quadro 12 – Órgãos/instituições que apresentam as mais baixas médias de idade civil

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	MÉDIAS DE IDADE (anos)		
	Idade Civil	Na Contratação	Tempo de Serviços
Coord. de Direitos Humanos e da Juventude	35,68	33,77	2,98
Secretaria de Estado das Cidades	36,37	29,89	7,34
Sec. Estadual p/Inclusão da Pessoa com Deficiência	36,82	34,72	3,81
Secretaria de Estado dos Transportes	37,83	35,26	4,40
Defensoria Pública do Estado do Piauí	38,84	29,63	9,52
MÉDIA ESTADUAL	43,12	28,72	15,03

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

Em relação à idade do servidor por ocasião da sua admissão no serviço público, a média estadual registrada foi de 28,72 anos, e os extremos: o mais elevado, na Secretaria de Governo (35,83 anos) e o mais baixo, no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí (23,48 anos).

Quadro 13 – Órgãos/instituições que apresentaram as mais altas médias de idade por ocasião da contratação

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	MÉDIAS DE IDADE (anos)		
	Na Contratação	Idade Civil	Tempo de Serviços
Secretaria de Estado do Governo	35,83	42,18	8,33
Secretaria de Estado dos Transportes	35,26	37,83	4,40
Sec. Estadual p/Inclusão da Pessoa com Deficiência	34,72	36,82	3,81
ERGOPI em Brasília	34,52	41,30	7,86
Instituto de Metrologia do Piauí	34,45	44,86	11,81
MÉDIA ESTADUAL	28,72	43,12	15,03

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

Quadro 14 – Órgãos/instituições que apresentaram as mais baixas médias de idade por ocasião da contratação

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	MÉDIAS DE IDADE (anos)		
	Na Contratação	Idade Civil	Tempo de Serviços
Corpo de Bombeiros Militar do Piauí	23,48	43,12	17,77
Polícia Militar do Estado do Piauí	23,64	39,38	16,87
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí	26,57	38,99	20,59
Agência de Desenvolvimento Habitacional	27,37	47,76	22,46
Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí	27,40	49,27	17,97
MÉDIA ESTADUAL	28,72	43,12	15,03

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

Quadro 15 – Órgãos/instituições que apresentaram as mais altas médias de tempo de serviços

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	MÉDIAS DE IDADE (anos)		
	Tempo de Serviços	Idade Civil	Na Contratação
Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí	25,32	54,22	28,79
Departamento Estadual de Trânsito	24,22	51,05	27,69
Fundação CEPRO	23,86	51,13	28,06
Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo	22,48	50,15	28,67
Agência de Desenvolvimento Habitacional	22,46	49,24	27,37
MÉDIA ESTADUAL	15,03	43,12	28,72

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

Quadro 16 – Órgãos/instituições que apresentaram as mais baixas médias de tempo de serviços

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	MÉDIAS DE IDADE (anos)		
	Tempo de Serviços	Idade Civil	Na Contratação
Coord. de Direitos Humanos e da Juventude	2,98	35,68	33,77
Sec. Estadual p/Inclusão da Pessoa com Deficiência	3,81	36,82	34,72
Secretaria de Estado dos Transportes	4,40	37,83	35,26
Universidade Estadual do Piauí	6,12	39,14	33,64
Secretaria de Estado das Cidades	7,34	36,37	29,89
MÉDIA ESTADUAL	15,03	43,12	28,72

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

3.1 Produção Agrária, Distribuição e Política Fundiária

A política de produção agrária no Estado do Piauí está a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Rural que está organizada com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, através da implementação de programas que vão de encontro aos interesses dos segmentos responsáveis pela produção agrícola, pecuária e extrativismo vegetal, adotando para isso, políticas voltadas para atenção a comunidades e associações de produtores, proteção do solo e controle do uso de defensivos e fertilizantes, expansão da oferta de insumos e tecnologias básicas para a agropecuária, além da concepção e controle da política estadual de colonização.

Para o desempenho dessa missão conta com órgãos vinculados que têm atribuições específicas como: a Agência de Defesa Agropecuária do Estado Piauí (ADAPI), encarregada da elaboração, coordenação e execução da política de defesa agropecuária do Estado; o Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), que trata da política estadual de colonização e reforma agrária, proteção e controle das terras públicas e administração dos recursos destinados aos programas fundiários; o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), responsável pelas ações de assistência técnica aos produtores rurais, disseminação de tecnologias adaptáveis às condições do meio rural e compatíveis com os hábitos e costumes da população e promoção de ações que visem facilitar a aproximação de pequenos produtores aos sistemas de financiamentos proporcionados pela rede bancária e a Centrais de Abastecimento do Piauí – CEAPI (antiga CEASA), que trata da orientação de disciplinamento do abastecimento e comercialização da produção.

O desenvolvimento de toda essa política voltada para o meio rural no Estado do Piauí, está a cargo de um quadro de 1.438 servidores distribuídos nos cinco órgãos vinculados, cujos perfis em relação média de idade e tempo de serviços são os seguintes:

Quadro 17 – Idade média atual dos servidores ligados ao setor agrário, média na contratação e média de tempo de serviço atual, em julho de 2007

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	MÉDIA DE IDADE		
	Idade Média	Média na Admissão	Média de Tempo de Serviços
Secretaria de Desenvolvimento Rural	52,06	30,62	21,79
Agência de Defesa Agropecuária do Piauí	48,11	28,19	20,16
Instituto de Terras do Piauí	49,88	29,86	19,94
Instituto de Assist. Técnica e Extensão Rural	48,01	27,51	21,40
Centrais de Abastecimento do Piauí	41,10	29,48	12,38
MÉDIA ESTADUAL	43,12	28,72	15,03

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

A análise do quadro 17, mostra que a média de idade dos servidores encarregados da política agrícola era, em julho/2007, de 47,83 anos, chegando a 52,06 anos na Secretaria de Desenvolvimento Rural e baixando para 41,10 anos, nas Centrais de Abastecimento. No outro extremo, ou seja, na coluna que indica o tempo médio de atividade no serviço público, vê-se que já se aproxima dos 20 anos (19,13 anos) e, novamente, é na CEAPI que se verifica a menor permanência no serviço público.

Em relação às médias salariais verificadas nos órgãos voltados para o apoio e desenvolvimento das atividades ligadas ao setor rural, a constatação foi de que apenas na Agência de Defesa Agropecuária, o valor superou a média estadual. De outro lado, foi constatada a existência de salários pagos a servidores do EMATER, no valor de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais), menor, portanto, do que o salário mínimo oficial, conforme pode ser verificado no quadro 18 abaixo:

Quadro 18 – Média salarial dos servidores ligados ao setor agrário, julho de 2007

ORGÃO/INSTITUIÇÃO	VARIACÃO SALARIAL (R\$)		
	Média	Menor Valor	Maior Valor
Secretaria de Desenvolvimento Rural	1.005,25	382,92	7.137,20
Agência de Defesa Agropecuária do Piauí	1.666,92	380,00	6.623,40
Instituto de Terras do Piauí	1.361,49	387,79	15.497,06
Instituto de Assist. Técnica e Extensão Rural	1.550,41	330,00	8.338,58
Centrais de Abastecimento do Piauí	1.607,35	446,00	4.800,00
NO ESTADO	1.612,51	380,00	24.881,47

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

3.2 Saúde e Seguridade Social

A política de atendimento à saúde e operacionalização da seguridade social no Estado do Piauí está a cargo da Secretaria da Saúde e do Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí, os quais estão estruturados para atender as seguintes demandas:

A Secretaria da Saúde é o órgão responsável pela formulação e regulamentação das políticas públicas de saúde do Estado, implementação das medidas de prevenção de endemias e epidemias e organização e manutenção da rede de unidades de saúde pública, voltada para atendimento direto à sociedade.

No tocante à sua estrutura, trata-se de uma instituição com atuação em todos os municípios do Estado, ora diretamente, ora a partir da rede conveniada com os municípios, e em casos específicos, através da iniciativa privada, sempre com o objetivo de dar suporte às ações de assistência à população necessitada e implementação das medidas de prevenção de doenças em áreas consideradas de risco.

O Instituto de Assistência e Previdência assume, na estrutura organizacional do Estado, a tarefa de formulação e execução da política de seguridade social, que compreende as ações de suporte de atendimento à saúde dos servidores e seus dependentes e a assistência social, notadamente, nos casos em que ele necessita afastar-se do seu ambiente de trabalho por conta de alguma complicação física própria ou de algum dependente e à manutenção de proventos e aposentadorias, nos casos em que o servidor ou dependente ganhe o direito a tais benefícios.

Para gerir as suas ações nos 224 municípios do Estado, a Secretaria da Saúde contava em julho/2007, com 11.353 servidores, estes distribuídos entre 7.907 servidores efetivos, 135 comissionados e 3.311 prestadores de serviços.

Ao avaliarem-se as condições salariais do quadro de servidores da Secretaria da Saúde, constatou-se que a média salarial era de R\$ 947,23 e os limites mínimo e máximo de vencimentos situavam-se entre R\$ 380,00 e R\$ 14.029,53, isso para o quadro de servidores efetivos. No tocante aos prestadores de serviços, a média salarial era de R\$ 472,64, situada num intervalo de variação de R\$ 380,00 a R\$ 2.692,28.

Vistos a partir dos grupos etários, constatou-se que o quadro de servidores efetivos da Secretaria de Estado da Saúde tinha idade média de 49,37 anos. Ressalte-se, por oportuno, que entre estes servidores foi constata a frequência 14,25% com idade entre 56 e 60 anos e 11,05%, com mais de 60 anos de idade. No que se refere aos prestadores de serviços, a idade média era de 35,55 anos e apenas 5% deles com idade acima de 56 anos.

Em relação ao tempo de serviço dos servidores efetivos, os dados disponibilizados pela Agência de Tecnologia da Informação do Estado indicaram uma média de 20 anos, quadro compatível com a média de idade em que foram admitidos, que foi de 29,2 anos de idade. Importante destacar que do quadro efetivo de servidores da Saúde, 13,14% encontram-se com mais de 30 anos de atividade, dado que remete para a necessidade de reposição de servidores num curto espaço de tempo. Esta mesma situação quando associada ao quadro de prestadores de serviços, indicou em média 7,7 anos de atividade e entre eles, oito servidores com mais de 30 anos de serviços.

No caso do IAPEP, que cuida da política de saúde e seguridade do servidor público estadual e de seus dependentes, apesar de não contar com instalações fixas em todas as municipalidades, tem suas ações capilarizadas em todos os pontos do Estado, visto que os servidores lá estão desempenhando suas funções de execução das ações a que o poder público constitucionalmente se propõe a prestar ao cidadão.

Para o cumprimento de sua tarefa, o Instituto contava com 581 servidores, destes, 65,7% composto por mulheres. Em relação à idade dos servidores do IAPEP, os registros disponibilizados possibilitaram e permitiram o cálculo de indicadores, em que ficou demonstrado que a idade média dos servidores ali lotados era de 50,5 anos. A média de idade por ocasião da admissão, foi de 29,01 anos e a média de tempo de serviços estava na casa de 22 anos. Esses dados indicam que apesar do tempo de serviço não ser tão elevado, 9,6% dos funcionários já contam com mais de 30 anos de serviço. Também é importante verificar que a idade média é relativamente alta, e o órgão já conta com 13,4% de servidores com mais de 60 anos de idade.

Ainda no apoio à prestação de serviços de assistência à saúde do cidadão, o Estado conta ainda com o suporte do Hospital Dirceu Arcoverde, vinculado à Polícia Militar do Piauí e que de forma destacada contava com uma folha de 112 servidores.

3.3 Assistência Social e Cidadania

A política de assistência social ao cidadão piauiense é atribuição constitucional da Secretaria de Assistência Social e da Cidadania, a quem cabe diretamente a articulação entre os órgãos públicos e a sociedade civil, a execução e prestação de serviços assistenciais, propiciando condições mínimas à promoção de grupos vulneráveis, especialmente os idosos, os desempregados, as crianças e adolescentes em situação de risco e as pessoas com deficiência.

À Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC) cabe ainda a definição e supervisão da política estadual de promoção dos direitos da criança e do adolescente, o estímulo e apoio técnico e financeiro às associações e consórcios municipais na prestação dos serviços de assistência social, além da execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade determinadas pela justiça, sempre em consonância com a política nacional.

De forma mais dirigida à integração da pessoa portadora de deficiência, está a Secretaria de Estado para Inclusão da Pessoa com Deficiência (SEID), cuja missão se volta para a proposição, articulação e monitoramento de políticas públicas estaduais, com foco voltado para a integração dos portadores de deficiências, de modo a promover e aumentar a sua autoestima e a defesa dos seus direitos sociais.

A formulação e implementação da política estadual de segurança alimentar e sua articulação com a sociedade civil e com as políticas e programas oriundos do governo federal e dos governos municipais, no âmbito da assistência ao cidadão e sua integração ao meio social, está a cargo direto da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Erradicação da Fome, conhecido popularmente como Programa Fome Zero.

Tratam-se, portanto, de ações coordenadas pelo órgão central, a Secretaria de Assistência Social e Cidadania e de estruturas vinculadas que se voltam para a articulação de ações que propiciem a interface da figura do governo com o cidadão, especialmente no tocante aos programas de assistência voltados para a segurança alimentar e a erradicação da fome. Para esta finalidade, conta com aporte financeiro do erário estadual e administra recursos oriundos de convênios celebrados com órgãos federais e com a própria iniciativa privada.

Está presente em todos os municípios do Estado do Piauí, ora diretamente, tais são os casos dos municípios mais populosos, ora através de convênios com órgãos municipais, e para isso contava, em julho/2007, com 969 servidores, 898 lotados diretamente na Secretaria de Assistência Social e Cidadania, 32 na Coordenadoria de Segurança Alimentar e Erradicação da Fome e 39 ligados diretamente à Secretaria Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Em relação aos níveis salariais percebidos, verificou-se um certo distanciamento em relação à média estadual, e mesmo dentro dos órgãos que cuidam da política de assistência social, os afastamentos são consideráveis, conforme pode ser visto no quadro 19 abaixo, em que pode-se verificar uma certa anomalia onde a menor média e o valor mais alto pago aos servidores está no próprio órgão coordenador da política de assistência social.

Quadro 19 – Média salarial dos servidores que cuidam a assistência social no Estado do Piauí

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	VARIÇÃO SALARIAL (R\$)		
	Média	Menor Valor	Maior Valor
Secretaria de Assistência Social e Cidadania	1.025,32	401,60	7.365,88
Coordenadoria Estadual de Segurança Alimentar	1.525,34	545,00	4.800,00
Sec. Estadual p/Inclusão da Pessoa com Deficiência	1.194,60	380,00	4.800,00
NO ESTADO	1.612,51	380,00	24.881,47

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

3.4 Apoio à Funcionalidade do Palácio do Governo

O funcionamento da máquina administrativa do Governo, no que se refere ao próprio desempenho do Governador e de seu Vice, está relacionado ao trabalho da Secretaria de Governo, que é o órgão encarregado diretamente pelo funcionamento da administração estadual, vez que a ele cabe a prestação de assistência direta e imediata ao Governador na sua representação política e social, nas suas relações com os demais poderes do Estado, incluindo o relacionamento com o Ministério Público e o Tribunal de Contas.

Compondo o quadro da Secretaria de Governo, estavam, em julho de 2007, 253 servidores de formação e escolaridade diversificadas, voltados para atender às várias funções do próprio órgão, os quais contavam com uma idade média de 42 anos e tempo médio de serviço de 8,3 anos, o que denota que mesmo tratando-se de pessoas com larga experiência de vida, tem pouco tempo no serviço público, o que demonstra uma característica do próprio órgão que é a formação de uma equipe, com pessoas de estrita confiança do titular, e que por ocasião das normais substituições em função das alternâncias nas titularidades da pasta, estes também são substituídos.

Também é da competência da Secretaria de Governo o relacionamento do Governador com a Assembleia Legislativa, notadamente, na tramitação de matérias de interesse geral do Estado. Estando afeto ainda a organização e manutenção da agenda do Governador, a elaboração de atos e decretos administrativos e sua publicação na imprensa oficial, o disciplinamento das audiências do Governador e o próprio cerimonial do Palácio, objetivando que haja harmonia no funcionamento da administração e no relacionamento com os demais órgãos do Governo e com a sociedade.

Com funções análogas está a Vice-Governadoria, que tem a competência de prestar apoio às ações de funcionamento do gabinete do Vice-Governador naquilo que for necessário ao seu raio de influência, além de assessorar o Governador no que for solicitado, de sorte que, quando necessário se processe a substituição do titular, sem quebra de continuidade das ações administrativas.

Ainda como órgão estratégico para o bom funcionamento da administração estadual, está o Gabinete Militar, instituição que responde pela política de segurança do Palácio do Governo, do próprio Governador do Estado e seus familiares, além de outras personalidades que se encontrem a serviço do governo ou quando de interesse e recomendado pelo chefe do Poder Executivo.

Também é da responsabilidade do Gabinete Militar, conforme a Lei Complementar nº 28, de 09/06/2003, zelar pela estabilidade institucional em caso de greves ou eminente ameaça à ordem pública. Neste particular estão inclusos, além do transporte do Governador, a administração do próprio Palácio de Governo.

Em julho de 2007, o cumprimento desta responsabilidade legal afeta aos órgãos de apoio ao funcionamento do Palácio do Governo, estava a cargo de um quadro formado por 523 profissionais, assim distribuídos: 70 na Vice-Governadoria, 200 no Gabinete Militar e 253 na Secretaria de Governo.

No caso dos 200 servidores que formam o quadro do Gabinete Militar, destaca-se que 156 são pertencentes ao contingente da Polícia Militar, estes distribuídos entre os postos de soldado a major e 44 civis, enquadrados entre: motoristas, mecânicos, escriturários, professores, jardineiros, garçons etc.

Em relação à condição do gênero dos profissionais que formam o Gabinete Militar, constatou-se uma baixa participação de pessoas de sexo feminino (10,00%), ao lado de 180 representantes do sexo masculino, os quais percebiam remuneração variando de R\$ 380,00 a R\$ 10.109,91, com uma média salarial de R\$ 1.790,55.

No que tange à idade dos servidores do Gabinete Militar, verificou-se tratar de um quadro com idade média de 42,2 anos, e entre os quais, quatro indivíduos com mais de 60 anos.

Em relação ao tempo de serviço dos servidores que exercem suas funções junto ao Gabinete Militar, os dados disponibilizados indicaram para uma média de 15,7 anos sendo que destes, 11,5% contam com mais de 25 anos de serviço.

Quadro 20 – Média salarial dos servidores que cuidam do apoio e funcionalidade do Palácio do Governo.

ÓRGÃO	VARIAÇÃO SALARIAL (R\$)		
	Média	Menor Valor	Maior Valor
Secretaria de Governo	1.962,08	380,00	11.448,00
Vice-Governadoria	1.818,13	710,00	10.303,20
Gabinete Militar	1.790,79	380,00	10.109,91
NO ESTADO	1.612,51	380,00	24.881,47

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

3.5 Segurança e Apoio ao Cidadão

A área da Segurança tem um papel constitucional dos mais relevantes e por conta disso, estabelece uma forte interface com a sociedade, posto está disponível não só nos momentos das agonias momentâneas, moldadas pela forte onda de insegurança por que passa o cidadão, mormente à crescente onde de violência instalada no seio da sociedade brasileira, mas na sua função de suporte e defesa dos seus direitos a garantias individuais e sociais.

Assim sendo, o cumprimento desse importante papel social está a cargo da Secretaria de Estado da Segurança Pública, da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, da Polícia Militar e Civil e da Defensoria Pública, órgãos sobre os quais, segundo instrumentos normativos do Estado do Piauí, recaem os seguintes papéis:

- À Secretaria de Segurança Pública compete a manutenção das polícias administrativa e judiciária, voltadas para as ações de policiamento preventivo e repressivo, em todo o território do Estado do Piauí, cabendo-lhe o papel de auxiliar o Poder Judiciário no cumprimento de suas decisões, além da promoção da modernização e equipamento do aparelho policial do Estado.

- Complementando as ações e manutenção das políticas administrativa e judiciária, está a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos, a quem cabe a administração do sistema penitenciário do Estado, desenvolvendo programas de ressocialização de presos, de modernização do sistema penitenciário, de zelo pela proteção dos direitos humanos e colaboração com os demais órgãos públicos para proteção e desenvolvimento da cidadania plena.

- A Polícia Militar, estruturada há mais de 170 anos, tem como função constitucional a manutenção da ordem interna e segurança do cidadão, atuando na execução do policiamento ostensivo fardado e na repressão, quando de perturbações da ordem pública, além de atuar com força auxiliar do Governo Federal, em caso de guerra externa.

- À Defensoria Pública, organizada nos termos da Lei Complementar nº 28, de 9 de junho de 2003, cabe a apresentação de assistência jurídica integral e gratuita e a representação judicial e extrajudicial em todas as esferas administrativas e instância judiciais, atuando prioritariamente em favor dos mais necessitados, segmento em que atua, ainda, a Coordenadoria dos Direitos Humanos e da Juventude.

O quantitativo de pessoal destinado à execução das inúmeras atribuições a que se refere ao aparelho de segurança do cidadão era, em julho de 2007, de 8.088 servidores, distribuídos conforme o quadro 21, seguinte.

Quadro 21 – Servidores lotados nos órgãos de segurança e apoio ao cidadão

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	NÚMEROS DE SERVIDORES LOTADOS		
	Total	Homens	Mulheres
Polícia Militar do Estado do Piauí	5.333	5.117	216
Coordenadoria dos Direitos Humanos ⁽¹⁾	22	9	13
Defensoria Pública do Estado do Piauí	107	52	55
Secretaria de Justiça e Direitos Humanos	772	502	270
Secretaria de Segurança Pública	1.854	1.528	326
TOTAL	8.088	7.208	880

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

(1) Importante que se ressalte que, mesmo vinculada à Secretaria de Assistência Social e Cidadania, desempenha importante papel de apoio à segurança do cidadão.

É importante destacar que mesmo tratando-se de um quantitativo relativamente elevado em relação ao universo de servidores do Estado (12,23%), as informações disponibilizadas são de que existem, só na Polícia Militar, uma carência de cerca de 4 mil “homens”. Esta mesma situação de carência de pessoal é reclamada também pela Polícia Civil e Defensoria Pública.

Em relação ao desempenho das atividades da Polícia Civil, instituição ligada diretamente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, é importante que se registre o esforço realizado em torno do cumprimento da função constitucional, notadamente no trabalho silencioso de investigação dos crimes praticados contra a ordem pública, mas é inegável a fragilidade do trabalho desenvolvido por esta organização em relação a administração das delegacias localizadas nos pequenos municípios, onde via de regra são comandadas por policiais militares, que mesmo abnegados no desempenho de suas atribuições, não foram preparados para tal missão, já que a eles cabe a tarefa de policiamento

ostensivo e repressão aos agressores da ordem pública, e naquilo que for julgado necessário, o recolhimento e entrega para custódia, por parte da polícia judiciária.

Avaliando-se a situação dos servidores em relação condição de idade e tempo médio de atividade no serviço público, constatou-se que a idade média dos policiais militares é ligeiramente inferior à média do servidor público em geral (38,99 anos e 43,12 anos respectivamente). De outro lado, verificou-se que apenas 7,8% encontram-se no grupo de mais de cinquenta anos e, apesar de terem em média 16,9 anos de serviço, são profissionais que têm regime de trabalho diferenciado, e por isto, estão passíveis de afastarem mais cedo do serviço público.

No campo oposto, estão os servidores lotados na Secretaria de Estado da Segurança Pública, cuja média de idade de 44,51 anos é superior à média geral do servidor estadual, da mesma forma em que é também a média de tempo de serviço, a mais alta entre os profissionais que cuidam da segurança e defesa do cidadão. O quadro 22 abaixo, é ilustrativo dessa situação.

Quadro 22 – Servidores lotados nos órgãos de segurança e apoio ao cidadão

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	MÉDIA DE IDADE		
	Idade Média	Média na Admissão	Média de Tempo de Serviços
Polícia Militar do Estado do Piauí	38,99	23,64	16,87
Coordenadoria dos Direitos Humanos	35,68	33,77	2,98
Defensoria Pública do Estado do Piauí	38,84	29,63	9,52
Secretaria de Justiça e Direitos Humanos	42,35	29,10	13,30
Secretaria de Segurança Pública	44,51	27,40	17,97
NO ESTADO	43,12	28,72	15,03

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

Objetivando ainda compreender melhor as condições de trabalho do pessoal que tem a responsabilidade pela segurança e defesa dos direitos do cidadão, avaliou-se as condições salariais, conforme pode ser verificado no quadro 23, o qual trata de situações bastante dispersas, onde foi identificado, no quadro da Polícia Militar, uma remuneração de R\$ 18,00 (dezoito reais) e na Secretaria de Segurança Pública, uma de R\$16.430,83 (dezesesseis mil, quatrocentos e trinta reais e oitenta e três centavos).

Quadro 23 – Servidores lotados nos órgãos de segurança e apoio ao cidadão

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	VARIAÇÃO SALARIAL (R\$)		
	Média	Menor Valor	Maior Valor
Polícia Militar do Estado do Piauí	1.370,12	18,00	12.841,68
Coordenadoria dos Direitos Humanos	1.932,79	900,00	4.800,00
Defensoria Pública do Estado do Piauí	1.861,38	96,00	4.926,59
Secretaria de Justiça e Direitos Humanos	1.804,51	360,00	15.240,00
Secretaria de Segurança Pública	2.306,13	105,05	16.430,83
NO ESTADO	1.612,51	380,00	24.881,47

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

3.6 Arrecadação, Administração e Controle das Finanças Públicas

A administração e a execução da política fiscal, tributária e financeira do Estado do Piauí, estão a cargo da Secretaria da Fazenda que para cumprir esta função constitucional legal, recebe aporte técnico da Agência de Tecnologia da Informação e da Controladoria-Geral do Estado. Em termos mais específicos, cabe à Secretaria da Fazenda, a manutenção do cadastro de contribuintes e sua orientação em relação à aplicação e interpretação da legislação tributária, informar à população sobre valores de taxas, contribuições, multas, licenças, alvarás e certidões, criação de mecanismos de articulação permanente com os setores econômicos do Estado, visando ordenar a regulamentação e a aplicação da política tributária, o endividamento fiscal das empresas e a negociação de alternativas para o equacionamento de débitos fiscais.

À Controladoria-Geral do Estado compete o supervisionamento técnico do sistema integrado de fiscalização financeira, contábil e auditável, emitindo para isto, atos normativos e determinando procedimentos de acompanhamento, avaliação e execução das auditorias, além da manutenção da integração com o Tribunal de Contas do Estado, no que tange ao controle de gastos das entidades estaduais.

Supletivamente a esse papel de controle a contribuintes e fiscalização de haveres de propriedade do Estado entra a Procuradoria-Geral do Estado, que nos termos das Constituições Federal e Estadual e com base em dispositivos específicos, representa o Estado e suas entidades judicial e extrajudicialmente, provendo os órgãos/instituições com medidas de caráter jurídico e promovendo a cobrança da dívida ativa dos entes estaduais.

Trata-se, portanto, de órgãos de vital importância para a vida econômica e financeira do Estado e que para o desempenho de suas atribuições contava, em julho/2007, com 1.795 servidores, estes relativamente bem remunerados, pois a média salarial na Secretaria Estadual da Fazenda era de R\$ 3.151,86 (três mil, cento e cinquenta e um reais e oitenta e seis centavos), chegando a R\$ 18.718,40 (dezoito mil, setecentos e dezoito reais e quarenta centavos), a maior remuneração paga, enquanto na Controladoria, a média salarial era de R\$ 6.288,22 (seis mil, duzentos e oitenta e oito reais e vinte e dois centavos), quando, no mesmo período, a média salarial dos servidores ativos do Poder Executivo do Estado do Piauí era de apenas R\$ 1.612,51 (um mil, seiscentos e doze reais e cinquenta e um centavos).

Em relação ao quadro da Procuradoria-Geral do Estado, composto por 116 servidores ativos, os dados disponíveis para o mês de julho de 2007, indicaram tratar-se de um grupo em que 54,31% são portadores de diploma de curso superior e percebiam uma remuneração média de R\$ 7.606,59, chegando ao limite de R\$ 24.881,47, o maior valor pago no período referenciado.

No caso da Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí, há de se ressaltar que mesmo sendo parte do Poder Executivo, é classificada como empresa pública e portanto, com regime jurídico diferenciado das demais instituições que cuidam da arrecadação e controle das finanças do Estado, empresa que inclusive vem passando por adaptações na sua organização interna. Em julho de 2007, ainda denominada de PRODEPI, contava com 163 servidores ativos, percebendo uma remuneração média de R\$ 2.295,99, num intervalo de variação de R\$ 670,20 a R\$ 7.561,18.

3.7 Educação, Cultura e Desportos

Reorganizada nos termos da Lei Complementar nº 28, de 9 de junho de 2003, cabe à Secretaria de Estado da Educação e Cultura, a execução dos planos estaduais de educação, em consonância com as diretrizes e planos nacionais e integrando-os às ações de competência dos municípios. Nesses termos, elabora e controla as ações no governo na área da educação, avalia os recursos e direciona os investimentos, além de orientar a iniciativa privada nessa área específica.

Para cumprimento dessa importante função constitucional, conta com a atuação de órgãos que têm missões para setores específicos, como é o caso da Universidade Estadual do Piauí, que se volta para a promoção do ensino, da pesquisa e da extensão, integrados à formação técnico-profissional, à produção científica, tecnológica, filosófica e artística do cidadão piauiense, com foco voltado para o desenvolvimento do Estado do Piauí. Ainda nessa área de apoio à produção técnico-científica, a sociedade piauiense conta com as ações da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí, a quem cabe viabilizar os programas de pesquisa e aperfeiçoamento de pessoal técnico do ponto de vista financeiro, seja com recursos estaduais ou arrecadados a partir de parcerias com outras agências de fomento à pesquisa ou a partir da integração com a iniciativa privada.

Como parte das ações complementares à formação de pessoal em nível superior, campo em que a UESPI vem atuando, e de forma destacada, em vários pontos do Estado, associa-se também o Instituto Superior de Educação Antonino Freire, que tem a missão de promover cursos e programas de formação inicial, continuada e complementar, de caráter profissional, destinados à capacitação de profissionais docentes e não docentes, para atuarem nas séries iniciais da educação básica.

Na área de apoio às manifestações culturais e artísticas, o sistema educacional conta com as ações da Fundação Cultural do Piauí, a quem cabe desenvolver, estimular, difundir e documentar as atividades culturais do Estado, mantendo para isso, centros de difusão cultural, programas de intercâmbio cultural e plano editorial para apoio e promoção de autores piauienses que tencionem divulgar ações nessa linha cultural.

As ações esportivas que complementam os programas de formação integral do educando, estão sob a responsabilidade da Fundação Estadual de Esportes do Piauí. A ela compete a elaboração e execução da política estadual para o desporto, o estímulo e participação do empresariado, a inclusão social dos portadores de necessidades especiais, a promoção de atividades lúdicas e a integração de suas ações com os municípios.

Destaca-se ainda como entes de apoio às ações culturais e desportivas no Estado do Piauí, os Fundos de Incentivo Estadual à Cultura e de Incentivo ao Esporte e Lazer, instituídos, respectivamente pelas Leis nº 5.405, de 14/07/2004 e nº 5.315, de 23/07/2003.

Como elemento de interface entre as ações educacionais, culturais e desportivas implementadas pelo Governo e voltadas para a sociedade, está estabelecida a Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí, que nos termos da Lei Complementar nº 30, de 17/07/2003, está estruturada para servir como meio de expressão e valorização da cultura piauiense, operação de emissoras de rádio e televisão com objetivos exclusivamente informativos,

culturais e educativos e de integração e articulação com outras entidades públicas e/ou privadas, visando ao melhor cumprimento de suas competências.

Certamente trata-se do conjunto de órgãos que absorve o maior número de servidores, conforme pode ser verificado no quadro 24, abaixo. Em relação ao quantitativo de servidores voltados para pensar as atividades ligadas à Educação, Cultura e Desportos, chama atenção, o fato de aqui estarem 50,9% do total de servidores do Estado e 64,3% de todas as mulheres que prestam serviços à sociedade piauiense, no âmbito do serviço público estadual.

Quadro 24 – Quantidade de servidores lotados nos órgãos da educação, cultura e desportos, segundo a condição de sexo

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	NÚMEROS DE SERVIDORES LOTADOS		
	Total	Homens	Mulheres
Secretaria da Educação e Cultura	31.203	8.597	22.606
Fundação Cultural do Piauí	392	162	230
Fundação de Amp. à Pesq. do Estado do Piauí	17	7	10
Fundação Estadual de Esportes	100	67	33
Fundação Rádio e Televisão Educativa	79	60	19
Fundação Universidade Estadual do Piauí	1.900	827	1.073
TOTAL	33.691	9.720	23.971

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

Notório, portanto, a importância das ações desenvolvidas pelos servidores lotados nos órgãos referenciados, especialmente no tocante ao aspecto da formação intelectual do povo piauiense, que percebiam, no período de referência dos dados estudados, salários variando de R\$ 66,67 a R\$ 8.452,15. Números que podem ser visualizados de forma mais clara no quadro 25.

Quadro 25 – Salários dos servidores lotados nos órgãos da educação, cultura e desportos, segundo as médias e valores extremos pagos

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	VARIÇÃO SALARIAL (R\$)		
	Média	Menor Valor	Maior Valor
Secretaria da Educação e Cultura	846,65	66,67	6.577,09
Fundação Cultural do Piauí	887,27	408,80	5.474,27
Fundação de Amp. à Pesq. do Estado do Piauí	1.408,02	482,82	4.800,00
Fundação Estadual de Esportes	1.388,86	380,00	5.594,73
Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí	1.126,31	380,00	4.800,00
Fundação Universidade Estadual do Piauí	1.095,02	380,00	8.452,15
NO ESTADO	1.612,51	380,00	24.881,47

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

Avaliando de forma mais acurada, os valores relacionados aos níveis salariais, verificou-se que nos seis órgãos relacionados no quadro 25, a média de vencimentos percebidos é inferior à média estadual e internamente, apesar de alguns valores mais elevados, certamente relacionados à remuneração dos gestores, não se constata grandes disparidades entre os valores pagos.

Outro elemento relevante na avaliação dos servidores que cuidam da educação, cultura e desporto, é a média de idade que, excluindo os servidores da Universidade Estadual do Piauí, todos contam com idade mediana acima dos 40 anos. Ainda nessa mesma questão é importante que se registre a média de tempo de serviço do quadro de servidores da UESPI que é de apenas 6,12 anos, mas que na ocasião da contratação já contavam com mais de 33 anos, fato que se explica por tratar-se de pessoas com relativo amadurecimento profissional e que ingressaram no serviço público, em sua maioria, já ostentando formação em nível de pós-graduação.

No que se refere aos servidores do quadro da Secretaria de Estado da Educação e Cultura, cujo tempo médio de serviço é de 13,8 anos, há de se ressaltar que 9,9% do efetivo ativo contavam, em julho de 2007, com mais de 55 anos, sinalizando para uma quase imediata substituição. Essa situação fica melhor ilustrada na leitura do quadro 26, abaixo.

Quadro 26 – Idade média atual dos servidores ligados à educação e cultura, média na contratação e média de tempo de serviço atual, julho de 2007

ORGÃO/INSTITUIÇÃO	MÉDIA DE IDADE		
	Idade Média	Média na Admissão	Média Tempo de Serviços
Secretaria da Educação e Cultura	42,10	28,80	13,80
Fundação Cultural do Piauí	49,33	29,47	20,48
Fundação de Amp. à Pesq. do Estado do Piauí	47,41	31,47	17,23
Fundação Estadual de Esportes	45,78	31,20	15,39
Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí	45,30	31,87	14,30
Fundação Universidade Estadual do Piauí	39,14	33,64	6,12
NO ESTADO	43,12	28,72	15,03

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia e Informática do Piauí – ATI.

3.8 Infraestrutura de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social

A vida ativa do Estado depende de toda uma rede de equipamentos físicos para suporte às ações voltadas para o desenvolvimento econômico e social e para isto são mantidos um conjunto de instituições com finalidades específicas em determinadas áreas, como é o caso da Secretaria de Infraestrutura que cuida da coordenação, execução e fiscalização das obras e serviços de engenharia no âmbito da administração direta e indireta e órgãos a eles vinculados; do Departamento de Estradas de Rodagem, que tem a missão de construir e conservar as rodovias estaduais; da AGESPISA, que tem a responsabilidade pela operacionalização da política estadual de saneamento e administração direta ou mediante convênios, dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

Na mesma linha de apoio ao desenvolvimento econômico e social do Estado, destaca-se ainda a Companhia Metropolitana de Transportes Públicos, que operacionaliza o serviço de transporte metrô-ferroviário na área de influência da Grande Teresina; da Companhia de Desenvolvimento do Piauí, que cuida do suporte voltado para exploração e utilização dos recursos naturais do Estado; da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, que coordena as políticas voltadas para o desenvolvimento da ciência e

tecnologia; da Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo, encarregada da política de geração de emprego e renda e apoio ao trabalhador nas áreas de segurança e saúde e da Secretaria das Cidades, que apoia as ações voltadas para as municipalidades.

Vê-se, portanto, que se tratam de órgãos com missões bem específicas, mas estratégicas para a vida do próprio Estado. Contava para isso, em julho de 2007, com um contingente de 3.023 servidores, a maior parte lotados na AGESPISA e no DER-PI. Em relação aos níveis salariais, os dados constantes do quadro 27 mostram uma forte diferença de valores, não só entre os órgãos/instituições, onde foi registrada uma média de R\$ 881,79, na Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo, ao lado de uma média de R\$ 3.864,00, na AGESPISA. Também chamou atenção na análise, a distância de valores dentro dos próprios órgãos/instituições, em que os valores mínimos e máximos pagos aos servidores são bastante divergentes.

Quadro 27 – Média salarial dos servidores ligados aos órgãos responsáveis pela infraestrutura e desenvolvimento econômico e social do Estado

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	VARIACÃO SALARIAL (R\$)		
	Média	Menor Valor	Maior Valor
Secretaria da Infraestrutura	1.568,16	430,40	9.899,48
Secretaria das Cidades	1.681,37	545,00	3.463,18
Secretaria do Desenv. Econômico e Tecnológico	1.149,43	416,00	5.573,48
Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo	881,79	416,00	4.903,27
Departamento de Estradas de Rodagem	2.067,74	330,48	11.416,04
Companhia de Desenvolvimento do Piauí	2.281,90	279,00	10.541,46
Companhia Metropolitana de Transportes Públicos	1.247,69	300,00	8.284,26
Águas e Esgotos do Piauí – S/A	3.864,00	615,20	19.311,20
NO ESTADO	1.612,51	380,00	24.881,47

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

3.9 Turismo e Proteção ao Meio Ambiente

O Turismo é uma das principais alternativas de geração de emprego e fortalecimento dos níveis de renda, não só das pessoas diretamente envolvidas com as diferentes atividades que a integram, mas para o próprio Estado, que ao impulsioná-lo, ativa a execução de obras de infraestrutura de alcance social geral e induz a iniciativa privada a prover os meios necessários para o seu desenvolvimento.

Também essencial nesse tópico de avaliação, é a questão da proteção ao meio ambiente, segmento para o qual se voltam todas as atenções das gerações atuais, pois são das ações empreendidas no presente que dependerão as futuras gerações. Nisso fica materializado o conjunto de preocupações que estão depositadas, não só nos órgãos públicos encarregados da execução das políticas de proteção aos mananciais de água, da flora e da fauna, vitais ao equilíbrio da vida na terra, como sobre a própria sociedade que deve aliar-se de forma mais efetiva às instituições públicas, com vistas a disciplinar e educar os cidadãos do presente e do futuro.

No caso do Estado do Piauí, esse trabalho está a cargo direto da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, da Secretaria de Estado do Turismo e da Empresa de Turismo do Piauí.

Inclui-se ainda como órgão oficial de proteção aos recursos hídricos no Estado, a AGESPISA, que administra a política de coleta, tratamento e distribuição de água para consumo humano e industrial em praticamente 70% das municipalidades, inclusive nas mais populosas, além de ter a responsabilidade pela questão do esgotamento sanitário, que ainda é incipiente, frente às necessidades de população estadual.

Afora os órgãos/instituições listados e eleitos como responsáveis diretos pela política de turismo e proteção ao meio ambiente, é importante que se enfatize a necessidade da participação dos órgãos ligados ao Poder Judiciário, que vão respaldar as ações repressoras empreendidas no nível do Executivo, da Polícia Militar, do Departamento de Estradas de Rodagem, do Departamento Estadual de Trânsito, da Secretaria do Planejamento e da Companhia de Desenvolvimento do Piauí, entre outros, que como instâncias de planejamento e execução de políticas de apoio à infraestrutura física e social, não podem estar alheios à questão.

Em relação ao pessoal responsável pela política de incentivo ao Turismo de proteção ao meio ambiente, no total de 199 servidores, distribuídos entre: 112 na Secretaria do Meio Ambiente; 15 na Secretaria de Turismo e 72 na Empresa de Turismo do Piauí, chamou atenção a baixa participação de profissionais de nível superior: 14,29% na Secretaria do Meio Ambiente e 19,44% na Secretaria de Turismo, bem como a alta proporção de servidores com vínculo de trabalho caracterizado como comissionado, 30,15% dos servidores aí vinculados.

3.10 Suporte à Funcionalidade Burocrático-administrativa do Estado do Piauí

A administração pública estadual funciona a partir de um conjunto de órgãos/instituições que se organizam em torno de objetivos distintos, cada um se encarregando de missões constitucionalmente determinadas. Entretanto, há de se reconhecer que a articulação e o equilíbrio dessas instituições, mesmo que fazendo parte de um único poder, o Executivo, dependem de elos de inter-relacionamento que garantam a harmonia e funcionalidade, papel que cabe à Secretaria Estadual da Administração, notadamente no que tange à política de administração de pessoal, e à Secretaria de Estado do Planejamento, que tem a missão de planejar as ações de desenvolvimento e disseminá-las nos órgãos setoriais ou de execução.

No caso da Secretaria de Estado da Administração, além do seu quadro de técnicos especializados, conta com o suporte da Escola de Governo, que foi organizada para suprir as necessidades de qualificação dos servidores que integram a máquina administrativa estadual; da Agência de Tecnologia da Informação, que administra o banco de dados com as respectivas informações do quadro de servidores e efetua o processamento das folhas de pagamento e do Instituto de Assistência e Previdência, que cuida das questões da seguridade social e assistência médica.

Em relação à Secretaria de Estado do Planejamento, é importante que se ressalte o papel que tem de articulação, não só entre os órgãos/instituições do Poder Executivo, mas

com os demais poderes, e acima de tudo, com as instâncias do governo federal e organismos internacionais. Na linha dessa articulação, os exemplos mais destacados são as questões da elaboração do Orçamento Anual, da Lei de Diretrizes Orçamentária e o Plano Plurianual de Desenvolvimento.

Como suporte técnico e informacional, a Secretaria do Planejamento conta com a Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO) que, como integrante da máquina estatal, tem a missão de elaborar os estudos e pesquisas necessárias ao conhecimento da realidade socioeconômica, além da organização e manutenção do sistema estatístico estadual. Os quadros 28, 29 e 30, mostram a distribuição dos servidores por condição de sexo, médias de idade, tempo de serviço e situação salarial.

Quadro 28 – Distribuição dos servidores responsáveis pela funcionalidade burocrático-administrativa do Estado do Piauí, em julho de 2007, segundo a condição de sexo

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	NÚMERO DE SERVIDORES		
	Total	Homens	Mulheres
Secretaria de Estado da Administração	406	150	256
Secretaria de Estado do Planejamento	184	98	86
Fundação Centro de Pesquisa Econ. e Sociais do Piauí	172	84	88
Instituto de Assistência de Previdência	581	199	382
Agência de Tecnologia da Informação	163	111	52
NO ESTADO	66.148	28.881	37.267

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

Quadro 29 – Média de idade e tempo de serviço dos servidores responsáveis pela funcionalidade burocrático-administrativa do Estado do Piauí, em julho de 2007

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	MÉDIA DE IDADE		
	Idade Média	Média na Admissão	Média de Tempo de Serviços
Secretaria de Estado da Administração	47,52	29,54	18,53
Secretaria de Estado do Planejamento	48,22	31,04	17,60
Fundação Centro de Pesquisa Econômicas e Sociais do Piauí	51,13	28,06	23,86
Instituto de Assistência de Previdência	50,05	29,01	22,00
Agência de Tecnologia da Informação	43,72	28,77	15,50
NO ESTADO	43,12	28,72	15,03

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

Quadro 30 – Média salarial dos servidores responsáveis pela funcionalidade burocrático-administrativa do Estado do Piauí, em julho de 2007

ORGÃO/INSTITUIÇÃO	VARIÇÃO SALARIAL (R\$)		
	Média	Menor Valor	Maior Valor
Secretaria de Estado da Administração	1.017,85	380,00	6.000,00
Secretaria de Estado do Planejamento	1.327,31	385,31	6.000,00
Fundação Centro de Pesq. Econ. e Sociais do Piauí	1.211,98	385,29	5.531,46
Instituto de Assistência de Previdência	1.209,69	380,00	12.964,00
Agência de Tecnologia da Informação	2.295,99	670,20	7.561,18
NO ESTADO	1.612,51	380,00	24.881,47

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

**Anexo 1 – Tabelas geradas com base em informações obtidas junto à Agência de
Tecnologia da Informação do Estado do Piauí**

Tabela 1 – Número de servidores ativos do Estado do Piauí, por condição de sexo, segundo a esfera administrativa de vinculação, em julho de 2007

ESFERA ADMINISTRATIVA	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Administração Direta	53.043	21.472	31.571
Autarquias	2.576	1.569	1.007
Fundações Públicas	2.660	1.207	1.453
Empresas Públicas	235	145	90
Sociedade de Economia Mista	2.203	1.710	493
Outros Órgãos/Instituições	5.431	2.778	2.653
TOTAL GERAL DO ESTADO	66.148	28.881	37.267

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

Tabela 1.1 – Número de servidores ativos do Estado do Piauí, por condição de sexo, segundo o órgão/instituição de lotação, em julho de 2007

ÓRGÃO	TOTAL	HOMENS	continua
			MULHERES
Agência de Defesa Agropecuária do Piauí	210	166	44
Polícia Militar do Estado do Piauí	5.333	5.117	216
Controladoria-Geral do Estado	28	10	18
Coordenadoria dos Direitos Humanos e da Juventude	22	9	13
Secretaria para Inclusão da Pessoa com Deficiência	39	16	23
Coordenação do Programa Fome Zero	32	13	19
Coordenadoria de Comunicação Social	85	43	42
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí	281	264	17
Defensoria Pública do Estado do Piauí	107	52	55
Vice-Governadoria do Estado do Piauí	70	38	32
Gabinete Militar do Governo do Estado do Piauí	200	180	20
Hospital Dirceu Arcoverde	112	21	91
Procuradoria-Geral do Estado	116	54	62
Secretaria de Estado da Administração	406	150	256
Secretaria de Estado da Ass. Social e Cidadania	898	272	626
Secretaria de Estado da Educação e Cultura	31.203	8.597	22.606
Secretaria de Estado da Fazenda	1.651	1.231	420
Secretaria de Estado da Infraestrutura	101	53	48
Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos	772	502	270
Secretaria de Estado da Saúde	8.042	2.386	5.656
Secretaria de Estado da Segurança Pública	1.854	1.528	326
Secretaria de Estado das Cidades	19	12	7
Secretaria de Estado do Desenv. Econômico e Tecnológico	134	54	80
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural	355	252	103
Secretaria de Estado do Governo	253	136	117
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	112	66	46
Secretaria de Estado do Planejamento	184	98	86
Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo	341	106	235
Secretaria de Estado dos Transportes	30	20	10
Secretaria de Estado do Turismo	15	7	8
Secretaria de Estado da Defesa Civil	17	12	5
Superintendência de Representação em Brasília	21	7	14
Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí	561	441	120
Departamento Estadual de Trânsito	468	269	199
Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural	718	505	213
Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí	581	199	382

Tabela 1.1 – Número de servidores ativos do Estado do Piauí, por condição de sexo, segundo o órgão/instituição de lotação, em julho de 2007

ÓRGÃO	TOTAL	conclusão	
		HOMENS	MULHERES
Instituto de Metrologia do Estado do Piauí	44	30	14
Instituto de Terras do Estado do Piauí	126	91	35
Junta Comercial do Estado do Piauí	78	34	44
Fundação Cultural do Estado do Piauí	392	162	230
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí	17	7	10
Fundação Estadual de Esportes	100	67	33
Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí	79	60	19
Fundação Universidade Estadual do Piauí	1.900	827	1.073
Fundação Centro de Pesq. Econômicas e Sociais do Piauí	172	84	88
Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí	163	111	52
Empresa de Turismo do Piauí	72	34	38
Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí	202	116	86
Centrais de Abastecimento do Piauí	29	17	12
Companhia Editora do Piauí	91	58	33
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí	21	19	2
Companhia de Desenvolvimento do Piauí	228	135	93
Companhia Metropolitana de Transportes Públicos	113	74	39
Águas e Esgotos do Estado de Piauí S/A	1.496	1.278	218
Loteria do Estado do Piauí	23	13	10
Prestadores de Serviços da Saúde	3.311	1.733	1.578
Reintegrados	228	174	54
Serviços Prestados	1.892	871	1.021

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

Tabela 2 – Número de servidores ativos do Estado do Piauí, por vínculo empregatício, segundo a esfera administrativa de vinculação, em julho de 2007

ESFERA ADMINISTRATIVA	NÚMERO DE SERVIDORES					
	TOTAL	1*	2*	3*	4*	5*
Administração Direta	53.043	44.329	1.270	7.404	2	38
Autarquias	2.576	2.439	125	5	-	7
Fundações Públicas	2.660	2.482	178	-	-	-
Empresas Públicas	235	208	26	-	-	1
Sociedade de Economia Mista	2.203	1.939	244	-	1	19
Outros Órgãos/Instituições	6.006	228	-	5.076	689	13
TOTAL GERAL DO ESTADO	66.148	51.625	1.843	12.394	221	65

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

Notas: 1* - Efetivos; 2* - Comissionados; 3* - Prestadores de serviços; 4 – Estagiários e 5* - Bolsistas/Mirins.

Tabela 2.1 – Número de servidores ativos do Estado do Piauí, por vínculo empregatício, segundo o órgão/instituição de lotação, em julho de 2007

continua

ÓRGÃO	NÚMERO DE SERVIDORES					
	TOTAL	1*	2*	3*	4*	5*
Agência de Defesa Agropecuária do Piauí	210	196	14	-	-	-
Polícia Militar do Estado do Piauí	5.333	5.328	-	-	-	5
Controladoria-Geral do Estado	28	22	5	1	-	-
Coordenação dos Direitos Humanos e da Juventude	22	3	19	-	-	-
Secretaria Estadual p/Inc. da Pessoa com Deficiência	39	22	17	-	-	-
Coordenação do Programa Fome Zero	32	13	19	-	-	-
Coordenadoria de Comunicação Social	85	41	44	-	-	-
Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Piauí	281	281	-	-	-	-
Defensoria Pública do Estado do Piauí	107	35	53	-	-	19
Vice-Governadoria do Estado do Piauí	70	31	39	-	-	-
Gab. Militar do Governo do Estado do Piauí	200	172	28	-	-	-
Hospital Dirceu Arcoverde	112	112	-	-	-	-
Procuradoria-Geral do Estado	116	94	22	-	-	-
Secretaria de Estado da Administração	406	346	60	-	-	-
Secretaria da Assistência Social e Cidadania	898	763	135	-	-	-
Secretaria de Estado da Educação e Cultura	31.203	23.729	64	7.403	2	5
Secretaria de Estado da Fazenda	1.651	1.635	16	-	-	-
Secretaria de Estado da Infraestrutura	101	85	16	-	-	-
Secretaria da Justiça e Direitos Humanos	772	686	78	-	-	8
Secretaria de Estado da Saúde	8.042	7.907	135	-	-	-
Secretaria de Estado da Segurança Pública	1.854	1.819	34	-	-	1
Secretaria de Estado das Cidades	19	4	15	-	-	-
Secretaria do Desenvolvimento Econ. e Tecnológico	134	99	35	-	-	-
Secretaria do Desenvolvimento Rural	355	308	47	-	-	-
Secretaria de Estado do Governo	253	67	186	-	-	-
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	112	76	36	-	-	-
Secretaria de Estado do Planejamento	184	132	52	-	-	-
Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo	341	296	45	-	-	-
Secretaria de Estado dos Transportes	30	4	26	-	-	-
Secretaria de Estado do Turismo	15	7	8	-	-	-
Secretaria de Estado da Defesa Civil	17	10	7	-	-	-
Superintendência de Representação em Brasília	21	6	15	-	-	-
Depto. de Estradas de Rodagem do Piauí	561	545	16	-	-	-

Tabela 2.1 – Número de servidores ativos do Estado do Piauí, por vínculo empregatício, segundo o órgão/instituição de lotação, em julho de 2007

ÓRGÃO	NÚMERO DE SERVIDORES					
	TOTAL	1*	2*	3*	4*	5*
Departamento Estadual de Trânsito	468	428	33	-	-	7
Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural	718	709	9	-	-	-
Instituto de Assistência e Prev. do Estado do Piauí	581	555	21	5	-	-
Instituto de Metrologia do Estado do Piauí	44	30	14	-	-	-
Instituto de Terras do Estado do Piauí	126	115	11	-	-	-
Junta Comercial do Estado do Piauí	78	57	21	-	-	-
Fundação Cultural do Estado do Piauí	392	358	34	-	-	-
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí	17	11	6	-	-	-
Fundação Estadual de Esportes	100	72	28	-	-	-
Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí	79	55	24	-	-	-
Fundação Universidade Estadual do Piauí	1.900	1.822	78	-	-	-
Fundação Centro de Pesquisas Sociais e Econ. do Piauí	172	164	8	-	-	-
Agência de Tecnologia da Inf. do Estado do Piauí	163	152	10	-	-	1
Empresa de Turismo do Piauí	72	56	16	-	-	-
Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí	202	185	5	1	-	11
Centrais de Abastecimento do Piauí	29	13	16	-	-	-
Companhia Editora do Piauí	91	55	36	-	-	-
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí	21	20	1	-	-	-
Companhia de Desenvolvimento do Piauí	228	216	5	-	-	7
Companhia Metrop. de Transportes Público	113	76	36	-	-	1
Águas e Esgotos do Piauí S/A	1.496	1.356	140	-	-	-
Loteria do Estado do Piauí	23	18	5	-	-	-
Prestadores de Serviços da Saúde	3.311	-	-	3.309	2	-
Reintegrados (DJ)	228	228	-	-	-	-
Serviços Prestados	1.892	-	-	1.676	216	-

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

Notas: 1* - Efetivos; 2* - Comissionados; 3* - Prestadores de Serviços; 4 – Estagiários e 5* - Bolsistas/Mirins.

Tabela 3 – Número de servidores ativos do Estado do Piauí, por média de rendimento salarial, segundo a esfera administrativa de vinculação, em julho de 2007

ESFERA ADMINISTRATIVA	VALOR DA REMUNERAÇÃO (R\$)		
	Valor Médio	Menor Valor	Maior Valor
Administração Direta	1.936,50	380,00	24.881,47
Autarquias	1.525,68	300,00	15.497,06
Fundações Públicas	1.186,24	380,00	8.452,15
Empresas Públicas	1.816,98	413,94	7.561,18
Sociedade de Economia Mista	2.339,93	279,00	19.311,20
Outros Órgãos/Instituições	869,72	380,00	6.000,00
QUADRO GERAL DO ESTADO	1.612,51	380,00	24.881,47

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

Tabela 3.1 – Número de servidores ativos do Estado do Piauí, por média de rendimento salarial, segundo o órgão/instituição de lotação, em julho de 2007

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	VALOR DA REMUNERAÇÃO (R\$)		
	Valor Médio	Menor Valor	Maior Valor
Agência de Defesa Agropecuária do Piauí	1.666,92	380,00	6.623,40
Polícia Militar do Estado do Piauí	1.370,12	380,00	12.841,68
Controladoria-Geral do Estado	6.288,22	545,00	15.357,43
Coordenadoria dos Direitos Humanos e da Juventude	1.932,79	900,00	4.800,00
Secretaria Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência	1.194,60	380,00	4.800,00
Coordenação do Programa Fome Zero	1.525,34	545,00	4.800,00
Coordenadoria de Comunicação Social	1.520,93	545,00	4.800,00
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí	1.620,20	959,00	13.250,13
Defensoria Pública do Estado do Piauí	1.861,38	380,00	4.926,59
Gabinete do Vice-Governador do Estado do Piauí	1.818,13	710,00	10.303,20
Gabinete Militar do Governo do Estado do Piauí	1.790,79	380,00	10.109,91
Hospital Dirceu Arcoverde	787,51	380,00	1.806,80
Procuradoria-Geral do Estado do Piauí	7.606,59	380,00	24.881,47
Secretaria da Administração	1.017,85	380,00	6.000,00
Secretaria da Ass. Social e Cidadania	1.025,32	401,60	6.983,68
Secretaria da Educação e Cultura	846,65	380,00	6.577,09
Secretaria de Estado da Fazenda	3.151,86	380,00	18.718,40
Secretaria de Estado da Infraestrutura	1.568,16	430,40	9.899,48
Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos	1.804,51	360,00	15.240,00
Secretaria de Estado da Saúde	947,23	380,00	14.029,53
Secretaria de Estado da Segurança Pública	2.306,13	380,00	16.430,83
Secretaria de Estado das Cidades	1.681,37	545,00	3.463,18
Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico	1.149,43	416,00	5.573,48
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural	1.006,25	382,92	7.137,20
Secretaria de Estado do Governo	1.962,08	380,00	11.448,00
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	1.474,44	398,18	6.000,00
Secretaria de Estado do Planejamento	1.327,31	385,31	6.000,00
Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo	881,79	416,00	4.903,27
Secretaria de Estado dos Transportes	2.050,73	545,00	7.295,63
Secretaria de Estado do Turismo	2.310,38	731,61	6.000,00
Secretaria de Estado da Defesa Civil	1.974,57	545,00	7.723,60
Superintendência de Rep. do Estado do Piauí em Brasília	2.498,35	845,00	6.000,00

continua

Tabela 3.1 – Número de servidores ativos do Estado do Piauí, por média de rendimento salarial, segundo o órgão/instituição de lotação, em julho de 2007

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
	Valor Médio	Menor Valor	Maior Valor
Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí	2.067,74	330,48	11.416,04
Departamento Estadual de Trânsito	1.247,46	300,00	11.416,04
Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural	1.550,41	330,00	8.338,58
Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí	1.209,69	380,00	12.964,00
Instituto de Metrologia do Estado do Piauí	1.402,56	398,85	4.800,00
Instituto de Terras do Piauí	1.361,49	387,79	15.497,06
Junta Comercial do Estado do Piauí	1.840,43	474,46	12.178,67
Fundação Cultural do Piauí	887,27	408,80	5.474,27
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí	1.408,02	482,82	4.800,00
Fundação Estadual de Esportes	1.388,86	380,00	5.594,73
Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí	1.126,31	380,00	4.800,00
Fundação Universidade Estadual do Piauí	1.095,02	380,00	8.452,15
Fundação Centro de Pesquisas Econ. e Sociais do Piauí	1.211,98	385,29	5.531,46
Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí	2.295,99	670,20	7.561,18
Empresa de Turismo do Piauí S/A	1.337,96	413,94	6.561,43
Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí	2.460,54	380,00	6.605,81
Centrais de Abastecimento do Piauí	1.607,35	446,00	4.800,00
Companhia Editora do Piauí	1.708,39	320,00	3.488,43
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí	1.012,33	350,00	3.230,00
Companhia de Desenvolvimento do Piauí	2.281,90	279,00	10.541,46
Companhia Metropolitana de Transportes Públicos	1.247,69	300,00	8.284,26
Águas e Esgotos do Piauí S/A	3.864,00	615,20	19.311,20
Loteria do Estado do Piauí	2.197,31	545,00	4.800,00
Prestadores de Serviços da Saúde	472,64	380,00	2.692,28
Reintegrados (DJ)	1.556,56	380,00	5.877,07
Serviços Prestados	579,95	380,00	6.000,00

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

Tabela 4 – Número de servidores ativos do Estado do Piauí, por estado civil, segundo a esfera administrativa de vinculação, em julho de 2007

ESFERA ADMINISTRATIVA	NÚMERO DE SERVIDORES		
	Total	Casados	Não Casados
Administração Direta	53.043	25.758	27.285
Autarquias	2.576	1.493	1.083
Fundações Públicas	2.660	1.305	1.355
Empresas Públicas	235	132	103
Sociedade de Economia Mista	2.203	1.117	1.086
Outros Órgãos/Instituições	5.431	1.984	3.447
TOTAL GERAL DO ESTADO	66.148	31.073	33.579

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

Tabela 4.1 – Número de servidores ativos do Estado do Piauí, por estado civil, segundo o órgão/instituição de vinculação, em julho de 2007

continua

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	NÚMERO DE SERVIDORES		
	Total	Casados	Não Casados
Agência de Defesa Agropecuária do Piauí	210	120	90
Polícia Militar do Estado do Piauí	5.333	542	4.791
Controladoria-Geral do Estado	28	14	14
Coordenadoria dos Direitos Humanos e da Juventude	22	7	15
Secretaria Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência	39	22	17
Coordenação do Programa Fome Zero	32	16	16
Coordenadoria de Comunicação Social	85	40	45
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí	281	31	250
Defensoria Pública do Estado do Piauí	107	50	57
Vice-Governadoria do Estado do Piauí	70	21	49
Gabinete Militar do Governo do Estado do Piauí	200	48	152
Hospital Dirceu Arcoverde	112	63	49
Procuradoria-Geral do Estado	116	59	57
Secretaria de Estado da Administração	406	157	249
Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania	898	513	385
Secretaria de Estado da Educação e Cultura	31.203	17.220	13.983
Secretaria de Estado da Fazenda	1.651	933	718
Secretaria de Estado da Infraestrutura	101	56	45
Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos	772	269	503
Secretaria de Estado da Saúde	8.042	3.965	4.077
Secretaria de Estado da Segurança Pública	1.854	759	1.095
Secretaria de Estado das Cidades	19	12	7
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econ. e Tecnológica	134	56	78
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural	355	226	129
Secretaria de Estado do Governo	253	142	111
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	112	67	45
Secretaria de Estado do Planejamento	184	106	78
Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo	341	197	144
Secretaria de Estado dos Transportes	30	15	15
Secretaria de Estado do Turismo	15	7	8
Secretaria de Estado da Defesa Civil	17	13	4
Superintendência de Representação em Brasília	21	12	9
Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí	561	360	201
Departamento Estadual de Trânsito	468	263	205

Tabela 4.1 – Número de servidores ativos do Estado do Piauí, por estado civil, segundo o órgão/instituição de vinculação, em julho de 2007

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	conclusão NÚMERO DE SERVIDORES		
	Total	Casados	Não Casados
Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural	718	373	345
Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí	581	346	235
Instituto de Metrologia do Estado do Piauí	44	32	12
Instituto de Terras do Piauí	126	74	52
Junta Comercial do Estado do Piauí	78	45	33
Fundação Cultural do Piauí	392	183	209
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí	17	7	10
Fundação Estadual de Esportes	100	65	35
Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí	79	42	37
Fundação Universidade Estadual do Piauí	1.900	916	984
Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí	172	92	80
Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí	162	98	64
Empresa de Turismo do Piauí S/A	72	34	38
Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí	202	154	48
Centrais de Abastecimento do Piauí	29	15	14
Companhia Editora do Piauí	101	24	77
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí	21	13	8
Companhia de Desenvolvimento do Piauí	228	111	117
Companhia Metropolitana de Transporte Público	113	64	49
Águas e Esgotos do Piauí S/A	1.496	713	783
Loteria do Estado do Piauí	23	15	8
Prestadores de Serviços da Saúde	3.311	1.224	2.078
Reintegrados (Decisão Judicial)	228	125	103
Serviços Prestados	1.892	635	1.275

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

Tabela 5 – Número de servidores ativos do Estado do Piauí, servidores portadores de curso de nível superior e relação com o universo, segundo a esfera administrativa, em julho de 2007

ESFERA ADMINISTRATIVA	NÚMEROS DE SERVIDORES		
	Total (A)	Nível Superior (B)	Relação (%) B/A
Administração Direta	53.043	23.797	44,86
Autarquias	2.576	557	21,62
Fundações Públicas	2.660	1.881	70,71
Empresas Públicas	235	110	46,81
Sociedade de Economia Mista	2.203	464	21,06
Outros Órgãos/Instituições	5.431	240	4,42
TOTAL GERAL DO ESTADO	66.148	27.049	40,89

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

Tabela 5.1 – Número de servidores ativos do Estado do Piauí, servidores portadores de curso de nível superior e relação com o universo, segundo o órgão da administração estadual, em julho de 2007

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	NÚMEROS DE SERVIDORES		
	Total (A)	Nível Superior (B)	Relação (%) B/A
Agência de Defesa Agropecuária do Piauí	210	114	54,29
Polícia Militar do Estado do Piauí	5.333	547	10,26
Controladoria-Geral do Estado	28	19	67,86
Coordenação dos Direitos Humanos e da Juventude	22	12	54,55
Secretaria Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência	39	21	53,85
Coordenação Estadual do Programa Fome Zero	32	15	46,88
Coordenadoria de Comunicação Social	85	26	30,59
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí	281	33	11,74
Defensoria Pública do Estado do Piauí	107	71	66,36
Gabinete do Vice-Governador do Estado do Piauí	70	17	24,29
Gabinete Militar do Governo do Estado do Piauí	200	16	8,00
Hospital Dirceu Arcoverde	112	19	16,96
Procuradoria-Geral do Estado do Piauí	116	63	54,31
Secretaria da Administração	406	50	12,32
Secretaria da Ass. Social e Cidadania	898	225	25,06
Secretaria da Educação e Cultura	31.203	19.409	62,20
Secretaria de Estado da Fazenda	1.651	281	17,02
Secretaria da Infraestrutura	101	29	28,71
Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos	772	96	12,44
Secretaria da Saúde	8.042	2.000	24,87
Secretaria da Segurança Pública	1.854	363	19,58
Secretaria das Cidades	19	9	47,37
Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico	134	28	20,90
Secretaria do Desenvolvimento Rural	355	95	26,76
Secretaria de Estado do Governo	253	79	31,23
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	112	16	14,29
Secretaria do Planejamento	184	62	33,70
Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo	341	43	12,61
Secretaria dos Transportes	30	10	33,33
Secretaria de Estado do Turismo	15	10	66,67
Secretaria de Defesa Civil	17	7	41,18
Superintendência de Rep. do Estado do Piauí em Brasília	21	12	57,14

Tabela 5.1 – Número de servidores ativos do Estado do Piauí, servidores portadores de curso de nível superior e relação com o universo, segundo o órgão da administração estadual, em julho de 2007

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	NÚMEROS DE SERVIDORES		
	Total (A)	Nível Superior (B)	Relação (%) B/A
Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí	561	106	18,89
Departamento Estadual de Trânsito	468	58	12,39
Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural	718	228	31,75
Inst. De Assistência e Previdência do Estado do Piauí	581	102	17,56
Instituto de Metrologia do Estado do Piauí	44	9	20,45
Instituto de Terras do Piauí	126	34	26,98
Junta Comercial do Estado do Piauí	78	20	25,64
Fundação Cultural do Piauí	392	72	18,37
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí	17	6	35,29
Fundação Estadual de Esportes	100	43	43,00
Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí	79	20	25,32
Fundação Universidade Estadual do Piauí	1.900	1.646	86,63
Fundação Centro de Pesquisas Econ. e Sociais do Piauí	172	94	54,65
Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí	163	96	58,90
Empresa de Turismo do Piauí	72	14	19,44
Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí	202	76	37,62
Centrais de Abastecimento do Piauí	29	13	44,83
Companhia Editora do Piauí	91	8	8,79
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí	21		42,86
Companhia de Desenvolvimento do Piauí	228	92	40,35
Companhia Metropolitana de Transporte Público	113	9	7,96
Águas e Esgotos do Piauí S/A	1.496	254	16,98
Loteria do Estado do Piauí	23	3	13,04
Prestadores de Serviços da Saúde	3.311	99	2,99
Reintegrados (Decisão Judicial)	228	22	9,65
Serviços Prestados	1.892	119	6,29

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

Tabela 6 – Número de servidores ativos do Estado do Piauí, por faixa de idade e sexo, segundo a esfera administrativa de vinculação, em julho de 2007

ESFERA ADMINISTRATIVA	CONDIÇÃO DE SEXO	GRUPOS DE IDADE (anos)						
		Total	Até 25	26-35	36-50	51-55	56-60	Mais de 60
Administração Direta	Total	53.043	2.282	11.038	25.944	7.058	4.038	2.683
	Homens	21.478	1.156	5.357	9.839	2.356	1.505	1.265
	Mulheres	31.565	1.126	5.681	16.105	4.702	2.533	1.418
Autarquias	Total	2.576	25	103	1.100	606	430	312
	Homens	1.568	16	83	567	351	311	240
	Mulheres	1.008	9	20	533	255	119	72
Fundações Públicas	Total	2.660	83	752	1.231	324	181	89
	Homens	1.207	34	348	536	140	95	54
	Mulheres	1.453	49	404	695	184	86	35
Empresas Públicas	Total	235	6	39	115	44	18	13
	Homens	145	4	31	72	22	12	4
	Mulheres	90	2	8	43	22	6	9
Sociedade de Economia Mista	Total	2.203	29	38	811	1.067	77	181
	Homens	1.710	18	20	589	874	58	151
	Mulheres	493	11	18	222	193	19	30
Outros Órgãos/Instituições	Total	5.431	712	1.491	2.422	417	226	163
	Homens	2.106	306	617	858	146	92	87
	Mulheres	3.325	406	874	1.564	271	134	76
TOTAL GERAL DO ESTADO	Total	66.148	3.137	13.461	31.623	9.516	4.970	3.441
	Homens	28.214	1.534	6.456	12.461	3.889	2.073	1.801
	Mulheres	37.934	1.603	7.005	19.162	5.627	2.897	1.640

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

Tabela 6.1 – Número de servidores ativos do Estado do Piauí, por faixa de idade e sexo, segundo o órgão/instituição de lotação, em julho de 2007

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	CONDIÇÃO DE SEXO	GRUPOS DE IDADE (anos)						
		Total	Até 25	26-35	36-50	51-55	56-60	Mais de 60
Agência de Defesa Agropecuária do Piauí	Total	210	8	18	92	56	24	12
	Homens	166	5	12	67	49	22	11
	Mulheres	44	3	6	25	7	2	1
Polícia Militar do Estado do Piauí	Total	5.333	187	1.628	3.103	323	78	14
	Homens	5.117	166	1.476	3.068	318	77	12
	Mulheres	216	21	152	35	5	1	2
Controladoria-Geral do Estado	Total	28	1	8	14	2	3	-
	Homens	10	1	2	5	-	2	-
	Mulheres	18	-	6	9	2	1	-
Coord. dos Direitos Humanos e da Juventude	Total	22	2	9	10	0	0	1
	Homens	9	2	3	4	0	0	-
	Mulheres	13	0	6	6	0	0	1
Secretaria Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência	Total	39	2	18	14	2	3	-
	Homens	16	-	8	6	-	2	-
	Mulheres	23	2	10	8	2	1	-
Coordenação do Programa Fome Zero	Total	32	4	9	12	3	4	-
	Homens	13	3	2	4	2	2	-
	Mulheres	19	1	7	8	1	2	-

continua

Tabela 6.1 – Número de servidores ativos do Estado do Piauí, por faixa de idade e sexo, segundo o órgão/instituição de lotação, em julho de 2007

continuação

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	CONDIÇÃO DE SEXO	GRUPOS DE IDADE (anos)						Mais de 60
		Total	Até 25	26-35	36-50	51-55	56-60	
Coordenadoria de Comunicação Social	Total	85	8	16	39	13	4	5
	Homens	43	5	5	21	5	3	4
	Mulheres	42	3	11	18	8	1	1
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí	Total	281	12	79	168	21	1	-
	Homens	264	9	66	167	21	1	-
	Mulheres	17	3	13	1	-	-	-
Defensoria Pública do Estado do Piauí	Total	107	9	45	34	9	5	5
	Homens	53	6	21	18	5	1	2
	Mulheres	54	3	24	16	4	4	3
Gabinete do Vice-Governador do Estado do Piauí	Total	70	4	22	36	5	1	2
	Homens	38	1	5	27	2	1	2
	Mulheres	32	3	17	9	3	-	-
Gabinete Militar do Governo do Estado do Piauí	Total	200	1	35	131	19	9	5
	Homens	180	-	27	123	16	9	5
	Mulheres	20	1	8	8	3	-	-
Hospital Dirceu Arcoverde	Total	112	-	1	64	17	15	15
	Homens	21	-	1	10	6	4	-
	Mulheres	91	-	-	54	11	11	15
Procuradoria-Geral do Estado do Piauí	Total	116	8	25	51	9	13	10
	Homens	54	2	12	24	3	8	5
	Mulheres	62	6	13	27	6	5	5
Secretaria de Estado da Administração	Total	406	8	15	249	60	40	34
	Homens	150	6	6	83	18	14	23
	Mulheres	256	2	9	166	42	26	11
Secretaria da Assistência Social e Cidadania	Total	898	23	95	457	161	92	70
	Homens	272	12	27	130	42	27	34
	Mulheres	626	11	68	327	119	65	36
Secretaria da Educação e Cultura	Total	31.203	1.826	7.625	14.912	3.743	1.957	1.140
	Homens	8.576	856	2.899	3.135	766	494	426
	Mulheres	22.627	970	4.726	11.777	2.977	1.463	714
Secretaria de Estado da Fazenda	Total	1.651	19	150	752	301	238	191
	Homens	1.231	11	83	526	236	202	173
	Mulheres	420	8	67	226	65	36	18
Secretaria da Infraestrutura	Total	101	3	3	44	27	16	8
	Homens	53	2	1	18	13	13	6
	Mulheres	48	1	2	26	14	3	2
Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos	Total	772	18	183	421	83	44	23
	Homens	502	14	133	266	46	27	16
	Mulheres	270	4	50	155	37	17	7
Secretaria de Estado da Saúde	Total	8.042	58	574	3.673	1.702	1.146	889
	Homens	2.386	13	210	966	480	367	350
	Mulheres	5.656	45	364	2.707	1.222	779	539
Secretaria da Segurança Pública	Total	1.854	13	323	1.043	228	128	119
	Homens	1.528	7	277	866	180	100	98
	Mulheres	326	6	46	177	48	28	21
Secretaria de Estado das Cidades	Total	19	7	2	8	2	-	-
	Homens	12	3	2	6	1	-	-
	Mulheres	7	4	-	2	1	-	-

Tabela 6.1 – Número de servidores ativos do Estado do Piauí, por faixa de idade e sexo, segundo o órgão/instituição de lotação, em julho de 2007

continuação

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	CONDIÇÃO DE SEXO	GRUPOS DE IDADE (anos)						Mais de 60
		Total	Até 25	26-35	36-50	51-55	56-60	
Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico	Total	134	8	10	75	20	14	7
	Homens	80	5	5	49	12	5	4
	Mulheres	54	3	5	26	8	9	3
Secretaria do Desenvolvimento Rural	Total	355	4	15	123	78	76	59
	Homens	252	2	7	74	60	58	51
	Mulheres	103	2	8	49	18	18	8
Secretaria de Estado do Governo	Total	253	23	59	111	24	20	16
	Homens	136	12	31	57	11	12	13
	Mulheres	117	11	28	54	13	8	3
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Total	112	8	19	41	20	11	13
	Homens	66	4	9	17	15	10	11
	Mulheres	46	4	10	24	5	1	2
Secretaria do Planejamento	Total	184	4	18	86	28	37	11
	Homens	98	3	9	40	14	25	7
	Mulheres	86	1	9	46	14	12	4
Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo	Total	341	5	15	147	84	57	33
	Homens	106	1	9	41	24	19	12
	Mulheres	235	4	6	106	60	38	21
Secretaria dos Transportes	Total	30	5	6	17	1	1	-
	Homens	20	3	5	12	-	-	-
	Mulheres	10	2	1	5	1	1	-
Secretaria de Estado do Turismo	Total	15	3	3	3	6	-	-
	Homens	7	1	1	1	4	-	-
	Mulheres	8	2	2	2	2	-	-
Secretaria de Defesa Civil	Total	17	1	2	7	6	1	-
	Homens	12	1	1	7	3	-	-
	Mulheres	5	-	1	-	3	1	-
Superintendência de Rep. do Estado do Piauí em Brasília	Total	21	-	8	7	5	-	1
	Homens	7	-	2	1	4	-	-
	Mulheres	14	-	6	6	1	-	1
Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí	Total	561	1	6	188	116	119	131
	Homens	440		5	123	83	104	125
	Mulheres	121	1	1	65	33	15	6
Departamento Estadual de Trânsito	Total	468	2	9	212	112	87	46
	Homens	269	-	3	112	63	60	31
	Mulheres	199	2	6	100	49	27	15
Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural	Total	718	16	62	285	196	120	39
	Homens	505	14	59	176	124	101	31
	Mulheres	213	2	3	109	72	19	8
Inst. de Assistência e Previdência do Estado do Piauí	Total	581	-	13	295	121	74	78
	Homens	199	-	8	90	38	24	39
	Mulheres	382	-	5	205	83	50	39
Instituto de Metrologia do Estado do Piauí	Total	44	1	6	21	9	5	2
	Homens	30	-	4	14	7	3	2
	Mulheres	14	1	2	7	2	2	-
Instituto de Terras do Piauí	Total	126	1	4	62	31	20	8
	Homens	91	-	4	41	22	16	8
	Mulheres	35	1	-	21	9	4	-

Tabela 6.1 – Número de servidores ativos do Estado do Piauí, por faixa de idade e sexo, segundo o órgão/instituição de lotação, em julho de 2007

continuação

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	CONDIÇÃO DE SEXO	GRUPOS DE IDADE (anos)						
		Total	Até 25	26-35	36-50	51-55	56-60	Mais de 60
Junta Comercial do Estado do Piauí	Total	78	4	3	37	21	5	8
	Homens	34	2	-	11	14	3	4
	Mulheres	44	2	3	26	7	2	4
Fundação Cultural do Piauí	Total	392	2	9	213	82	58	28
	Homens	162	1	5	82	33	27	14
	Mulheres	230	1	4	131	49	31	14
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí	Total	17	-	2	8	5	2	-
	Homens	7	-	1	4	1	1	-
	Mulheres	10	-	1	4	4	1	-
Fundação Estadual de Esportes	Total	100	9	10	46	15	11	9
	Homens	67	4	5	30	12	9	7
	Mulheres	33	5	5	16	3	2	2
Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí	Total	79	1	7	54	4	7	6
	Homens	60	1	4	39	4	7	5
	Mulheres	19	-	3	15	-	-	1
Fundação Universidade Estadual do Piauí	Total	1.900	70	720	839	162	74	35
	Homens	827	28	331	348	64	36	20
	Mulheres	1.073	42	389	491	98	38	15
Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí	Total	172	1	4	71	56	29	11
	Homens	84	-	2	33	26	15	8
	Mulheres	88	1	2	38	30	14	3
Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí	Total	163	4	32	80	29	12	6
	Homens	111	4	29	53	14	8	3
	Mulheres	52	-	3	27	15	4	3
Empresa de Turismo do Piauí S/A	Total	72	2	7	35	15	6	7
	Homens	34	-	2	19	8	4	1
	Mulheres	38	2	5	16	7	2	6
Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí	Total	202	1	2	113	59	23	4
	Homens	116	-	1	60	33	18	4
	Mulheres	86	1	1	53	26	5	-
Centrais de Abastecimento do Piauí	Total	29	5	3	14	3	4	-
	Homens	17	2	1	10	1	3	-
	Mulheres	12	3	2	4	2	1	-
Companhia Editora do Piauí	Total	91	9	10	58	5	5	4
	Homens	58	5	6	38	3	4	2
	Mulheres	33	4	4	20	2	1	2
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí	Total	21	-	1	14	2	4	-
	Homens	19	-	1	12	2	4	-
	Mulheres	2	-	-	2	-	-	-
Companhia de Desenvolvimento do Piauí	Total	228	1	2	123	56	26	20
	Homens	135	1	1	68	31	19	15
	Mulheres	93		1	55	25	7	5
Companhia Metropolitana de Transporte Público	Total	113	1	15	72	12	10	3
	Homens	74	-	7	47	10	8	2
	Mulheres	39	1	8	25	2	2	1
Águas e Esgotos do Piauí S/A	Total	1.496	12	2	408	925	-	149
	Homens	1.278	10	2	349	790	-	127
	Mulheres	218	2	-	59	135	-	22

Tabela 6.1 – Número de servidores ativos do Estado do Piauí, por faixa de idade e sexo, segundo o órgão/instituição de lotação, em julho de 2007

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	CONDIÇÃO DE SEXO	GRUPOS DE IDADE (anos)						
		Total	Até 25	26-35	36-50	51-55	56-60	Mais de 60
Loteria do Estado do Piauí	Total	23	-	3	9	5	5	1
	Homens	13	-	1	5	4	2	1
	Mulheres	10	-	2	4	1	3	-
Prestadores de Serviços da Saúde	Total	3.311	356	890	1.547	284	141	93
	Homens	1.061	131	342	428	73	48	39
	Mulheres	2.250	225	548	1.119	211	93	54
Reintegrados (DJ)	Total	228	1	10	141	33	24	19
	Homens	174	1	10	112	22	16	13
	Mulheres	54	-	-	29	11	8	6
Serviços Prestados	Total	1.892	355	591	734	100	61	51
	Homens	871	174	265	318	51	28	35
	Mulheres	1021	181	326	416	49	33	16

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

Tabela 7 – Número de servidores ativos do Estado do Piauí, por tempo de serviços, segundo a esfera administrativa, em julho de 2007

ESFERA ADMINISTRATIVA	TEMPO DE SERVIÇOS (anos)					
	Total	Até 5	6-20	21-25	26-30	Mais de 30
Administração Direta	53.043	14.830	16.297	12.314	6.632	2.970
Autarquias	2.576	243	584	771	600	378
Fundações Públicas	2.660	1.640	395	350	177	98
Empresas Públicas	235	72	60	48	35	20
Sociedade de Economia Mista	2.203	122	225	210	128	22
Outros Órgãos/Instituições	5.431	3.086	2.216	86	25	18
TOTAL DO ESTADO	66.148	19.993	19.777	13.779	7.597	3.506

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

Tabela 7.1 – Número de servidores ativos do Estado do Piauí, por tempo de serviço, segundo o órgão/instituição de lotação, em julho de 2007

continua

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	TEMPO DE SERVIÇOS (anos)					
	Total	Até 5	6-20	21-25	26-30	Mais de 30
Agência de Defesa Agropecuária do Piauí	210	39	38	71	44	18
Polícia Militar do Estado do Piauí	5.333	497	3.154	942	538	202
Controladoria-Geral do Estado	28	14	8	2	4	-
Coord. dos Direitos Humanos e da Juventude	22	21	1	-	-	-
Secretaria Estadual p/Inc. da Pessoa com Deficiência	39	37	-	1	-	1
Coordenação do Programa Fome Zero	32	19	3	4	6	-
Coordenadoria de Comunicação Social	85	44	16	15	7	3
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí	281	19	171	43	35	13
Defensoria Pública do Estado do Piauí	107	67	28	2	5	5
Gabinete do Vice-Governador do Estado do Piauí	70	42	16	10	2	-
Gabinete Militar do Governo do Estado do Piauí	200	29	113	35	18	5
Hospital Dirceu Arcoverde	112	2	58	45	7	-
Procuradoria-Geral do Estado do Piauí	116	28	48	20	8	12
Secretaria de Estado da Administração	406	67	163	114	44	18
Secretaria da Assistência Social e Cidadania	898	214	275	230	128	51
Secretaria da Educação e Cultura	31.203	11.104	8.525	6.852	3.660	1.062
Secretaria de Estado da Fazenda	1.651	280	440	489	177	265
Secretaria de Estado da Infraestrutura	101	20	10	27	32	12
Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos	772	266	258	207	33	8
Secretaria de Estado da Saúde	8.042	1.382	1.812	2.330	1.461	1057
Secretaria de Estado da Segurança Pública	1.854	142	979	462	157	114
Secretaria de Estado das Cidades	19	15	-	2	2	-
Secretaria do Des. Econômico e Tecnológico	134	37	24	56	12	5
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural	355	51	54	111	92	47
Secretaria de Estado do Governo	253	183	21	27	13	9
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e R. Hídricos	112	55	18	15	7	17
Secretaria de Estado do Planejamento	184	54	38	48	28	16
Secretaria de Estado do Trab. e Empreendedorismo	341	45	16	144	107	29
Secretaria de Estado dos Transportes	30	26	4	-	-	-
Secretaria de Estado do Turismo	15	8	2	3	2	-
Secretaria de Estado da Defesa Civil	17	7	2	7	1	-
Sup. de Rep. do Estado do Piauí em Brasília	21	16	2	-	2	1
Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí	561	17	92	180	145	127
Departamento Estadual de Trânsito	468	43	49	151	136	89

Tabela 7.1 – Número de servidores ativos do Estado do Piauí, por tempo de serviço, segundo o órgão/instituição de lotação, em julho de 2007

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	TEMPO DE SERVIÇOS (anos)					
	Total	Até 5	6-20	21-25	26-30	Mais de 30
Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural	718	110	156	170	188	94
Instituto de Assistência e Prev. do Estado do Piauí	581	24	206	196	99	56
Instituto de Metrologia do Estado do Piauí	44	14	25	2	1	2
Instituto de Terras do Piauí	126	12	42	58	13	1
Junta Comercial do Estado do Piauí	78	23	14	14	18	9
Fundação Cultural do Piauí	392	36	147	133	50	26
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí	17	6	-	7	3	1
Fundação Estadual de Esportes	100	36	18	23	16	7
Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí	79	24	42	7	5	1
Fundação Universidade Estadual do Piauí	1.900	1.530	174	85	71	40
Fundação Centro de Pesq. Econ. e Sociais do Piauí	172	8	14	95	32	23
Agência de Tecnologia da Infor. do Estado do Piauí	163	56	39	25	26	17
Empresa de Turismo do Piauí	72	16	21	23	9	3
Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí	202	17	29	83	67	6
Centrais de Abastecimento do Piauí	29	16	2	5	6	-
Companhia Editora do Piauí	91	37	14	26	14	-
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí	21	1	11	5	3	1
Companhia de Desenvolvimento do Piauí	228	12	89	83	31	13
Companhia Metropolitana de Transporte Público	113	34	76	2	1	-
Águas e Esgotos do Piauí S/A	1.496
Loteria do Estado do Piauí	23	5	4	6	6	2
Prestadores de Serviços da Saúde	3.311	1.530	1.743	21	9	8
Reintegrados (Decisão Judicial)	228	23	119	62	15	9
Serviços Prestados	1.892	1.533	354	3	1	1

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

Tabela 8 – Número de servidores ativos do Estado do Piauí, por faixa salarial, segundo a esfera administrativa, em julho de 2007

ESFERA ADMINISTRATIVA	FAIXA SALARIAL (R\$ 1,00)				
	Total	Até R\$ 380,00	381,01 a 760,00	760,01 a 1.900,00	Mais de 1.900,00
Administração Direta	53.043	1.806	17.272	30.018	3.947
Autarquias	2.576	14	551	1.532	479
Fundações Públicas	2.660	6	1005	1418	231
Empresas Públicas	235	-	17	119	99
Sociedade de Economia Mista	2.203	15	102	359	231
Outros Órgãos/instituições	5.431	1.507	3.241	568	115
TOTAL DO ESTADO	66.148	3.348	22.188	34.014	5102

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

Tabela 8.1 – Número de servidores ativos do Estado do Piauí, por faixa salarial, segundo o órgão/instituição de lotação, em julho de 2007

continua

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	FAIXA SALARIAL (R\$ 1,00)				
	Total	Até R\$ 380,00	381,01 a 760,00	760,01 a 1.900,00	Mais de 1.900,00
Agência de Defesa Agropecuária do Piauí	210	1	48	71	90
Polícia Militar do Estado do Piauí	5.333	5	-	4.865	463
Controladoria-Geral do Estado	28	-	1	4	23
Coordenadoria dos Direitos Humanos e da Juventude	22	-	-	15	7
Secretaria Estadual p/Inc. da Pessoa com Deficiência	39	4	4	26	5
Coordenação do Programa Fome Zero	32	-	4	21	7
Coordenadoria de Comunicação Social	85	-	3	63	19
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí	281	-	-	238	43
Defensoria Pública do Estado do Piauí	107	3	7	50	47
Gabinete do Vice-Governador do Estado do Piauí	70	-	9	44	17
Gabinete Militar do Governo do Estado do Piauí	200	20	1	142	37
Hospital Dirceu Arcoverde	112	7	52	53	-
Procuradoria-Geral do Estado do Piauí	116	4	12	44	56
Secretaria de Estado da Administração	406	1	190	180	35
Secretaria da Ass. Social e Cidadania	898	-	363	487	48
Secretaria de Estado da Educação e Cultura	31.203	1.739	12.423	16.946	95
Secretaria de Estado da Fazenda	1.651	1	3	646	1.001
Secretaria de Estado da Infraestrutura	101	-	29	41	31
Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos	772	11	10	483	268
Secretaria de Estado da Saúde	8.042	5	3.517	4.175	345
Secretaria de Estado da Segurança Pública	1.854	3	24	813	1.014
Secretaria de Estado das Cidades	19	-	2	10	7
Secretaria de Estado do Des. Econ. e Tecnológico	134	-	58	59	17
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural	355	-	206	111	38
Secretaria de Estado do Governo	253	2	18	123	110
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e R. Hídricos	112	-	37	35	40
Secretaria de Estado do Planejamento	184	-	64	85	35
Secretaria de Estado do Trab. e Empreendedorismo	341	-	181	148	12
Secretaria de Estado dos Transportes	30	-	1	19	10
Secretaria de Estado do Turismo	15	-	1	5	9
Secretaria de Estado da Defesa Civil	17	-	4	6	7
Sup. de Rep. do Estado do Piauí em Brasília	21	-	-	10	11
Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí	561	2	112	239	208

Tabela 8.1 – Número de servidores ativos do Estado do Piauí, por faixa salarial, segundo o órgão/instituição de lotação, em julho de 2007

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	conclusão FAIXA SALARIAL (R\$ 1,00)				
	Total	Até R\$ 380,00	381,01 a 760,00	760,01 a 1.900,00	Mais de 1.900,00
Departamento Estadual de Trânsito	468	9	107	307	45
Instituto de Assist. Técnica e Extensão Rural	718	2	105	474	137
Instituto de Assist. e Prev. do Estado do Piauí	581	1	130	410	40
Instituto de Metrologia do Estado do Piauí	44	-	7	31	6
Instituto de Terras do Piauí	126	-	69	29	28
Junta Comercial do Estado do Piauí	78	-	21	42	15
Fundação Cultural do Piauí	392	-	179	200	13
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí	17	-	2	12	3
Fundação Estadual de Esportes	100	1	19	62	18
Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí	79	1	24	45	9
Fundação Universidade Estadual do Piauí	1.900	4	736	990	170
Fundação Centro de Pesq. Econ. e Sociais do Piauí	172	-	45	109	18
Agência de Tecnologia da Inf. do Estado do Piauí	163	5	70	88	-
Empresa de Turismo do Piauí	72	12	49	11	-
Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí	202	1	-	84	117
Centrais de Abastecimento do Piauí	29	-	5	15	9
Companhia Editora do Piauí	91	7	22	54	8
Companhia de Desenvolvimento Agrop. do Piauí	21	1	10	8	2
Companhia de Desenvolvimento do Piauí	228	3	17	140	68
Companhia Metropolitana de Transporte Público	113	3	47	46	17
Águas e Esgotos do Piauí S/A	1.496	N/d	N/d	N/d	N/d
Loteria do Estado do Piauí	23	-	1	12	10
Prestadores de Serviços da Saúde	3.311	855	2.336	100	20
Reintegrados (DJ)	228	3	23	137	65
Serviços Prestados	1.892	649	882	331	30

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

Tabela 9 – Número de professores ativos do Estado do Piauí, segundo a frequência nos órgãos/instituições de lotação e média salarial pagas, em julho de 2007

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Nº DE PRO-FESSORES	SITUAÇÃO SALARIAL (R\$)		
		Média	Menor Valor	Maior Valor
Agência de Defesa Agropecuária do Piauí	2	1.020,54	696,60	1.344,49
Controladoria-Geral do Estado	1	1.585,26	1.585,26	1.585,26
Coordenadoria dos Direitos Humanos e da Juventude	3	3.503,06	3.184,97	3.667,17
Secretaria Estadual p/Inc. da Pessoa com Deficiência	2	2.529,38	2.295,10	2.763,67
Coordenadoria do Programa Fome	5	1.737,97	1.277,30	2.034,41
Coordenadoria de Comunicação Social	8	2.155,24	1.010,83	2.942,88
Defensoria Pública do Estado do Piauí	4	2.657,18	799,62	5.465,19
Gabinete do Vice-Governador do Estado do Piauí	2	1.954,30	839,89	3.068,71
Gabinete Militar do Governo do Estado do Piauí	7	2.495,38	1.812,78	3.370,61
Procuradoria-Geral do Estado do Piauí	1	4.422,62	4.422,62	4.422,62
Secretaria de Estado da Administração	1	908,69	908,69	908,69
Secretaria da Ass. Social e Cidadania	142	1.634,53	507,73	4.048,36
Secretaria de Estado da Educação e Cultura	23.098	1.153,87	410,00	7.609,66
Secretaria de Estado da Infraestrutura	4	1.851,91	1.634,00	2.611,88
Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos	41	1.540,51	854,00	3.096,99
Secretaria de Estado da Saúde	33	1.420,18	380,00	3.601,08
Secretaria de Estado da Segurança Pública	12	1.237,91	839,27	3.053,34
Secretaria do Desenvolvimento Econ. e Tecnológico	7	1.563,53	1.064,69	1.997,70
Secretaria do Desenvolvimento Rural	2	1.116,07	982,59	1.249,55
Secretaria de Estado do Governo	12	2.648,86	1.619,10	5.094,90
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	8	1.500,91	399,11	2.299,62
Secretaria de Estado do Planejamento	1	1.799,62	1.799,62	1.799,62
Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo	4	1.948,67	976,71	2.770,72
Secretaria de Estado dos Transportes	2	3.159,75	2.644,00	3.675,50
Secretaria de Estado do Turismo	1	1.762,65	1.762,65	1.762,65
Secretaria de Estado da Defesa Civil	2	3.538,48	2.342,07	4.734,90
Sup. de Representação do Estado do Piauí em Brasília	1	2.122,06	2.122,06	2.122,06
Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí	1	4619,06	4619,06	4619,06
Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural	1	938,49	938,49	938,49
Instituto de Assistência e Prev. do Estado do Piauí	4	1.377,83	1.126,90	1.884,00
Instituto de Metrologia do Estado do Piauí	1	2.296,14	2.296,14	2.296,14
Instituto de Terras do Piauí	1	828,38	828,38	828,38
Fundação Cultural do Piauí	17	1.118,05	504,81	1.333,36
Fundação Estadual de Esportes	32	1.759,06	504,81	5.651,99
Fundação Universidade Estadual do Piauí	1.551	1.418,65	504,81	5.095,82
Fundação Centro de Pesquisas Econ. e Sociais do Piauí	1	1.805,90	1.805,90	1.805,90
Empresa de Turismo do Piauí	1	1.112,81	1.112,81	1.112,81
TOTAL DE PROFESSORES DO ESTADO	25.016	1.178,27	380,00	7.609,66

Fonte dos dados básicos: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI.

4 A Fala dos Servidores nas Consultas Diretas a eles Dirigidas: Uma Síntese dos Territórios Visitados

Se as novas maneiras de ler, inauguradas pelo dispositivo teórico da análise de discurso, nos indicam que o dizer tem relação com o não dizer, isto deve ser acolhido metodologicamente e praticado na análise (ORLANDI, 1988, p. 82)

Além dos elementos indicativos expostos nos quadros e análises apresentadas na visão geral, em que a base de fundamentação foi o conjunto de dados obtidos junto à Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí, foram realizadas consultas a 2.420 servidores, destes, 1.372 lotados na capital e caracterizados como da área de influência do Território de Entre-Rios, e 1.048 distribuídos em cidades representativas dos demais territórios, a saber: Parnaíba, Luís Correia, Buriti dos Lopes, Cocal, Barras, Esperantina, Piripiri, Pedro II, Campo Maior, Elesbão Veloso, Valença, Picos, Pio IX, Paulistana, Simões, Oeiras, Simplício Mendes, São Raimundo Nonato, Floriano, Nazaré, Itaueira, Canto do Buriti, Jerumenha, Marcos Parante, Uruçuí, Eliseu Martins, Bom Jesus, Gilbués e Corrente.

Cabe destacar que nos territórios dos Carnaubais e Serra da Capivara, a abordagem foi realizada no espaço do fórum de gestores, nas cidades de Campo Maior e São Raimundo Nonato, em que estiveram presentes, representantes de nove e 11 municípios respectivamente.

Quanto à participação de servidores por órgãos, contabilizou-se a frequência de 46 instituições distintas e em que a quantidade de respostas mais significativas foram de representantes da Secretaria da Educação e Cultura (32,27%), da Secretaria da Saúde (19,34%), da Polícia Militar do Piauí (7,73%), da Secretaria da Fazenda (4,01%), da Secretaria de Segurança Pública (3,68%) e do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (3,18%), isto em face não só de se tratar de órgãos com quadro de servidores numerosos, mas principalmente pela forte capilaridade desses órgãos nas distintas municipalidades.

Quanto à condição de sexo, a amostra contemplou a maioria de servidores mulheres (60,4%), isso na tentativa de compatibilizar com a realidade geral do quadro de servidores do Estado que também apresenta maioria de mulheres (56,34%). Também contribuiu para essa maior proporção o fato de as mulheres serem mais representativas nas áreas da saúde e educação, notadamente nas cidades interioranas.

Em relação à distribuição da amostra, segundo os grupos etários, constatou-se uma forte similaridade com o quadro real dos servidores ativos do Poder Executivo Estadual, quando 70% das opiniões da amostra estavam na faixa etária de 26 a 50 anos e no quadro total de servidores eram 68,16%. Objetivando ter uma representatividade mais aproximada possível com a realidade mostrada pelos dados provenientes da Agência de Tecnologia da Informação, foram ouvidos ainda, 3,8% de servidores com até 25 anos de idade, 15%, com idade entre 51 e 55 anos, 6,5%, nas faixas de 56 a 60 anos, e ainda 3,7% com idade superior a 60 anos.

Ainda na caracterização da amostra, constatou-se que o nível de escolaridade dos entrevistados era predominantemente de portadores de curso superior, categoria que representou 55,8% dos servidores pesquisados, destacando-se que dentre eles, 20,1% tinham

alguma especialização, 1,4% era mestre e 0,1%, possuía a titulação de doutor. Também foi representativa a proporção de portadores de curso de nível médio, que chegou a 35,2%. No outro extremo, foram constatados 9,2% com formação de nível fundamental e 0,5% declararam-se analfabetos. Estes lotados em órgãos distintos como Secretaria da Saúde (Hospital Areolino de Abreu e Hospital Getúlio Vargas, em Teresina e nos hospitais de Itaueira e de Piri-piri), AGESPISA, Secretaria do Trabalho e Secretaria da Educação.

Em relação à condição de atividade ou vínculo empregatício com o Estado, a amostra foi distribuída entre 80,7% de servidores efetivos, 14,7% de temporários, 4,3% de comissionados e 0,4% de estagiários. Estes, distribuídos, segundo o tempo de serviço, num contingente em que 55,8%, tinham até 20 anos de dedicação ao serviço público e 7,2%, mais de 30 anos de serviço.

Segundo a opinião dos entrevistados sobre o grau de satisfação com a condição de servidor público os percentuais indicaram que 54,6% dos servidores investigados declararam-se satisfeitos, 9,1% muito satisfeitos, e apresentaram como justificativas: o tratamento que vêm recebendo no órgão de lotação (35,0%); a segurança que o emprego público proporciona ao cidadão (33,4%) e o respeito recebido por parte do Governo (20,8%). Em relação aos 36,3% que se declararam insatisfeitos, os motivos apresentados foram: o salário incondizente com o cargo/atribuições que vêm desempenhando (36,4%); o desrespeito do Governo com o servidor público (26,4%) e a falta de perspectivas em relação ao serviço público (21,5%).

Ao serem questionados sobre o alcance das medidas/ações implementadas pelo Governo, em benefício do servidor público estadual, as citações mais frequentes foram: a divulgação antecipada da tabela de pagamentos (47,1%); a implantação do plano de cargos, carreira e vencimentos (34,8%) e a recuperação dos níveis salariais para todas as categorias de servidores (19,0%).

Solicitados na pesquisa, a julgarem o desempenho dos gestores e chefes imediatos, as opiniões manifestadas foram bastante favoráveis, conforme pode ser visto nos dados apresentados no quadro 28, abaixo.

Quadro 28 – Avaliação dos entrevistados em relação ao desempenho de gestores e chefes imediatos.

PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO	CITAÇÕES/ÍNDICES DE AVALIAÇÃO			
	Gestor		Chefe Imediato	
	Abs.	%	Abs.	%
Competentes, organizados e operativos	1.615	66,8	1.805	74,6
Competentes, porém desinteressados	437	18,1	359	14,8
Incompetentes, mas interessados	93	3,8	67	2,8
Incompetentes, grosseiros e desinteressados	129	5,3	102	4,2
Não sabe/não quis opinar	146	6,0	87	3,6
TOTAL	2.420	100,0	2.420	100,0

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Da interpretação dos dados sobre avaliação do desempenho dos gestores das instituições e dos chefes imediatos, os índices de 66,8% e 74,6%, respectivamente, para os conceitos de competentes, organizados e operativos somados aos de 18,1% e 14,8% para competentes, porém desinteressados, demonstram que as rejeições, tão comuns, no âmbito do serviço público por parte de subordinados em relação a superiores, é pouco significativa e

corroborar para ilustrar o bom nível de satisfação com as tarefas que lhes estão sendo atribuídas, na ordem de 82,8% de aprovação, e com o próprio contentamento em relação a lotação no órgão/instituição em que vem desempenhando suas atividades, onde o contentamento foi de 92,0%.

Outra preocupação levada aos servidores foi a compatibilidade do quadro de pessoal do órgão/instituição com o desempenho das atribuições de competência desse mesmo órgão/instituição, questão em que a maioria das opiniões foi questionável, na medida em que as respostas se concentraram na alternativa “sim, em parte” (53,4%), escore que somado aos que afirmaram que o quadro de pessoal está incompatível (15,9%), chegou a 69,3% das citações.

Essa desaprovação da compatibilidade do quadro de pessoal em relação às atribuições a ele inerentes, quando vista e denunciada pelo próprio quadro de servidores, deixa claro que existe uma necessidade ou de renovação dos quadros funcionais ou de um trabalho intenso de qualificação dos existentes, de forma a ajustar a qualidade da mão-de-obra disponível às demandas, cada vez mais intensas e qualificadas. Ainda a esse respeito, uma das situações verificadas na grande maioria dos órgãos, é a dificuldade de adaptação às novas tecnologias, situação que passou a exigir uma nova postura do servidor, inclusive remetendo-os de volta à sala de aula, à busca de novas competências para ajuste aos novos desafios.

Outro aspecto que se revela aí é a consequência das contratações feitas sem uma rigorosa avaliação da qualificação do sujeito contratado e sua compatibilização com as reais necessidades dos órgãos, situação que tem criado transtornos aos gestores, ao se depararem com quadros de servidores numerosos e sem a preparação para o desempenho das atribuições da instituição, resultando, quase sempre, num volume significativo de servidores nos corredores e necessidades prementes nos postos de trabalhos.

Ao buscarem-se explicações dos entrevistados sobre o porquê da alta proporção de respostas sobre a parcialidade ou incompatibilidade do quadro de pessoal com as atribuições, as justificativas mais plausíveis se distribuíram entre: o pessoal é preparado, mas está desmotivado (34,1%); apenas uma pequena parcela dos servidores está preparada (20,6%); verifica-se a necessidade de qualificação dos atuais servidores (18,8%) e constata-se a necessidade de inserção de novas categorias profissionais ao quadro atual.

É sabido que entre as condições a serem oferecidas para que o servidor possa desempenhar bem suas atividades, está a estrutura física em que o órgão/instituição está instalado, e isto também foi levado em consideração pelos entrevistados, desse modo, o peso das respostas caiu sobre a alternativa “funcional, mas carente de melhorias”, segundo a visão de 66,7% dos entrevistados. Saliente-se que nesta mesma questão, 20,2%, declararam que a estrutura física está perfeitamente adequada ao seu funcionamento.

Aos servidores também foi dada a oportunidade de se manifestarem sobre a compatibilidade das atividades desenvolvidas e a real finalidade para o qual o órgão/instituição foi criado, e neste aspecto, registrou-se uma elevada convergência (76,0%) de respostas positivas, com a justificativa de que estão sendo atendidos os reais interesses da sociedade, afirmativa que vai de encontro à manifestação de 59,8% de entrevistados que julgam ser o seu órgão/instituição de grande importância para o processo de desenvolvimento econômico e social do Estado.

Procurando entender melhor as inquietações dos servidores nos seus respectivos locais de atuação, os dados oriundos das entrevistas foram tabulados de forma compartimentada para os respectivos territórios contemplados nas visitas empreendidas pela equipe e as falas estão resumidas nos tópicos seguintes.

4.1 No Território de Desenvolvimento: Chapada das Mangabeiras

Do total de 59 servidores entrevistados na área do Território Chapada das Mangabeiras, 55,9% eram vinculados à Secretaria da Educação, 16,9% à Secretaria da Saúde, 8,5% à Polícia Militar, 6,8% à Secretaria da Fazenda e 11,9% estão distribuídos nos seguintes órgãos: Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos, Instituto de Águas e Esgotos do Piauí e Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Da amostra entrevistada, 57,6% eram do sexo feminino e 42,4%, do sexo masculino. A maioria, 72,9% dos servidores, está na faixa etária de 26 a 50 anos e 67,8% são portadores de diploma de nível superior, e destes, 28,8% com especialização, 22% possuíam qualificação em nível de ensino médio e 10,2%, apenas formação em nível fundamental.

Importante ressaltar que dos servidores consultados, 78% são funcionários efetivos do quadro geral do Estado, 16,9% são contratados temporários e 5,1% estão na condição de comissionados, portanto, temporários também. No que tange ao tempo de serviço, 35,6% têm até 5 anos de atividade, 33,9%, de 6 a 20 anos, e 1,7% declarou ter mais de 30 anos de serviço.

A opinião manifestada pelos servidores entrevistados na área de influência do Território da “Chapada das Mangabeiras” foi resumida nos seguintes pontos:

- No quesito “Como o senhor (a) se sente como servidor público estadual”, as respostas apontaram para um índice de satisfação da ordem de 62,7%, distribuído entre muito satisfeitos e satisfeitos e justificados pela segurança que o emprego público proporciona ao cidadão, segundo a visão de 34,7%, pelo tratamento que vêm recebendo no órgão de lotação, conforme opinião de 32,7% e pelo respeito dispensado por parte do Governo do Estado, conforme indicação de 26,5%. Por outro lado, 37,3% declararam-se insatisfeitos e apresentaram como justificativas os níveis salariais percebidos e julgados incondizentes com o cargo/atribuições (37,2%), o desrespeito com que o Governo vem tratando o servidor público (32,6%) e a falta de perspectiva em relação ao próprio serviço público (23,3%).

- Ações implementadas pelo Governo para valorização do servidor público. Dentre as ações adotadas pelo Governo e que beneficiam diretamente o servidor, as opiniões foram distribuídas entre a divulgação da tabela de pagamento para o ano todo (37,04%), a implementação do plano de cargos, carreira e vencimentos (33,3%) e a recuperação dos níveis salariais (16,0%).

- Permanência como servidor público estadual ou escolha de nova ocupação. Questionados sobre a condição de servidor público estadual ou nova ocupação, verificou-se que 39,7% dos servidores entrevistados tentariam vaga no serviço federal, 23,5% procurariam montar seu próprio negócio e 29,4% afirmaram que continuariam sendo servidor público estadual.

- Futuro do serviço público estadual. A visão dos servidores em relação à expectativa sobre o futuro do serviço público foi vista por 45,8% dos entrevistados como de responsabilidade de cada cidadão que dele participa, ao lado de 39,0% que acreditam que tende a melhorar nos próximos anos, e apenas 5,1% que afirmaram tender a piorar com o passar do tempo.

- Satisfação com atribuições que vêm desempenhando e condição de lotação. Questionados sobre a compatibilidade das tarefas e o nível de qualificação, 76,3% disseram que as tarefas que fazem estão compatíveis com o cargo e 81,4%, satisfeitos com as tarefas que lhes são atribuídas.

- Avaliação de chefes imediatos e gestores. Os números relacionados ao julgamento de chefes imediatos, por parte dos servidores entrevistados, foram bastante favoráveis a ponto de 69,5% terem os considerados competentes, organizados e operativos, ao lado de apenas 6,8% que os julgaram incompetentes e desorganizados. Os gestores também foram classificados como competentes, organizados e operativos por 59,3% dos servidores abordados.

- Quadro de pessoal das instituições. Perguntados sobre a compatibilidade do quadro de pessoal e as atribuições do órgão, apenas 28,8% afirmaram pela compatibilidade, enquanto os demais (71,2%) apontaram alguma anormalidade e justificaram como: servidores preparados, mas desmotivados (40,7%), quadro carente de novas categorias profissionais (20,4%), quadro necessitando de qualificação (14,8%), e apenas uma parcela de 16,7% julgou que o quadro está efetivamente preparado para o desempenho da atividade de prestação de serviços à sociedade.

- Estrutura física dos edifícios. Referindo-se à estrutura física, 79,7% afirmaram que são funcionais, mas carentes de melhorias, impondo que, em muitos casos, se conviva com as improvisações, fato que nem sempre favorece à boa prestação de serviços, pois leva os usuários aos espaços distintos, quando da solução de problemas que poderiam ser equacionados em espaços unificados e com maior comodidade.

4.2 No Território de Desenvolvimento: Tabuleiros do Alto Parnaíba

Na área de influência do Território Tabuleiros do Alto Parnaíba, a amostra contemplou a opinião de 79 servidores, dos quadros das Secretarias de Educação e Saúde e da Polícia Militar do Piauí e apenas um servidor estava deslocado do seu órgão de origem.

Desses entrevistados 78,5% eram do sexo feminino, 84,8% estavam na faixa etária de 26 a 50 anos, e 59,5% eram casados. Em relação ao tempo de serviço na atividade pública, verificou-se que na área de influência do Território Tabuleiros do Alto Parnaíba, 40,5% estavam no serviço público a menos de cinco anos, 22,8% entre seis e 20 anos, 20,3% com 21 a 25 anos e os demais com mais de 25 anos de serviço. Ainda em relação ao perfil dos entrevistados, constatou-se que 51,9% tinham formação superior e destes, 10,1% com alguma especialização e 27,8% de servidores com contrato ou situação funcional temporária.

As opiniões manifestadas pelos servidores em relação ao questionamento sobre o grau de satisfação dos cidadãos enquanto servidores públicos estaduais podem ser resumidas da seguinte forma: 65,8% dos entrevistados afirmaram satisfação enquanto funcionários

públicos estaduais, satisfação esta devido à segurança que o emprego público proporciona com percentuais de 33,3%.

Outro fato que gerou satisfação foi o bom tratamento que as instituições têm dispensado aos seus servidores, com uma taxa de 27,3%, e de igual modo, 27,3% disseram que estão satisfeitos pelo respeito que vêm recebendo por parte do Governo estadual.

Em relação a razão da insatisfação dos entrevistados quanto a condição de servidor público manifestaram-se insatisfeitos 22,8% dos servidores estaduais, sendo que destes, 41,4% atribuíram sua insatisfação ao desrespeito com que o Governo vem tratando o servidor público, outros 34,5% afirmaram que sua insatisfação está relacionada aos baixos salários percebidos, pois eles são incondizentes com o cargo/atribuições que desempenham.

Sobre as ações implementadas pelo atual Governo, 53,3% dos entrevistados destacaram a divulgação da tabela de pagamento para o ano todo, como a ação mais importante, seguida da implementação do plano de cargos, carreira e vencimentos, ação considerada por 19,6% dos entrevistados ao lado de 16,3% que responderam que foi a recuperação dos níveis salariais para todas as categorias.

Quando indagados sobre uma possível nova ocupação profissional, 48,8% afirmaram que continuariam sendo servidores públicos estaduais, 36,6% tentariam uma vaga no serviço público federal.

E quanto à expectativa em relação ao futuro do serviço público, 44,3% acreditam em melhorias nos próximos anos e 41,8% responderam que esta melhoria vai depender da responsabilidade de cada cidadão.

Questionados sobre o desempenho de suas atribuições e o nível de qualificação, 91,1% dos servidores afirmaram que as tarefas por eles desempenhadas estão compatíveis com seu cargo e qualificação. 92,4% estão satisfeitos com as tarefas que lhes estão sendo atribuídas, outros 96,2% demonstraram contentamento com suas lotações.

Sobre o desempenho dos gestores dos órgãos governamentais 65,8% dos entrevistados fizeram uma avaliação positiva, qualificando-os como competentes, organizados e operativos, a mesma tendência foi a avaliação em relação aos chefes imediatos com percentuais de 62,0%. Gestores competentes, porém desinteressados atingiram 32,9% na opinião dos servidores, ao lado de 35,4% que manifestaram o mesmo pensamento em relação aos seus chefes imediatos.

Sobre o quadro de pessoal das instituições e sua preparação para o desempenho das atribuições, 60,8% dos entrevistados responderam que os servidores estão parcialmente preparados para desempenhar suas funções satisfatoriamente.

Contrariando a avaliação anterior 32,8%, responderam que o pessoal é preparado, porém desmotivado para realizar suas atribuições, 26,2% afirmaram ser necessária uma re-qualificação dos atuais servidores, 19,7% disseram acreditar que uma pequena parcela de servidores está preparada e somente 14,8% constatam a necessidade e inserção de novas categorias.

Quanto à estrutura física das instituições, a finalidade para as quais foram criadas e a avaliação dos órgãos públicos estaduais no contexto geral da administração observou-se os

seguintes percentuais: 82,3% dos servidores julgaram suas instituições como funcionais, mas carentes de melhorias e 15,2%, responderam que os órgãos são perfeitamente adequados ao seu funcionamento.

Dos servidores entrevistados, 79,7% acreditam que as instituições para as quais prestam serviços, atendem aos interesses da sociedade, enquanto 13,9% disseram não, pois as atuações dessas instituições distorcem o que é proposto à sociedade.

Com relação ao contexto geral da administração estadual, 68,4% dos entrevistados avaliaram a sua instituição como sendo de grande importância para o processo de desenvolvimento econômico e social do Estado, outros 27,8% responderam que o órgão tem uma participação relevante, mas não está recebendo a devida atenção por parte do Governo.

4.3 No Território de Desenvolvimento: Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueira

O perfil dos servidores entrevistados na área de influência do Território Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueira era de que a maioria (59,1%) estava ligada à Secretaria da Educação, 69,6% eram do sexo feminino, 73,9% estavam na faixa etária de 26 a 50 anos, 56,5% eram casados, 51,3% tinham curso de nível superior e, destes, a metade já com alguma especialização.

O grau de satisfação positiva pela condição de servidor público, manifestada por 60,8% dos entrevistados, estava diretamente relacionado ao tratamento que vêm recebendo no órgão de lotação (38,1%) e pela segurança que o emprego público proporciona (28,9%). Quanto aos que se manifestaram insatisfeitos (39,1%), as causas apontadas foram: o salário incondizente com o cargo/atribuições (41,3%), o desrespeito com que o Governo vem tratando o servidor público (26,7%) e a falta de perspectivas em relação ao serviço público (24,0%).

Em relação às ações implementadas pelo Governo e voltadas para o servidor, coube destaque para a fixação de um dia certo para o pagamento dos salários, ou seja, a divulgação da tabela anual de pagamento, fato que criou maior confiança no atual Governo. Neste sentido, a tabela de pagamento foi destacada por 40,6% dos entrevistados e reforçada com a garantia de que o servidor pode, de maneira segura, projetar seu orçamento mensal.

Foram citadas ainda, e com bastante destaque (23,2%), a implementação do plano de cargos, carreira e vencimentos, que, embora não tendo contemplado a todos, foi uma ação de grande relevância, e a recuperação dos níveis salariais para o corpo funcional do Estado (18,7%).

Indagados sobre a possibilidade de escolha de uma nova opção ou ocupação profissional, 39,4% dos entrevistados disseram que permaneceriam no serviço público estadual, 29,5% tentariam vaga no serviço público federal e 22,7% partiriam para a montagem de seu próprio negócio.

Também foram questionados sobre a expectativa em relação ao futuro do serviço público, as opiniões se dividiram entre a esperança de melhoria nos próximos anos (42,6%) e a certeza de que o futuro do serviço público depende da forma como o próprio servidor encara suas responsabilidades (40,0%).

À luz da opinião do próprio servidor, a pesquisa quis saber sobre a compatibilidade da formação individual e as necessidades da instituição, sendo respondido que 81,7% estavam preparados para bem desempenhar suas atribuições, 89,6% estavam satisfeitos com as atribuições que lhes eram delegadas e 93,9% estavam contentes com a lotação.

Em relação às chefias imediatas e aos próprios gestores, a avaliação dos servidores foi plenamente satisfatória, sendo os mesmos classificados em mais de 2/3, como competentes e operativos.

4.4 No Território de Desenvolvimento: Vale do Rio Guaribas

A avaliação do perfil dos servidores públicos do Estado do Piauí, na área de influência do Território Vale do Rio Guaribas, recaiu sobre um conjunto de 229 servidores, na sua maioria ligados às Secretarias de Educação e Saúde, sendo 99,1% lotados no próprio órgão de origem.

Dos entrevistados, 68,1% eram do sexo feminino, 71,2% estavam na faixa etária de 26 a 50 anos, 57,6% tinham formação superior e 21,4% tinham alguma especialização, inclusive foi registrada a presença de um doutor atuando na região.

Em relação ao estado civil, constatou-se que 55,9% dos entrevistados eram casados, 25,8% solteiros, 10,9% separados ou divorciados e 7,4% não declararam ou não responderam a esta indagação.

No que diz respeito ao tempo de serviço na atividade pública, 34,5% afirmaram ter entre 6 e 20 anos, 33,2% disseram ter até 5 anos e 17,9% de 21 a 25 anos, além de 14% que já se encontram com mais de 25 anos de serviço. A esse respeito é conveniente avaliar que a grande maioria está numa fase de amadurecimento profissional ou no período de maior produtividade, que é exatamente aquele marcado pela plena adaptação às atividades cotidianas da instituição.

Em relação ao vínculo que mantém com o Estado, chamou atenção, na área de influência do Território Vale do Rio Guaribas, a participação de 28,8% dos entrevistados na condição de temporários.

Quando questionados sobre o sentimento que têm enquanto servidores públicos do Estado do Piauí, 54,1% dos entrevistados afirmaram estarem satisfeitos, ao lado de mais 5,7% que se disseram muito satisfeitos. A razão dessa satisfação deve-se, segundo eles, ao bom tratamento que vêm recebendo no órgão em que estão lotados com percentual na casa dos 38,7% e a segurança que o emprego público proporciona, com índice de 36,7%.

O total de insatisfeitos na área do Território Vale do Rio Guaribas era de 40,2% e estava relacionado aos níveis salariais percebidos segundo os entrevistados, não condizentes com o cargo e atribuições dos mesmos, atingindo um percentual de 44,9%, ao passo que outros 33,9% atribuíram sua insatisfação ao desrespeito com que o Governo vem tratando o servidor público estadual.

Vale ressaltar que os dados acima citados são referentes ao conjunto das cidades visitadas do Território Vale do Rio Guaribas (Picos, Simões, Paulistana e Pio IX), mas tomados em separado, Simões merece destaque na questão sobre o sentimento de cada um como servidor público estadual, cujo grau de insatisfação atingiu o índice de 60,5%.

Para a pergunta sobre as ações implementadas pelo atual Governo e voltadas para o servidor público, 41,7% dos entrevistados disseram ser a divulgação da tabela de pagamento para o ano todo, a mais relevante; 24,3% destacaram a implementação do plano de cargos, carreira e vencimentos e a recuperação dos níveis salariais para todas as categorias com percentual de 16,6% das opiniões.

Quando abordados sobre uma nova escolha de ocupação profissional, 39,3% dos entrevistados afirmaram que continuariam sendo servidores públicos estaduais e 33,5% tentariam vaga no serviço público federal.

Abordados sobre a expectativa em relação ao futuro do serviço público estadual, 39,7% dos entrevistados afirmaram que a tendência é de melhoria nos próximos anos e 34,9% disseram que essa melhoria vai depender da responsabilidade de cada cidadão.

Nos questionamentos relativos ao desempenho, tarefas e satisfação nos órgãos em que estão lotados as respostas dadas foram as seguintes: 82,5% dos servidores afirmaram que o desempenho está compatível com seu cargo e qualificação, 83,8% afirmaram satisfação com as tarefas que lhes estão sendo atribuídas e 91,3% estão contentes com suas lotações.

Quando os questionamentos recaem sobre o desempenho dos gestores dos órgãos e chefes imediatos, 79,9% dos servidores avaliaram seus chefes imediatos como competentes, organizados e operativos e 69,0% manifestaram esta mesma opinião sobre os gestores das instituições nas quais atuam.

No que diz respeito ao quadro de pessoal e adequação ao desempenho das atribuições a eles inerentes, a pesquisa revelou os seguintes percentuais: 48,9% dos entrevistados disseram que o servidor está preparado para desenvolver suas funções em parte, 32,3% classificaram o quadro de pessoal adequado para o desempenho de suas funções, e 17,0% disseram que o quadro de pessoal não é adequado para suas funções.

Em relação aos servidores que afirmaram que o quadro não está adequado ao desempenho das atribuições do órgão/instituição, as justificativas foram que 33,7% dos entrevistados eram preparados, mas estavam desmotivados; 18,7% acreditavam ou defendiam a necessidade de qualificação para grande parte dos servidores; 16,9% disseram que apenas uma pequena parcela dos servidores estava preparada e ainda, 16,3% constataram a necessidade e inserção de novas categorias profissionais.

Sobre a estrutura física das instituições, 75,1% dos servidores públicos estaduais disseram que ela é funcional, mas precisa de melhorias e somente 12,7% disseram que a estrutura física é perfeitamente adequada para seu funcionamento.

Com relação ao cumprimento das finalidades para o qual cada órgão público foi criado, 83,4% afirmaram que as ações desenvolvidas por estas instituições atendiam aos interesses da sociedade.

Em relação ao contexto geral da administração estadual, 48,9% avaliaram suas instituições como relevantes, mas que não estão recebendo a devida atenção por parte do Governo, e 47,6% afirmaram que a instituição na qual estavam lotados era importante para o processo de desenvolvimento econômico e social do Estado.

4.5 No Território de Desenvolvimento: Cocais

Do universo de servidores públicos do Estado do Piauí, entrevistados na área de influência do Território dos Cocais, onde a amostra foi focada para os municípios de Barras, Esperantina, Piripiri e Pedro II, também foi constatado que a maioria (66,7%) era de servidores da Educação, seguidos de 23,5% de servidores da Saúde, com forte participação de pessoas do sexo feminino.

Em relação aos grupos etários, escolaridade e tempo de serviço ficou evidenciado nos relatórios uma maior participação de pessoas com idade de 26 a 50 anos (73,2%), ao lado de apenas 5,5% com mais de 55 anos, e em que a participação de portadores de diploma de nível superior chegou ao índice de 64,5%, dos quais 17,5%, já com especialização. Importante verificar que neste universo de trabalhadores e em relação ao tempo de serviços, o grande peso foi de pessoas com até 20 anos de serviços, o que denota certa estabilidade em relação ao quadro de servidores nas instituições visitadas, apesar da participação de mais de 22% em situação instável por conta da condição de temporários.

Segundo dados apurados na pesquisa e no que tange ao nível de satisfação, 69,9% afirmaram estarem “satisfeitos”, os quais justificaram que essa situação motivada pela “segurança que o emprego público proporciona” (38,6%) e pelo “tratamento que vêm recebendo no órgão de lotação” (27,8%).

No tocante ao grau de “insatisfação” desses servidores que chegou à marca de 23,0%, a justificativa, segundo disseram, foi provocada pelo “salário incondizente com o cargo/atribuições”, opinião de 47,6%, e pela “falta de perspectiva em relação ao serviço público” (23,8%).

Com relação às ações implementadas pelo Governo e que beneficiaram diretamente os servidores, 35,6% afirmaram ser a divulgação da tabela de pagamento, seguida da implantação do plano de cargos e carreira, citada por 28,3%.

Quando sondados sobre a possibilidade de uma nova ocupação profissional, 50% dos entrevistados optaram por continuar no serviço público estadual, enquanto 28,9% tentariam uma vaga no serviço público federal. Esta tendência justifica o índice de 42,9% dos que acreditavam numa melhoria do serviço público estadual nos próximos anos, e nos 40,2% que afirmaram que estas melhorias no serviço público dependiam da responsabilidade de cada cidadão.

Quanto à avaliação dos chefes imediatos e gestores dos órgãos, a maioria julgou como competentes, organizados e operativos, com índices de 80,3% e 77,7%, respectivamente. Nesta mesma tendência, também foi alta, (85,2%), a proporção de servidores que acreditavam que seu desempenho está compatível com seu cargo e qualificação, como

também foi significativa (90,2%) a convergência de opiniões sobre a adequabilidade do quadro de pessoal para o desempenho de suas atribuições constitucionais.

A pesquisa também apurou que os servidores acreditavam que seus respectivos órgãos eram de grande importância para o desenvolvimento econômico e social do Estado (62,4%) e atendiam aos interesses da sociedade (84,2%).

4.6 No Território de Desenvolvimento: Planície Litorânea

A análise dos dados da pesquisa Perfil e Satisfação do Servidor Público Estadual, realizada nos municípios de Cocal, Buriti dos Lopes, Luís Correia e Parnaíba, pertencentes ao Território Planície Litorânea, revelou que os servidores entrevistados apresentavam as seguintes características: a maioria, 67,4%, estava vinculada funcionalmente à Secretaria da Educação, e praticamente todos lotados no órgão de origem.

Do total de servidores entrevistados, 61,8% eram do sexo feminino e 72,7% estavam na faixa etária de 26 a 50 anos, sendo 47,4% casados e 33,8% solteiros.

Quanto ao tempo de serviço na atividade pública, 42,7% estavam entre 6 a 20 anos, 37,9% até 5 anos, e 11,9% com idade entre 21 a 25 anos e, 60,1% desses servidores eram efetivos e 35,2%, temporários.

Ainda com relação ao perfil dos servidores públicos, 61,1% tinham formação superior e desses, 19,5%, formação superior com especialização.

Quando os questionamentos recaíram sobre o grau de satisfação enquanto servidor público estadual, 60,1% dos entrevistados afirmaram estar satisfeitos, e as razões dessa satisfação são provenientes do tratamento que vêm recebendo no órgão em que estão lotados, com um índice de 36,7%, o respeito que vêm recebendo por parte do governo do Estado (26,6%) e a segurança que o emprego público proporciona (26,6%).

No tocante ao grau de insatisfação, o índice foi de 29,4%, e foi atribuída ao salário incondizente com o cargo/atribuições (47,0%), o desrespeito com que o governo vem tratando o servidor público (27,0%) e pela falta de expectativas em relação ao serviço público (19,1%).

Investigados sobre as ações implementadas pelo atual governo, voltadas para o servidor público, foram pontuadas como mais importante a divulgação da tabela de pagamento para o ano todo, com um percentual de 43,1%, a “implementação do plano de cargos, carreira e vencimentos”, com 23,7%, e a “recuperação dos níveis salariais para todas as categorias”, com 21,5%.

Abordados sobre uma nova ocupação profissional, 44,6% dos entrevistados responderam que continuariam como servidor público estadual, 36,1% tentariam vaga no serviço público federal e 13,2% tentariam montar o próprio negócio.

Quanto à expectativa em relação ao futuro do serviço público estadual, 51,5% dos entrevistados afirmaram que tende a melhorar nos próximos anos e 31,4% disseram que depende da responsabilidade de cada cidadão que nele se acha inserido. Contrariando essa

avaliação positiva, 9,9% não visualizavam qualquer sinal de melhorias e 6,8% acreditavam que tende a piorar com o passar do tempo.

Quando questionados se seu desempenho está compatível com sua qualificação, cargo e lotação, 89,1% disseram que sim e 88,7% disseram estar satisfeitos com as tarefas que lhes são atribuídas e ainda, 92,8% disseram estar contentes com suas lotações.

Em relação ao desempenho dos chefes imediatos e gestores, a grande maioria dos servidores entrevistados, (83,3%), afirmou que os chefes imediatos são competentes, organizados e operativos, ao lado de outros 11,9% de servidores que os consideraram competentes, mas desinteressados, da mesma forma, 79,2% afirmaram que os gestores são competentes, organizados e operativos.

Quando o questionamento foi, se o quadro de pessoal está adequado para o desempenho das atribuições a ele inerentes, 40,3% afirmaram que sim e 45,7% disseram que sim, apenas em parte, ao lado de 13,7% que se posicionaram contrários.

No que tange aos servidores que se posicionaram contrários à adequação do quadro às atribuições do órgão, as justificativas para seus posicionamentos foram: o pessoal é preparado, mas está desmotivado, conforme o entendimento de 41,3% dos entrevistados; apenas uma pequena parcela dos servidores está preparada, segundo a avaliação de 23,5%; verifica-se a necessidade de qualificação dos atuais servidores, isso na visão de 17,3% dos servidores consultados, e apenas 11,7% constatou a necessidade e inserção de novas categorias.

Com relação à estrutura física das instituições, 72,9% dos entrevistados consideraram como funcional, mas carente de melhorias; 21,4% disseram que está perfeitamente adequada ao seu funcionamento, ao lado de outros 5,1% que acharam inadequada, em função do espaço ou da localização.

Submetidos ao julgamento sobre o cumprimento das finalidades para as quais o órgão foi criado e está sendo mantido, 80,2% disseram que as ações desenvolvidas por essas instituições atendem aos seus interesses, 8,5% consideraram que as atividades desenvolvidas já se encontram em estágio de saturação, 3,1% acham que grande parcela das atividades já vêm sendo desenvolvidas por outros órgãos, enquanto outros 6,1% entendem que não, pois o que vêm fazendo está em desacordo com o que a sociedade espera.

Quando foi feita menção à atuação e importância de cada órgão público para atendimento às demandas da sociedade, entre os entrevistados, 59,7% avaliaram serem de grande importância para o processo de desenvolvimento econômico, 32,9% disseram ser relevantes, mas não estão recebendo a devida atenção por parte do governo, 6,7% consideraram desnecessários ou que poderiam ter suas ações reorientadas para outras finalidades.

4.7 No Território de Desenvolvimento: Serra da Capivara

Como enfatizado na parte introdutória, a sistemática de abordagem na área de influência no Território Serra da Capivara, foi feita a partir do público que compôs o fórum de

gestores onde estavam presentes representantes dos 18 municípios que compõem aquela unidade geográfica.

Na abordagem aos servidores, foram ouvidos 36 representantes de municipalidades, destes, 86,1% ligados ao setor educacional, confirmando a mesma tendência verificada nas unidades territoriais anteriormente analisadas.

Em relação ao perfil desses entrevistados, constatou-se um percentual de 63,9% do sexo feminino; 77,8% na faixa etária entre 26 e 50 anos de idade; metade com formação superior; 52,8% casados; 55,6% tinham entre 6 e 20 anos de atividade no serviço público e 5,6% com mais de 30 anos de atividade, além de 94,4% gozarem da condição de efetivos no serviço público.

Ao serem questionados sobre o grau de satisfação com a condição de servidor público, 88,9% declararam-se satisfeitos ou muito satisfeitos e justificaram que a razão era o tratamento que vêm recebendo no órgão de lotação (38,1%), a segurança que o serviço público oferece (35,7%) e o respeito por parte do governo (21,4%). Sobre o mesmo questionamento, 11,1% disseram-se insatisfeitos e alegaram que o motivo era o salário percebido incondizente com as atribuições (60,0%) e o desrespeito com que o governo trata o servidor público estadual.

No tocante às principais ações implementadas pelo governo e voltadas diretamente para o bem-estar do servidor público, as manifestações mais significativas relativas ao questionamento, foram a implementação do plano de cargos, carreira e vencimentos (37,5%), a divulgação da tabela de pagamento para o ano todo (29,2%) e a recuperação dos níveis salariais, aprovada por 20,8% dos entrevistados.

Na mesma linha de questionamentos sobre os níveis de satisfação da pesquisa interrogou-se sobre a possibilidade de escolha de outra ocupação profissional, e verificou-se que metade deles disseram-se satisfeitos e continuariam como servidor público estadual, ao lado de uma parcela de 36,1%, que afirmaram que tentariam uma vaga no serviço público federal.

Quando questionados sobre o futuro do serviço público, um grupo significativo (61,1%), disse acreditar que tende a melhorar nos próximos anos, denotando, portanto, grande confiança, situação reforçada por outros 25,0%, que afirmaram que esta melhoria depende da responsabilidade de cada cidadão que nele se acha envolvido.

O dia-a-dia e a relação do servidor com o ambiente de trabalho também foi alvo de questionamentos, e neste particular, constatou-se que uma proporção muito forte (94,4%) acredita que esteja desempenhando suas atribuições de modo compatível com o cargo e qualificação; que 91,7% declarou-se satisfeita com o que faz e que 97,2% estava contente com a lotação.

Também foi alta a aprovação dos servidores em relação ao desempenho dos chefes imediatos e dos gestores (91,7%), enquadrando-os como competentes, organizados e operativos.

Uma preocupação que deve nortear cotidianamente o dia-a-dia do gestor, é a adequabilidade do quadro de pessoal com o desempenho das atividades a eles inerentes, e esta

questão foi levada a avaliação dos próprios servidores, que numa proporção de 61,1%, manifestaram-se satisfeitos apenas parcialmente, alegando entre outras razões, a necessidade de qualificação dos atuais servidores (30,8%), pessoal desmotivado (23,1%) e apenas uma pequena parcela estava efetivamente preparada para tal.

4.8 No Território de Desenvolvimento: Carnaubais

De modo análogo ao caso do Território Serra da Capivara, a abordagem ancorou-se na forte participação de servidores presentes ao fórum de gestores, realizado no município de Campo Maior e com a presença dos 16 municípios componentes do território dos Carnaubais, onde também foi bastante significativa a participação de servidores ligados ao setor educacional e que se dispuseram a opinar sobre a pesquisa.

Em relação ao perfil dos respondentes, e como não poderia ser diferente, dado o peso de servidores da educação, a grande maioria, 81,0%, eram do sexo feminino, 71,4% estavam concentrados na faixa etária de 26 a 50 anos, 85,6% possuíam curso de nível superior, inclusive com forte participação de portadores de pós-graduação.

No tocante ao estado civil dos entrevistados, constatou-se que 52,4% eram casados, 23,8% solteiros e 23,8% já estavam separados ou divorciados ou deixaram de informar sua situação conjugal.

No que tange à situação funcional dos entrevistados na área do Território dos Carnaubais, 95,2% eram efetivos, 90,5% manifestaram-se satisfeitos ou muito satisfeitos com a condição de servidor público, alegando a segurança que ele proporciona como a principal razão de tal satisfação, seguida do respeito que vêm recebendo por parte do governo. Destacaram ainda o alto alcance da implantação do plano de cargos, carreira e vencimentos e a divulgação da tabela de pagamentos para o ano todo.

Ao serem confrontados com a possibilidade de permanecer no serviço público ou buscar outra alternativa, 65,2% foram enfáticos em afirmar que continuariam como servidor público estadual, contra apenas 4,3% que manifestou a possibilidade de partir para o próprio negócio. Este mesmo quadro é reafirmado em relação ao questionamento sobre o futuro de serviço público, onde os posicionamentos foram centrados em: 66,7% acreditam que vai melhorar nos próximos anos e 33,3%, disse que o futuro do serviço público depende da responsabilidade do próprio cidadão.

Em relação ao julgamento pessoal de cada um sobre o desempenho de suas atribuições como agente público, 95,2% dos entrevistados disseram que executam bem as suas atribuições; 85,7% disseram-se satisfeitos com as tarefas que lhes são atribuídas e 95,2% manifestaram-se contentes com a lotação, com o chefe imediato e com o gestor do órgão.

4.9 No Território de Desenvolvimento: Vale do Sambito

Na área de influência do Território Vale do Sambito, foram ouvidos, exclusivamente, professores, estes em sua maioria do sexo feminino, 60% com idade de 26 a 50 anos e 26,75 com mais de 50 anos, 93,3% com escolaridade de nível superior, 80% casados e apenas 6,7% com mais de trinta anos de serviço.

Em relação à condição funcional, 86,7% eram efetivos 80,0% declararam-se satisfeitos ou muito satisfeitos com a condição de servidor público, isto motivado em sua maior parte pela segurança que a atividade proporciona ao cidadão. Já para os 20,0% que se disseram insatisfeitos, a alegação mais forte foi o nível salarial incondizente com o cargo e/ou com as atribuições recebidas.

Ainda na área da valorização profissional, os entrevistados foram questionados sobre ações implantadas pelo governo com esta finalidade, foi evidenciada a recuperação dos níveis salariais e a implantação do plano de cargos e salários, citados por 35,3%, respectivamente.

Buscou-se ainda saber dos entrevistados na área do território do vale do Sambito, qual o posicionamento, no caso da possibilidade ter que fazer outra opção por ocupação profissional, 58,8% disseram que continuariam como servidores públicos estaduais; 17,6% tentariam vaga no serviço público federal e 23,6% procurariam montar o próprio negócio ou buscariam uma carreira como autônomo ou profissional liberal.

Sobre a expectativa em relação ao futuro do serviço público, o índice dos que acreditam na possibilidade de melhorias nos próximos anos foi de apenas 26,7%, diferente dos 66,7% que acreditam que o futuro do serviço público dependerá muito de como o cidadão o visualiza.

Outra variável constante das preocupações da pesquisa foi a forma e satisfação com a inserção do servidor no órgão de lotação e a compatibilidade com a sua qualificação, ao que foi respondido que 93,3% vê plena compatibilidade da qualificação com as atividades desenvolvidas, 100% declararam-se satisfeitos com as atribuições recebidas e estavam contentes com a lotação e plenamente satisfeitos com o desempenho dos chefes imediatos e gestores.

Também foram questionados sobre adequabilidade do quadro de pessoal e as atribuições inerentes a cada órgão, questão reprovada por 13,3% dos entrevistados e justificada com as seguintes alternativas: para 38,5%, apenas uma pequena parcela dos servidores está preparada; para 30,8%, verifica-se a necessidade de qualificação dos atuais servidores; para 15,4%, o pessoal é preparado, mas está desmotivado. Foi lembrada ainda entre as alternativas de justificação, a necessidade de inserção de novas categorias profissionais.

4.10 No Território de Desenvolvimento: Vale do Rio Canindé

Os entrevistados na área do Território Vale do Rio Canindé, representados por funcionários residentes nos municípios de Oeiras e Simplício Mendes, apresentaram o seguinte perfil: 55,6% do sexo feminino; 16,7% com até 25 anos de idade, 77,8% com idade entre 26 e 50 anos e 5,6% que não souberam ou não quiseram opinar; 44,4% com escolaridade em nível de ensino médio e os demais com formação superior, inclusive com forte participação de pós-graduados; 44,4% solteiros, contra 38,9% casados e 50% com até 5 anos de atividade no serviço público.

No tocante a condição de atividade, apenas 61,1% era constituída de efetivos, contra 38,9% de servidores temporários. Apesar disso, 83,4% declararam-se satisfeitos ou muito satisfeitos e indicaram o tratamento que vêm recebendo no órgão em que estão lotados, como a principal razão. Entre os 16,7% que se disseram insatisfeitos, a queixa mais forte foi nível salarial percebido e julgado incompatível com as atribuições.

Ao avaliarem as ações implementadas e voltadas para valorização do servidor público, as opiniões se dividiram entre: 33,3% que destacaram a recuperação dos níveis salariais; 28,6%, que enfatizaram a implantação do plano de cargos e salários e 28,6%, citaram a divulgação antecipada da tabela de pagamentos.

Sobre a possibilidade de escolher outra ocupação, 63,2% informaram que continuariam como servidor público estadual, fato que atesta a grande confiança dos entrevistados, ao lado de apenas 15,8%, que manifestaram a possibilidade de trabalhar como profissional liberal ou montar o próprio negócio. Confirmando ainda esta grande confiança a atividade pública, está a expectativa por parte de 66,7%, de melhorias nos próximos anos.

Com relação às atividades desenvolvidas, 94,4% dos servidores afirmaram estarem compatíveis com o cargo e qualificação, que estão satisfeitos com as tarefas recebidas, com a lotação, com o desempenho dos chefes imediatos e com os gestores.

Em relação a adequação do quadro de pessoal ao rol de atividades inerentes ao órgão, a confiança total foi afirmada por 61,1%, enquanto outros 33,3%, entenderam que esta compatibilidade é apenas parcial e 5,6%, consideraram o quadro incompatível com as atribuições.

Anexo 02 – Tabelas geradas a partir de informações provenientes de pesquisa direta realizada junto aos servidores.

Tabela 10 – Distribuição dos servidores entrevistados, segundo a localização e faixa etária

FAIXA ETÁRIA	CAPITAL		INTERIOR		TOTAL	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Até 25 anos	27	2,0	65	6,2	92	3,8
De 26 a 50 anos	925	67,4	771	73,6	1.696	70,1
De 51 a 55 anos	242	17,6	117	11,1	359	14,8
De 56 a 60 anos	99	7,2	58	5,5	157	6,5
Acima de 60 anos	59	4,3	29	2,8	88	3,6
Não Identificada	20	1,5	8	0,8	28	1,2
TOTAL	1.372	100,0	1.048	100,0	2.420	100,0

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 11 – Distribuição dos servidores entrevistados, segundo a localização e escolaridade

ESCOLARIDADE	CAPITAL		INTERIOR		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Analfabeto	6	0,4	6	0,6	12	0,5
Ensino Fundamental	117	8,5	105	10,0	222	9,2
Ensino Médio	560	40,8	293	28,0	853	35,2
Ensino Superior (só graduação)	399	29,1	411	39,2	810	33,5
Superior com Especialização	256	18,7	231	22,0	487	20,1
Superior com Mestrado	32	2,3	1	0,1	33	1,4
Superior com Doutorado	2	0,1	1	0,1	3	0,1
TOTAL	1.372	100,	1.048	100,0	2.420	100,0

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 12 – Distribuição dos servidores entrevistados, segundo a localização e tempo de serviço

TEMPO DE SERVIÇO	CAPITAL		INTERIOR		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Até 5 anos	213	15,5	331	31,6	544	22,5
De 6 a 20 anos	428	31,2	379	36,2	807	33,3
De 21 a 25 anos	355	25,9	195	18,6	550	22,7
De 26 a 30 anos	214	15,6	100	9,5	314	13,0
Acima de 30 anos	142	10,3	32	3,1	174	7,2
Não sabe/não opinou	20	1,5	11	1,0	31	1,3
TOTAL	1.372	100,0	1.048	100,0	2.420	100,0

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 13 – Distribuição dos servidores entrevistados, segundo a localização e condição de atividade

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE	CAPITAL		INTERIOR		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Efetivo	1.204	87,8	748	71,4	1.952	80,7
Temporário	91	6,6	264	25,1	355	14,7
Temp. Comissionado	72	5,2	31	3,0	103	4,2
Estagiário	5	0,4	5	0,5	10	0,4
TOTAL	1.372	100,0	1.048	100,0	2.420	100,0

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 14 – Distribuição dos servidores entrevistados, segundo a localização e grau de satisfação com a condição de servidor público

GRAU DE SATISFAÇÃO	CAPITAL		INTERIOR		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Muito satisfeito	128	9,3	91	8,7	219	9,1
Satisfeito	682	49,7	640	61,1	1.322	54,6
Insatisfeito	562	41,0	317	30,2	879	36,3
TOTAL	1.372	100,0	1.048	100,0	2.420	100,0

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 15 – Distribuição dos servidores entrevistados, segundo a localização e principal razão de satisfação com a condição de servidor público

PRINCIPAL RAZÃO DA SATISFAÇÃO	CAPITAL		INTERIOR		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
O respeito recebido por parte do governo	175	18,1	202	23,8	377	20,8
O tratamento que vem recebendo no órgão em que está lotado	344	35,6	291	34,3	635	35,0
A remuneração que está recebendo	95	9,8	65	7,7	160	8,8
A segurança que o emprego público proporciona	327	33,8	280	33,0	607	33,4
Não sabe/não opinou	26	2,7	10	1,2	36	2,0
TOTAL	967	100,0	848	100,0	1.815	100,0

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Observação: A pergunta aceitou mais de uma alternativa como resposta.

Tabela 16 – Distribuição dos servidores entrevistados, segundo a localização e a razão da insatisfação como servidor público

PRINCIPAL RAZÃO DE INSATISFAÇÃO	CAPITAL		INTERIOR		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
O desrespeito com que o governo vem tratando o servidor estadual	233	25,2	132	28,8	365	26,4
O tratamento que vem recebendo no órgão em que está lotado	102	11,0	28	6,1	130	9,4
Falta de perspectivas em relação ao serviço público	212	22,9	86	18,8	298	21,5
O salário incondizente com o cargo/atribuições	300	32,4	203	44,3	503	36,4
Chefe imediato é incompetente	25	2,7	6	1,3	31	2,2
Chefe imediato é indesejável	16	1,7	2	0,5	18	1,3
Não sabe/não opinou	38	4,1	1	0,2	39	2,8
TOTAL	926	100,0	458	100,0	1.384	100,0

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Observação: A pergunta aceitou mais de uma alternativa como resposta.

Tabela 17 – Distribuição dos servidores entrevistados, segundo a localização e opinião sobre as ações implementadas pelo atual governo e destacadas como mais relevantes

AÇÃO IMPLANTADA	CAPITAL		INTERIOR		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
A recuperação dos níveis salariais para todas as categorias	229	16,7	232	22,1	461	19,0
A implementação do plano de cargos, carreira e vencimentos	513	37,4	329	31,4	842	34,8
As alterações na estrutura do IAPEP	161	11,7	91	9,4	259	10,7
Criação da Escola de Governo	142	10,3	56	5,3	198	8,2
Divulgação da tabela de pagamento para o ano todo	635	46,3	506	48,3	1141	47,1
Não sabe/não opinou	62	4,5	39	3,7	101	4,2
TOTAL	1.372	100,0	1.048	100,0	2.420	100,0

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Observação: A pergunta aceitou mais de uma alternativa como resposta.

Tabela 18 – Distribuição dos servidores entrevistados, segundo a localização e manifestação para escolha de uma nova ocupação profissional

ESCOLHA POR NOVA OCUPAÇÃO	CAPITAL		INTERIOR		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Continuaria sendo servidor público estadual	519	35,5	491	46,8	1.010	41,7
Tentaria vaga no serviço público federal	569	39,0	366	34,9	935	38,6
Tentaria vaga no serviço público municipal	28	1,9	13	1,2	41	1,7
Tentaria emprego na iniciativa privada	22	1,5	10	1,0	32	1,3
Tentaria uma carreira como autônomo/liberal	67	4,6	48	4,6	115	4,8
Tentaria montar o próprio negócio	245	16,8	173	16,5	418	17,3
Não sabe/não opinou	10	0,7	8	0,8	18	0,7
TOTAL	1.372	100,0	1.048	100,0	2.420	100,0

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Observação: A pergunta aceitou mais de uma alternativa como resposta.

Tabela 19 – Distribuição dos servidores entrevistados, segundo a localização e expectativa em relação ao futuro do serviço público estadual

EXPECTATIVA EM RELAÇÃO AO FUTURO	CAPITAL		INTERIOR		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Tende a melhorar nos próximos anos	442	32,2	480	45,8	922	38,1
Vai continuar como está	224	16,3	112	10,7	336	13,9
Tende a piorar com o passar do tempo	212	15,5	70	6,7	282	11,6
Depende da responsabilidade de cada um	479	34,9	378	36,0	857	35,4
Não sabe/não opinou	15	1,1	8	0,8	23	1,0
TOTAL	1.372	100,0	1.048	100,0	2.420	100,0

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 20 – Distribuição dos servidores entrevistados, segundo a localização e o grau de satisfação pelas tarefas que lhes são atribuídas

GRAU DE SATISFAÇÃO	CAPITAL		INTERIOR		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Sim	1.080	78,7	923	88,1	2.003	82,8
Não	242	17,6	106	10,1	348	14,4
Não sabe/não opinou	50	3,7	19	1,8	69	2,8
TOTAL	1.372	100,0	1.048	100,0	2.330	100,0

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 21 – Distribuição dos servidores entrevistados, segundo a localização e o grau de satisfação com a lotação no órgão/instituição atual

GRAU DE SATISFAÇÃO	CAPITAL		INTERIOR		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Sim	1.245	90,8	982	93,7	2.227	92,0
Não	102	7,4	58	5,5	160	6,6
Não sabe/não opinou	25	1,8	8	0,8	33	1,4
TOTAL	1.372	100,0	958	100,0	2.420	100,0

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 22 - Distribuição dos servidores entrevistados, segundo a localização e avaliação para o desempenho dos seus chefes imediatos

AVALIAÇÃO DO CHEFE IMEDIATO	CAPITAL		INTERIOR		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Competentes, organizados e operativos	968	70,6	837	79,9	1.805	74,6
Competentes, porém desinteressados	220	16,0	139	13,3	359	14,8
Incompetentes, mas interessados	57	4,2	10	0,9	67	2,8
Incompetente, grosseiros e desorganizados	70	5,1	32	3,1	102	4,2
Não sabe/não opinou	57	4,2	30	2,8	87	3,6
TOTAL	1.372	100,0	1.048	100,0	2.420	100,0

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 23 – Distribuição dos servidores entrevistados, segundo a localização e avaliação para o desempenho do gestor do órgão de lotação

AVALIAÇÃO DOS GESTORES	CAPITAL		INTERIOR		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Competentes, organizados e operativos	833	60,7	782	74,6	1.615	66,8
Competentes, porém desinteressados	265	19,3	172	16,4	437	18,1
Incompetentes, mas interessados	75	5,5	18	1,7	93	3,8
Incompetente, grosseiros e desorganizados	99	7,2	30	2,9	129	5,3
Não sabe/não opinou	100	7,3	46	4,4	146	6,0
TOTAL	1.372	100,0	1.048	100,0	2.420	100,0

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 24 – Distribuição dos servidores entrevistados, segundo a localização e avaliação da compatibilidade do quadro de pessoal para o desempenho das atribuições inerentes ao órgão de lotação

AVALIAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES	CAPITAL		INTERIOR		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Sim	346	25,2	384	36,6	730	30,2
Sim, em parte	764	55,7	528	50,4	1.292	53,4
Não	255	18,6	129	12,3	384	15,9
Não sabe/não opinou	7	0,5	7	0,7	14	0,5
TOTAL	1.372	100,0	1.048	100,0	2.420	100,0

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 25 – Distribuição dos servidores entrevistados, segundo a localização e avaliação da incompatibilidade total ou parcial do quadro de pessoal em relação ao desempenho das atribuições inerentes ao órgão de lotação

PRINCIPAL RAZÃO	CAPITAL		INTERIOR		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
As pessoas não estão preparadas para desempenhar as atribuições	77	7,6	23	3,5	100	6,0
Apenas uma parcela dos servidores está preparada	252	24,7	157	23,9	409	24,4
O pessoal é preparado, mas está desmotivado	413	40,5	248	37,7	661	39,4
Verifica-se a necessidade de qualificação dos atuais servidores	228	22,4	147	22,4	375	22,4
Constata-se a necessidade e inserção de novas categorias profissionais	120	11,8	97	14,8	217	12,9
Não sabe/não opinou	149	14,6	48	7,3	197	10,2
TOTAL	1.019	100,0	657	100,0	1.676	100,0

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Observação: A pergunta aceitou mais de uma alternativa como resposta.

Tabela 26 – Distribuição dos servidores entrevistados, segundo a avaliação em relação ao cumprimento da finalidade para o qual cada órgão de lotação foi criado

AVALIAÇÃO	CAPITAL		INTERIOR		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Sim, o que faz atende aos interesses da sociedade	982	71,6	856	81,7	1838	75,9
Não, pois o que vem fazendo distorce do que é proposto à sociedade	140	10,2	75	7,1	215	8,9
As atividades desenvolvidas já se encontram em estágio de saturação	126	9,2	63	6,0	189	7,8
Grande parcela das atividades já vêm sendo desenvolvidas por outros órgãos	88	6,4	32	3,1	120	5,0
Não sabe/não opinou	36	2,6	22	2,1	58	2,4
TOTAL	1.372	100,0	1.048	100,0	2.420	100,0

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 27 - Distribuição dos servidores entrevistados, segundo a localização e avaliação do desempenho do órgão em relação ao contexto geral da administração estadual

AVALIAÇÃO	CAPITAL		INTERIOR		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
De grande importância para o processo de desenvolvimento econômico e social do Estado	805	58,7	642	61,3	1447	59,8
É relevante, mas não está recebendo a devida atenção por parte do governo	510	37,2	353	33,7	863	35,7
Deveria ter suas ações reorientadas para outros segmentos de maior relevância	36	2,6	34	3,2	70	2,9
Desnecessário, deveria ser extinto, e o pessoal redistribuído em outros órgãos	5	0,4	2	0,2	7	0,3
Não sabe/não opinou	16	1,2	17	1,6	33	1,3
TOTAL	1.372	100,0	1.048	100,0	2.420	100,0

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

5 A opinião dos Usuários e Formadores de Opinião Acerca dos Serviços Públicos Prestados ao Cidadão

O status jurídico das pessoas e empresas que usufruem os serviços públicos é uma indagação que há muito inquieta a doutrina, o que não é sanado por soluções legislativas aparentemente simples e objetivas, mas que não resolvem a dificuldade de conjugação na mesma posição jurídica subjetiva de duas lógicas distintas: uma privatista [...] permeada de normas de ordem pública [...], e outra publicista, que enfoca o cidadão-usuário como integrante de uma sistema social de garantia da prestação de determinada atividade essencial para toda a coletividade ... (ARAGÃO, 2008)

A Fundação CEPRO, através dos técnicos que efetuaram a sondagem junto aos servidores públicos estadual, aplicaram concomitantemente e utilizando a mesma metodologia, questionários com perguntas diretas, tendo como público-alvo, os formadores de opinião e usuários dos serviços públicos das cidades selecionadas nos 11 Territórios de Desenvolvimento visitados. Os resultados apurados estão na síntese e nos relatórios das unidades geográficas a seguir relacionadas.

Pela análise dos dados contidos nos questionários, os pesquisadores concluíram que os problemas mencionados nos municípios visitados são semelhantes, ressalvadas algumas particularidades numa ou noutra localidade.

É quase unanimidade, a solicitação de uma fiscalização mais eficaz e efetiva da gestão pública. Os gestores, na maioria dos casos, consideram-se donos da verdade, independentes e às vezes arbitrários e, suas ordens são tidas como definitivas.

O segmento Educação, é o que obteve o salto de qualidade mais significativo, se comparado a um passado não muito distante. Atualmente observa-se o funcionamento regular das escolas, fato não observado até pouco tempo, a fragilidade da estrutura física e a falta de professores acarretavam frequentes interrupções dos períodos letivos.

O plano de cargos, carreira e salários, levou os professores a se qualificarem, motivados pela facilidade que eles têm de cursarem faculdades, vez que existem centros de ensino neste nível em várias cidades do Estado.

Uma constatação negativa foi que a maioria das escolas não dispõe de computadores, quadra de esportes ou bibliotecas, e nos casos em que estes equipamentos estão disponíveis, normalmente estão em estado muito precário de conservação. Por outro lado, nos casos em que existem os equipamentos, não funcionam adequadamente, seja por falta de espaço adequado ou pela carência de profissionais qualificados.

No segmento Saúde, de maneira geral, só funciona o básico. Quando há necessidade de se solucionar um problema mais complexo recorre-se, via de regra, aos centros regionais e na maior parte das vezes à capital do Estado.

A população reclama a inexistência de unidades de tratamento intensivo e de equipamentos básicos para o bom funcionamento dos hospitais. O serviço odontológico em

muitas cidades não é diário e nos municípios de pequeno porte resume-se apenas à extração de dentes.

Os entrevistados das cidades de maior porte, questionaram uma justificativa plausível para a não existência de UTIs nos hospitais, levando-se em conta a grande demanda dos municípios que compõem o Território e até mesmo dos Estados vizinhos. Reclamam também a carência de médicos em diversas especialidades, mesmo nas cidades que afirmaram ter atendimento de média complexidade.

O segmento Segurança Pública é o mais criticado na avaliação dos formadores de opinião, são frequentes as solicitações de implantação de mais distritos policiais e de delegacias especializadas, além do aumento do efetivo policial. A falta de espaço físico e equipamentos adequados nos distritos policiais também é fator de reclamação geral. As instalações insalubres e a falta de viaturas provocam insatisfação, tanto por parte dos servidores como da população, de um lado por não poderem prestar um serviço de qualidade e de outro, porque a população se sente desassistida pelo poder público.

Na área da Produção Agrícola, o que se pode observar, além dos dados da pesquisa constante dos anexos do presente documento, foi a incapacidade operativa dos escritórios do EMATER, na maioria das cidades. Estes, descritos como espaços inadequados, com falta de equipamentos necessários a uma boa prestação de serviços, número de servidores e veículos insuficientes para atender às demandas da população, além da existência de programas mais eficientes e apropriados à realidade diversificada das várias regiões do Piauí.

Anexo 3 – Tabelas geradas a partir de informações colhidas junto a usuários e formadores de opinião.

Tabela 28 – Avaliação de usuários e formadores de opinião relativas à atuação do Governo

CONCEITO ATRIBUÍDO	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	
	Absoluto	Percentual
Ótimo/bom	274	47,08
Regular	266	45,70
Ruim	31	5,33
Péssimo	10	1,72
Não quis opinar	1	0,17
TOTAL	582	100,00

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 29 – Avaliação de usuários e formadores de opinião relativas à política da área da saúde

CONCEITO ATRIBUÍDO	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	
	Absoluto	Percentual
Ótimo/bom	99	17,01
Regular	324	55,67
Ruim	106	18,21
Péssimo	53	9,11
TOTAL	582	100,00

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 30 – Recomendações de usuários e formadores de opinião com vistas a melhoria dos serviços de saúde

ITEM RECOMENDADO	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	
	Absoluto	Percentual
Contratação de novos profissionais	211	36,25
Investimentos em equipamentos	150	25,77
Qualificação profissional	119	20,45
Melhoria nos serviços de plantão e urgência	67	11,51
Implantação/instalação de laboratórios/UTIs	44	7,56
Melhoria na gestão e fiscalização	39	6,70
Realização de concursos para especialistas	34	5,84
Construção de hospitais/postos de saúde	19	3,26
Melhoria na distribuição de medicamentos	15	2,58
Outras alternativas	22	3,78
Não quis opinar	52	8,93
TOTAL	582	100,00

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Nota: A pergunta aceitou mais de uma alternativa como resposta.

Tabela 31 – Opinião de usuários e formadores de opinião em relação ao conhecimento da existência de médico permanente no município

TEM CONHECIMENTO	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	
	Absoluto	Percentual
Sim	448	76,98
Não	126	21,65
Não quis opinar	8	1,37
TOTAL	582	100,00

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 32 – Percepção de usuários e formadores de opinião em relação ao cumprimento de plantão diariamente por parte dos médicos responsáveis pelo serviço de saúde

CUMPREM PLANTÃO DIARIAMENTE	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	
	Absoluto	Percentual
Sim	323	55,50
Não	209	35,91
Não quis opinar	50	8,59
TOTAL	582	100,00

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 33 – Percepção de usuários e formadores de opinião em relação a existência de serviço odontológico no município

TEM SERVIÇO ODONTOLÓGICO	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	
	Absoluto	Percentual
Sim	443	76,12
Não	110	18,90
Não quis opinar	29	4,98
TOTAL	582	100,00

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 33 – Questionamento a usuários e formadores de opinião em relação a utilização do serviço médico no município

PROCUROU ATENDIMENTO MÉDICO NO MUNICÍPIO	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	
	Absoluto	Percentual
Sim	531	91,24
Não	51	8,76
TOTAL	582	100,00

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 34 – Avaliação de usuários e formadores de opinião em relação ao atendimento médico recebido no município

COMO FOI O ATENDIMENTO	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	
	Absoluto	Percentual
Foi bem recebido	311	58,57
Foi maltratado, mas atenderam	117	22,03
Foi atendido por influência de terceiros	74	13,94
Não foi atendido	29	5,46
TOTAL	531	100,00

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 35 – Avaliação de usuários e formadores de opinião sobre a existência de ambulância à disposição do serviço de saúde no município

TEM AMBULÂNCIA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	
	Absoluto	Percentual
Sim	542	93,13
Não	37	6,36
Não quis opinar	3	0,51
TOTAL	582	100,00

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 36 – Avaliação de usuários e formadores de opinião relativa à utilização indevida da ambulância no município

PERCEBEU O USO INDEVIDO	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	
	Absoluto	Percentual
Sim	67	12,36
Não	470	86,72
Não quis opinar	5	0,92
TOTAL	542	100,00

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 37 – Avaliação de usuários e formadores de opinião em relação à presença de servidores da saúde que não trabalham

PERCEBE A PRESENÇA DE SERVIDOR QUE NÃO TRABALHA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	
	Absoluto	Percentual
Sim	331	56,87
Não	182	31,27
Não quis opinar	69	11,86
TOTAL	582	100,00

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 38 – Avaliação de usuários e formadores de opinião relativa à política da área da segurança pública desenvolvida no município

CONCEITO ATRIBUÍDO	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	
	Absoluto	Percentual
Ótima/boa	75	12,89
Regular	253	43,47
Ruim	159	27,32
Péssima	94	16,15
Não quis opinar	1	0,17
TOTAL	582	100,00

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 39 – Recomendações de usuários e formadores de opinião com vista a melhorar os serviços de segurança pública no município

CONCEITO ATRIBUÍDO	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	
	Absoluto	Percentual
Aumentar o efetivo de pessoal	357	61,34
Adquirir/disponibilizar viaturas	160	27,49
Qualificar o efetivo existente	108	18,56
Melhorar as instalações físicas	64	11,00
Melhorar o policiamento ostensivo	44	7,56
Melhorar o policiamento preventivo	43	7,39
Fiscalizar a gestão	30	5,15
Melhorar os níveis salariais	18	3,09
Colocar delegados efetivos	17	2,92
Outras alternativas	29	4,98
Não quis opinar	8	1,37
TOTAL	582	100,00

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Nota: A pergunta aceitou mais de uma alternativa como resposta.

Tabela 40 – Opinião de usuários e formadores de opinião relativas ao quantitativo de policiais disponíveis no município

EFETIVO DISPONÍVEL É SUFICIENTE	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	
	Absoluto	Percentual
Sim	69	11,86
Não	511	87,80
Não quis opinar	2	0,34
TOTAL	582	100,00

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 41 – Considerações de usuários e formadores de opinião sobre o tratamento recebido quando procuraram o serviço de segurança pública no município

ESPECIFICAÇÃO	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	
	Absoluto	Percentual
Os policiais foram corteses e prestativos	207	66,35
Negaram-se ao atendimento	46	14,74
Os policiais foram grosseiros e arrogantes	32	10,26
Foi necessária a interferência de terceiros	27	8,65
TOTAL	312	100,00

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Nota: Apenas 53,6% (312) dos entrevistados declararam já ter procurado atendimento no serviço de segurança pública.

Tabela 42 – Considerações de usuários e formadores de opinião em relação ao tratamento quando alguém procura o apoio de uma viatura policial no município

ESPECIFICAÇÃO	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	
	Absoluto	Percentual
Está disponível e é colocada á disposição	219	37,63
Existe a viatura, mas sempre falta combustível	190	32,65
Existe a viatura, mas sempre está quebrada	82	14,09
Nunca está disponível para atender à sociedade	39	6,70
Não quis opinar	52	8,93
TOTAL	582	100,00

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 43 – Avaliação de usuários e formadores de opinião em relação ao uso indevido de viaturas policiais no município

PERCEBEU O USO INDEVIDO	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	
	Absoluto	Percentual
Sim	49	8,42
Não	491	84,36
Não quis opinar	42	7,22
TOTAL	582	100,00

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 44 – Percepção de usuários e formadores de opinião em relação à presença de servidores da segurança pública que não trabalham

PERCEBE A PRESENÇA DE SERVIDORES QUE NÃO TRABALHAM	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	
	Absoluto	Percentual
Sim	132	22,68
Não	424	72,85
Não quis opinar	26	4,47
TOTAL	582	100,00

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 45 – Avaliação de usuários e formadores de opinião relativa à política da área da educação desenvolvida no município

CONCEITO ATRIBUÍDO	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	
	Absoluto	Percentual
Ótima/boa	286	49,14
Regular	249	42,78
Ruim	30	5,16
Péssima	15	2,58
Não quis opinar	2	0,34
TOTAL	582	100,00

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 46 – Recomendações de usuários e formadores de opinião com vista a melhorar ainda mais os serviços de educação prestados no município

ESPECIFICAÇÃO	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	
	Absoluto	Percentual
Qualificar o pessoal da área	203	34,88
Melhorar os níveis salariais	128	21,99
Ampliar a rede de atendimento escolar	118	20,27
Incentivar a interação da escola com a comunidade	58	9,96
Equipar as escolas	54	9,28
Fiscalizar o agente público	49	8,42
Implantar laboratórios de informática	46	7,90
Melhorar a estrutura física das escolas	37	6,36
Outras alternativas	52	8,93
Não quis opinar	20	3,44
TOTAL	582	100,00

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Nota: a pergunta aceitou mais de uma alternativa como resposta

Tabela 47 – Considerações de usuários e formadores de opinião relativas ao funcionamento das escolas no município

CONCEITO ATRIBUÍDO	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	
	Absoluto	Percentual
Ótimo/bom	367	63,06
Regular	201	34,54
Ruim	13	2,23
Não quis opinar	1	0,17
TOTAL	582	100,00

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 48 – Percepção de usuários e formadores de opinião relativa à presença de servidores da educação que não trabalham

PERCEBE A PRESENÇA DE SERVIDORES QUE NÃO TRABALHAM	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	
	Absoluto	Percentual
Sim	187	32,13
Não	317	54,47
Não quis opinar	78	13,40
TOTAL	582	100,00

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 49 – Avaliação de usuários e formadores de opinião relativa à visualização de alguma política oficial de incentivo à produção agropecuária no município

VISUALIZA POLÍTICAS DE INCENTIVO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	
	Absoluto	Percentual
Sim	334	57,39
Não	194	33,33
Não sabe ou não quis opinar	54	9,28
TOTAL	582	100,00

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 50 – Avaliação de usuários e formadores de opinião em relação ao trabalho desenvolvido pela SDR/EMATER no município

CONCEITO ATRIBUÍDO	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	
	Absoluto	Percentual
Ótimo/bom	192	32,99
Regular	236	40,55
Ruim	88	15,12
Péssimo	32	5,50
Não sabe ou não quis opinar	34	5,84
TOTAL	582	100,00

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 51 – Conhecimento do(s) técnico(s) do EMATER por parte de usuários e formadores de opinião, no município

CONHECE O TÉCNICO DO EMATER NO MUNICÍPIO	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	
	Absoluto	Percentual
Sim	478	82,13
Não	85	14,61
Não sabe ou não quis opinar	19	3,26
TOTAL	582	100,00

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Tabela 52 – Avaliação de usuários e formadores de opinião sobre a forma de atuação dos técnicos do EMATER no município

CONCEITOS ATRIBUÍDOS	FREQUÊNCIA DE AVALIAÇÃO	
	Absoluto	Percentual
Agem espontaneamente e estão sempre orientando os produtores locais	216	45,19
Ficam no escritório orientando a quem os procura	213	44,56
Não ligam para nada que diga respeito a agricultura local	16	3,35
Só trabalham/orientam mediante pagamento extra	8	1,67
Cuidam apenas de interesses particulares	7	1,46
Não sabe ou não quis opinar	18	3,77
TOTAL	478	100,00

Fonte: Fundação CEPRO/Pesquisa direta.

Referências Bibliográficas

ARAGÃO, Alexandre Santos de. Serviços Públicos e direito do Consumidor: possibilidades e limites da aplicação do CDC. In: Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico. Nº 15 – agosto/setembro/outubro – 2008 – Salvador – Bahia – Brasil. Disponível em:

<http://www.direitodoestado.com/revista/REDAE-15-AGOSTO-2008-ALEXANDRE%ARAGÃO.PDF>. Acesso em: 17 mar. 2009

FUNDAÇÃO CEPRO. Piauí em Números. Teresina, 7ª ed. 2007

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Plano Plurianual. Quadriênio 2008/2011. Teresina. 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes – 1988.

PEREIRA DE SÁ, Celso. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social / Mary Jane P. Spink (org.). – São Paulo : Brasiliense, 1995.

SAWAIA, Bader Burihan. Representação e ideologia – o encontro desfetichizador. In: O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social / Mary Jane P. Spink (org.). – São Paulo : Brasiliense, 1995.